



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 5/2022-----

-----3ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 27 de junho de 2022 -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Barbudo	Partido Socialista
Filipe Alexandre Reis Santos – Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes– Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16^a do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedidos de justificação de falta, a senhora deputada independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde, os quais se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para as seguintes sessões: -----

2 ^a reunião da 2 ^a sessão ordinária de 2022	Data: 9 de maio de 2022
2 ^a Sessão extraordinária de 2022	Data: 30 de maio de 2022
3 ^a Sessão Ordinária de 2022	Data: 27 e 28 de junho de 2022
3 ^a Sessão Extraordinária de 2022	Data : 4 de julho de 2022
4 ^a Sessão Extraordinária de 2022	Data: 14 de julho de 2022

-----A Mesa da Assembleia Municipal deliberou considerar as faltas justificadas, atendendo aos motivos invocados pela requerente e nos termos da informação prestada pelos serviços do Gabinete da Assembleia Municipal . -----

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78^o e 79^o da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Sheila Tomé	1	27/06/2022	Cristiano Malha Gregório
PS	Andreia Sousa	1	27/06/2022	José Luís Barbudo

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 Dia	27/06/2022	Filipe Santos
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 Dia	27/06/2022	Mónica Isabel Martins Fernandes

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
---	---------------------------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Quando eram vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes. -----

-----Em Seguida, começou por explicar que foram rececionadas duas inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **Emílio Vidigal** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento o executivo, as restantes forças políticas, os senhores deputados municipais, os senhores Presidentes de Junta, os assistentes, o que me traz aqui hoje é um assunto que eu informei a Câmara, fiz uma exposição à Câmara, e a resposta que recebi não concordei com ela, não concordo com ela, não venho aqui reclamar nada, não venho aqui pedir nada, venho só dizer que o email que eu mandei está no geral da Câmara, eu segui, digamos, as hierarquias para expor o assunto, tive oportunidade de falar com o senhor comandante da Proteção Civil - informalmente, que fique bem claro -, tive oportunidade de falar com o senhor vice-presidente da Câmara, informalmente também, sobre o assunto, e fui aconselhado por eles, especialmente pelo senhor vice-presidente, a expor o problema por escrito à Câmara, e recomendaram-me que mandasse para o geral da Câmara. Foi o que eu fiz. Fiz uma exposição que tenho aqui, que vou apresentar ou entregar depois à Mesa, se a senhora Dra. Isabel permitir, e recebi uma resposta que não é consistente com aquilo que eu fiz. Eu não pedi nada, a última coisa que eu fiz no último paragrafo, foi dizer, depois da exposição que fiz, está aqui definido: "venho assim solicitar a Sra. Presidente que; através dos serviços de transito e Gabinete de Proteção Civil, mande regularizar e ordenar o estacionamento e transito naquele percurso." Foi a única coisa que sugeri e pedi, não foi nada para mim e nem reclamei nada, eu vivo em Portimão, sou munícipe em Portimão, tenho responsabilidades em Portimão, faço parte de algumas comissões municipais, inclusive a comissão municipal de proteção civil, estou ligado a uma associação que tem relações com a Câmara Municipal, e sinto que como cidadão quando se vê alguma coisa que está mal devemos transmitir ou tentar melhorar, e foi nesse contexto que eu fiz ou estou aqui hoje, eu não me vou alongar com a situação, mas pronto, para aqueles que conhecem, estou a referir-me à zona que fica junto ao Clube do Chão das Donas, junto ao infantário, chama-se concretamente a rua do vale da arrancada. Essa rua do vale da arrancada é uma rua que não tem saída, há uns anos tentou se fazer uma saída através daquele antigo Retail Park e ainda andaram lá a fazer um bocado, para dar uma saída para a zona industrial, mas neste momento não tem saída, ou seja, é um beco



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sem saída. É uma rua com cerca de 300 metros, 200 metros, 250 são muito largos, têm passeios largos de um lado e de outro, eu pessoalmente, felizmente, não me sinto afetado por nada, que vivo numa casa, a minha casa tem 70 metros de frente, e tenho 4 vizinhos, portanto, em termos de estacionamento eu não estou nada afetado, mas para sair, tenho de passar, está exposto aqui nas fotografias que eu entreguei, mandei fotografias do google maps, mandei fotografias do estacionamento, a dizer que do numero 1 ao numero 28 ou numero 30, mais ou menos, o transito é impossível, há transito nos dois sentidos, e estacionamento nos dois sentidos, a rua é estreita, ou seja, há ali um misto, a rua é toda muito larga nos outros 200 metros, mas naqueles 60 metros é estreita. É estreita, e pior do que isso, tem dois sentidos, e pior que isso, tem os dois passeios ocupados sempre por estacionamento, pior do que isso, nos 60 metros que estão nessa rua, mais ou menos aos 30 metros que estão nessa rua existe uma atividade industrial, de um senhor que vive lá e que utiliza a garagem para a atividade industrial da vida dele, só que ele todos os dias estaciona 10, 12, 14 carros nessa rua e nas imediações porque é a atividade dele, também dá para aí 30 pessoas, mas está constantemente, e todos os dias carrega e descarrega materiais, o que quer dizer que com carros estacionados de um lado e de outro, não cabe lá um carro. Eu, quando ando de jipe não consigo passar, já bati em vários retrovisores dos vizinhos porque não se consegue passar. Por conseguinte, o que eu sugeri, foi que fosse estudada uma forma de aquilo poder circular só num sentido, e proibir o estacionamento também num sentido, porque estacionar nos dois sentidos, e o transito nos dois sentidos, e depois com a agravante de estacionamentos permanentes no meio da rua para a atividade industrial desse senhor. Há uns tempos houve um acidente na rotunda do Oásis parque, e durante alguns meses esteve impedida a circulação da rotunda até ao Vale da Arrancada, é uma azinhagazinha que circula até ao depósito de água, tinha dois sentidos e então isso facilitava o escoamento de quem vinha do Vale da Arrancada. Posteriormente, com as modificações que fizeram, ficou só com um sentido, ou seja, só se pode entrar, não se pode sair, e quando estava lá os técnicos, os funcionários da Câmara a trabalhar, alguns eu conheço-os, e fiz uma advertência: "olha, ainda bem, finalmente isto fica assim melhor, então agora só temos um sentido, entra-se por ali e sai-se por aqui", aqui no mapa eu exemplifico o que é que estou a dizer, ou seja, entrava-se pela rotunda do Oásis parque e saía-se junto lá ao infantário, e não se subia nem se estacionava na outra, e a resposta que eu tive é a mesma que eu oiço lá nos cafés: isso era muito bom sr. Vidigal, mas só que daqui para baixo há outros interesses! E são esses interesses que eu gostava de saber quais são. Há aqui outros interesses. E fiquei esclarecido. Voltei a falar com o senhor vice-presidente, aconselhou-me a fazer a exposição para



o geral da Câmara e documentar, e foi o que eu fiz. E a resposta que eu recebi, e é só por isso que eu estou aqui, e a resposta que eu recebi não tem nada a ver com a exposição que eu fiz. Recebi uma resposta e dirigi-me à senhora Presidente da Câmara, Dra. Isilda Gomes e expus a situação, eu sei que há delegação de competências, há um que deposita para o outro e assim, conforme a hierarquia, mas a resposta que eu recebi foi assinada por uma assistente técnica, que é a sra. Susana Alves, a dizer-me que nessa rua tem necessariamente de ter dois sentidos de trânsito. Porquê? Eu não me refiro à rua, eu refiro-me a esses 60 metros. Tem que ter dois, porquê? O passeio é inexistente, estão aqui as fotografias, está lá o passeio de um lado e de outro, a estrada é asfaltada, tem um passeio de um lado em calçada e de outro um metro para cada lado em calçada, diz aqui a informação que o passeio é inexistente. Então o que é aquilo? E depois pior do que isso, e aí é que me chocou mais, é que diz que o passeio é inexistente no troço assinalado por V. Exa. no mapa que eu fiz, bem como o desenho, diz que o desenho também está mal, e não são permitidas as intervenções sugeridas. Eu não sugeri nada. Eu não sugeri nada. Eu só disse que está assim, e fazem favor vão ver, e a resposta que recebi foi esta, só pode, tem que ter dois sentidos, tem que se estacionar dos dois lugares, porquê? Por conseguinte, a questão é esta, sotôra eu fiz-lhe hoje um email antes de vir para aqui, as fotografias que estão no email foram tiradas hoje às 6 horas e meia da tarde, são todos os dias iguais, são iguais às que tinha mandado há 2 meses, tenho-as aqui no computador, se puder entregar, mandei-lhe o email, está-me a dar aqui o google a dizer que está a sincronizar, eu sei que ainda não chegaram, mas vão chegar amanhã, mandei as mesmas fotografias tiradas hoje às 6 e meia da tarde, foi quando eu cheguei do campo, para o email geral da Câmara, por conseguinte é só verificar, se quiserem ver quando saírem daqui vão lá, vão lá e se houver algum pesado não conseguem entrar na rua. Se me dá licença só para terminar, agradecer a vossa atenção e dizer que eu não pedi nada, não sugeri nada, não disse nada.» -----

-----Em Seguida, concedeu o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **Rui Jorge Vicente Gomes** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite desde já, senhora excelência Presidente de Assembleia, Presidente da Câmara Municipal, Vice-presidente, senhores Vereadores, etc., etc., em geral ao público também os meus cumprimentos. Venho por este meio, em representação de todos os mariscadores daqui do barlavento, o que acontece é que nós mariscadores não temos uma depuradora, a não ser em Olhão. E como funciona uma depuradora, nós temos de ir para Olhão, temos de colocar o nosso marisco na depuradora, temos de ir para lá, temos de deixar lá o nosso marisco, temos de tornar voltar no outro dia a seguir e recolhermos novamente, são uma média de 340 quilómetros, é mais longe que ir daqui a Lisboa, para levar 20



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou 30 quilos de marisco, não compensa de maneira nenhuma. É mais caro as viagens do que o lucro que vamos ter depois na venda dos mariscos. Então o que acontece, é que todos os mariscadores que aqui estão, no barlavento, todos nós levamos diretamente o marisco que apanhamos diretamente aos restaurantes. Não vai a uma depuradora, não sabemos o grau que tem de toxinas, etc., etc. De modos que gostaríamos com a ajuda da Câmara, se possível, claro, montássemos uma depuradora. É isso mesmo. Se for preciso instalações, eu tenho as instalações.» -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que queria referir uma outra situação que é: foi feito, ainda que de forma não tempestiva, mas eu penso que devido à sensibilidade daquilo que é o teor da moção, que não haverá discussão, ou pelo menos que não haverá oposição relativamente a que se vote. Há uma apresentação pelo PAN, do voto de pesar pelas vítimas de violência doméstica, e pede um minuto de silêncio. Se as forças e os grupos parlamentares em presença não se opuserem, apesar dela só ter dado entrada hoje, tendo em conta o seu conteúdo e a problemática que tem a ver com mais uma morte de uma senhora nos últimos dias, que se podia pôr à votação eventualmente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que recebeu a moção ainda há um bocadinho, perto das dezoito horas, e embora seja totalmente sensível ao teor da moção e esteja disponível para, quando ela for apresentada de acordo com as regras regimentais, votar favoravelmente sem qualquer dúvida a moção, não posso por essa ordem de motivos aceitar que ela seja discutida e votada, porque senão abre-se aqui um precedente que eu não sei depois como é que em reuniões futuras será apreciado, porque enfim, infelizmente, e sublinho aqui um infelizmente, morrem mulheres todos os dias em Portugal vítimas de violência doméstica. Aliás, nós aqui apresentámos aqui o pedido de uma assembleia sobre esse assunto aqui há uns meses que ainda não foi feita, há três meses, e dava-vos conta disso. E infelizmente esse facto é de conhecimento geral há muito tempo, enfim, se "à bica" de uma Assembleia se faz uma moção com esse teor que eu subscrevo integralmente, eu pergunto, numa próxima Assembleia, qualquer outra bancada lembra-se em cima da hora da sessão de fazer uma moção sobre outro assunto qualquer e, portanto... isto é só para dizer senhora Presidente se me deixar terminar, que exclusivamente por razões regimentais e só por isso, opomo-nos a que essa moção seja discutida e votada hoje. Disse. -----

-----No uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** afirmou que que, não havendo oposição, ou se não houvesse oposição de qualquer grupo parlamentar,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelo seu conteúdo digamos assim, não ideológico, é uma questão meramente humanitária, o voto de pesar, poria à votação e cumpririam um minuto de silêncio. Uma vez que regimentalmente não entrou dentro do prazo e havendo oposição de um grupo parlamentar, eu não vou pô-la neste momento à discussão, não vou pô-la à votação e, portanto, não vamos cumprir neste momento o grupo, porque por uma questão regimental que tenho que aceitar, temos um regimento que funciona e, portanto, perante isso, havendo a oposição de um grupo parlamentar, não vou pôr esta questão, esta moção. -----

----- Em seguida colocou à votação a ata nº. 2/2022 referente à 1ª. Sessão ordinária de 2022, realizada em 25 de fevereiro de 2022. -----

----- A ata nº. 2/2022 foi aprovada por unanimidade. -----

-----Em Seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Proposta de Recomendação - Portimão com mais árvores (subscrita pela Bancada do PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « As árvores contribuem para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida das cidades. A sua existência em meio urbano tem como vantagens, entre outros, a valorização estética, saúde, barreira acústica, melhoria da qualidade do ar e são sumidouros de CO2, manutenção da biodiversidade, proteção da radiação solar, valorização de propriedade e regulação de temperatura ambiente. -----

----- Estas são razões mais do que suficientes para que a estratégia de urbanismo da nossa cidade passe por não perder oportunidade de arborizar onde é possível e tecnicamente aceitável. Verifica-se que o Município possui um alargado número de canteiros destinados à existência de árvores que se encontram vazios e considera esta Assembleia que os mesmos representam a oportunidade de serem preenchidos com árvores próprias ao clima mediterrânico e escolhidas com critério em função da área a implementar. Pelo exposto propõe esta Assembleia Geral que se avaliem os canteiros disponíveis nas três freguesias com vista ao aumento do número de árvores em espaço Municipal, iniciando-se este processo com o preenchimento de 20 canteiros existentes na zona ribeirinha de Alvor e 30 canteiros existentes na Estrada de Alvor entre Bemposta e 4 Estradas, com implementação total da medida até final do ano 2024.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que acha que a moção é sucinta e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



demasiado objetiva para carecer de qualquer discussão, e por isso mesmo ficam à disposição para qualquer esclarecimento. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que indo ao encontro obviamente do título desta recomendação, todos sabem como um pouco por todo o Algarve, parece ter havido uma deriva que fez esquecer o planeamento e o ordenamento dos espaços verdes no contexto urbano. Isto é um dado evidente, não é, até porque o betão assolou tudo, portanto, ou seja, o espaço devorou o tempo. Todavia, em Portimão, iniciou-se um processo em 2018, com plantação de cinco mil árvores em dois locais, o que parece evidenciar alguma consciência ambiental à altura do nosso tempo. Que a arborização urbana é desejável, é, portanto não é por aí. Todavia, o PS quando analisou o título, até pensou que o PSD estaria a aludir a um corredor verde como uma equação desejável para a nossa cidade, aliás que fez parte e faz parte do programa eleitoral do PS e que nós temos a legítima expectativa de pensar na sua concretização a breve trecho. -----

Aqui ao fim ao cabo, trata-se de uma medida avulsa de reposição de árvores que foram plantadas e que não vingaram a qualquer título, não é, ou porque arrancaram, ou porque, ou porque... eu sei de uma série de porquês que estariam nessa base. Portanto, esta recomendação desta reposição de vinte mais trinta canteiros foi visto pelo PS, e notem que eu não estou a falar em termos pessoais, falo em nome de uma bancada, foi vista como um apoucamento da capacidade política do executivo no domínio ambiental, além de que esta matéria não é objeto do descaso, ou seja, as propostas são direcionadas de modo a parecer que pertencem mais ao foro da engenharia florestal do que da política. -----

Nos serviços, segundo apurámos, estão a ser equacionadas matérias do género, que têm a ver com o facto de se elucidar se na estrada de Alvor, se há-de manter os canteiros ou não. E isto face ao quê? Face a algum queixume naturalmente bem aceite relativamente à amplitude dos passeios para os peões e à sua desembocadura no parque verde. Portanto, no restante espaço, o PS entende que a implantação arbórea tem uma dimensão essencialmente técnica, como já referi face ao tipo de árvores, à época de implantação, aos compostos orgânicos e meios para regas pontuais, etc. portanto, a sua dinâmica, é uma dinâmica contingente, não se justificando a suspeição de que haverá inatividade sem o correspondente acompanhamento, ou controlo político do PSD. É um pouco esta a ideia. -----

Não temos nada a desabonar àquilo que na sua essência é a proposta, mas efetivamente, digamos, aos contornos da mesma e ao contexto em que ela de facto surge de forma muito enfocada, que nos parece que não é ajustada, de facto, a um enquadramento político para uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na estrada de Alvor, e está a falar mais pela estrada de Alvor e concordando em grande parte com aquilo que o deputado Figueiredo Santos já disse, têm estado a ver até aquele passeio, porque tem que ser ligado ao pé da vivenda à Pausa. Esta semana já estive lá com o vereador José Cardoso também e é nisso que estamos a trabalhar. É naquele passeio todo, e realmente no que vem da zona desde a Pausa até às Quatro Estradas, aquela zona ali tem na realidade, todos aqueles canteiros têm duas árvores que vingaram e, portanto, o que queremos fazer, é porque não, e estamos a trabalhar com os serviços, é porque não manter aqueles passeios largos, e naturalmente o tal parque verde que queremos fazer na outra zona, essa zona aí então colocarmos muito mais árvores, e é esse trabalho que temos estado a realizar e que vamos querer também, porque realmente o passeio não liga Alvor, não faz aquela zona toda e é isso que estamos a trabalhar. Tenho dito, senhora Presidente.-----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Portimão com mais árvores (subscrita pela Bancada do PPD/PSD)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de recomendação foi reprovada por maioria.**-----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Gratuitidade dos transportes públicos, a componente da transcrição energética e a política de educação para a mobilidade- (subscrita pela bancada PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Vai e Vem gratuito para jovens até aos 18 anos e maiores de 65 anos.**-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Reforça o PSD que aquando da apresentação de propostas e respetivos programas políticos eleitorais às eleições autárquicas do passado ano de 2021, os cabeças-de-lista do PSD respetivamente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, precisamente órgãos autárquicos locais executivo e legislativo do Município, entenderam, após análise e estudo, que um dos passos a incluir para a educação para a Mobilidade em Portimão, tendo necessária preocupação com a transição energética que publicamente e em sessões de Assembleia Municipal o PSD tem apresentado e levado a votação enquanto propostas, era fundamental o Executivo Camarário ter como aposta o investimento de parte do que tem transitado em orçamento nos últimos anos para conceder a gratuidade aos jovens portimonenses e aos portimonenses com mais de 65 anos ao transporte urbano municipal "Vai e Vem".-----

Portimão está muito longe de ter uma rede de transportes públicos eficiente, facto assinalado já em Assembleia Municipal pela bancada do PSD e em reunião de Câmara Municipal pelos nossos dois Vereadores eleitos, e é preciso fazer mais e melhor pelo que entende o PSD que este passo deve ser o primeiro para se conseguir inclusive alcançar a gratuidade a mais portimonenses que não só os menores de idade e os com mais de 65 anos. -----

Entende o PSD, inclusive, que deve o Executivo Camarário estudar desde já a possibilidade de alargar a proposta de gratuidade a pessoas desempregadas, com deficiência e a todos os jovens estudantes (Ensino Secundário e Ensino Superior Público, Universidade do Algarve, e Privado, ISMAT) deslocados mesmo que não tenham residência fiscal no Município de Portimão. Porém, à data, como início do processo de trabalho desta medida entende o PSD que deve ser implementada a medida para que sejam **gratuitos os transportes públicos dentro do concelho para jovens e idosos que tenham residência fiscal no município.** -----

O PSD, como Partido sério e responsável, tem conhecimento que estas medidas e práticas já levadas a cabo em Municípios como Lisboa (parcial) e Cascais (total) têm custos elevados. No entanto, salienta o PSD, tendo o público e sobretudo os autarcas conhecimento do resultado líquido de mais de 20 milhões de euros do Município de Portimão (fonte: Orçamento aprovado nos últimos 3 anos), usando essa meta, dizer que a maior Cidade do País, Lisboa, com medida similar à que o PSD/Portimão traz prevê uma despesa máxima de 6,266 milhões de euros em 2022 e, para 2023, 2024 e 2025, até 14,9 milhões de euros para cada ano. Assim, entendem os membros do PSD eleitos à Assembleia Municipal de Portimão, utilizando o estudo económico da Câmara Municipal de Lisboa que já foi aprovado em reunião de Câmara e consequentemente em sessão de Assembleia Municipal de Lisboa, que são documentos e estudos financeiros que merecem toda a nossa credibilidade e respeito, que há verba financeira em Portimão para se poder dotar o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Município de uma gratuidade nos transportes públicos urbanos “Vai e Vem” e dessa forma promover uma melhor Mobilidade, Educação para a Mobilidade, Transição energética e inclusão do “Vai e Vem” na vida real dos portimonenses. -----

Assim, delibera a Assembleia Municipal de Portimão, reunida a 27 de junho de 2022, propor ao Executivo da Câmara Municipal de Portimão que: -----

1. Proceda ao estudo de impacto financeiro, remetendo para discussão a reunião de Câmara, a gratuidade no Transporte Municipal “Vai e Vem” para todos os jovens portimonenses com idades compreendidas até aos 18 anos, assim como toda a população com mais de 65 anos de idade;
2. Proceda à discussão e trabalho do regulamento que faça cumprir quais os requisitos (morada fiscal, ser ou não residente, idade, local de trabalho, etc.) para ser aceite enquanto portimonense com acesso gratuito ao transporte urbano municipal “Vai e Vem”; -----
3. Tome as medidas necessárias para procurar, desde já, incluir mais portimonenses nesta medida de fomentação da educação para a mobilidade, transição energética e de sustentabilidade pelos impactos positivos que tem a redução do uso de viatura pessoal em substituição pelo transporte urbano municipal “Vai e Vem”; -----
4. Planeie e organize esta proposta em total coordenação com os três senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Portimão, Alvor e da Mexilhoeira Grande por forma a não haver rigorosamente nenhum portimonense desfavorecido de uma medida que é para todos sem exceção;
5. Seja dado conhecimento às três Assembleias de Freguesia desta Moção do PSD para que possa ser amplamente debatida; -----

Seja dado conhecimento desta Moção a todo o Parque Escolar do Concelho, como meio fortemente beneficiado pela proposta defendida pelo PSD; -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que sobre esta moção, acha que tem uma abrangência estratégica. ----- Dizer que relativamente a esta proposta, começar pelo principal. É uma proposta que não é ideológica, não é do PSD, não é de quem é de direita, ou de quem é de esquerda, é de quem se preocupa com o dia de hoje e o futuro dos portimonenses e não só, com planeamento, mobilidade e que o município consiga dar uma educação para a mobilidade a todos, mais novos e menos novos, ou novos há mais tempo no concelho e que é seguramente uma realidade que todos os partidos defendem, cada um à sua medida de planeamento. É uma matéria que hoje não existe por conhecimento



da estrutura que faz este acompanhamento de mobilidade no concelho. Não existe discussão sobre esta matéria à data, pode vir a iniciar em breve, mas o PSD entende que é a altura de todos vermos com preocupação a mobilidade e olharmos para as pessoas e para os portimonenses, de forma a que utilizem mais o transporte público e que com essa maior procura e depois naturalmente com as posições de aumentar a procura aumenta a oferta, de certeza e as linhas e o melhoramento de linhas e, portanto, isto pode ser uma forma de contribuirmos também politicamente para a educação para a mobilidade, a transição energética e a sustentabilidade, e naturalmente olharmos para um ambiente em Portimão e de até se quisermos indiretamente para o estacionamento e para tudo aquilo que aloca depois a inutilização da viatura própria. Naturalmente que somos sérios nesta proposta, é uma matéria que me é cara, porque já trabalhei precisamente nesta matéria durante três anos no único município do país em que é totalmente gratuito o transporte público para todos os munícipes, e sabemos que isto cobre custos.----- Dar o exemplo de Lisboa, para não virmos com qualquer demagogia financeira, escuso de dizer números, mas estamos a olhar para as casas dos quinhentos e sessenta mil. Portimão dos zero aos catorze anos, tem treze mil jovens, sabendo que não são todos contabilizados para esta bilhética. Dizer que Lisboa irá gastar este ano seis milhões e meio de euros, que saem do orçamento para serem investidos, para conseguir conceder a gratuitidade de transportes a jovens e a mais de sessenta e cinco anos no concelho de Lisboa.-----
----- -Aquilo que o PSD sugere, é sermos mais um parceiro, juntamente esperarmos com todos os partidos para iniciarmos um trabalho de estudo económico de impacto, que exista para que o município, e vem hoje na informação escrita, que fruto do trabalho económico e financeiro, que todos os partidos concordam, os últimos anos, tem vinte e seis milhões de euros, está dito na informação e é oficial, a serem transferidos e, portanto, em possibilidade de melhorar a qualidade de vida dos portimonenses. Dizer que em Lisboa, são seis milhões de euros, vinte e seis a seis é muito grande, e se fôssemos Lisboa, conseguíamos também suportar isto, porque é uma escolha que o executivo tem de fazer, política, e que o PSD acompanhará se o executivo avançar nesta matéria, e que nos próximos anos alargando tendencialmente a pessoas com deficiência, estudantes do ensino superior, Lisboa vai gastar catorze milhões de euros. Portanto, não acredito que



Portimão, e queremos também incorporar está na proposta, estudantes do ensino superior, pessoas com deficiência ou limitação de mobilidade, pessoas de carência profissional, ou seja, desempregados à data para serem abrangidos, não acreditemos que a subida fique a estes valores de Lisboa, e repito, o município tem capacidade de investir na qualidade de vida dos portimonenses e, portanto, aquilo que o PSD propõe, sem a possibilidade, que o documento é claro, de nenhuma fantasia ou demagogia, é: o início do estudo de impacto económico que terá no concelho, que é muito importante sabermos ao que vamos e como, o regulamento de inclusão ou exclusão, situação da pessoa, se vive em Portimão ou se trabalha, e como incorporar as pessoas e naturalmente o acompanhamento com a estrutura que faz o transporte e que tem o contrato com o município relativamente ao Vai e Vem, para a Câmara poder organizar a questão do pagamento da bilhética. Portanto, termino dizendo que o PSD entende que isto é uma proposta de todos, não é do PSD. Aliás, acho que quase todos os partidos falaram cada um à sua maneira desta proposta. Aquilo que nós queremos é dar, ou dar o contributo digamos assim, para dar o pontapé de saída nesta matéria que é conseguirmos ter uma melhor educação para a mobilidade, olharmos para a sustentabilidade e trazermos, se umas propostas são extemporâneas, trazermos outras que porventura são demasiadamente estratégicas para poderem ser refutadas ou chutadas para canto porque sim. Para já disse e ficamos à disposição para qualquer questão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que vai ser muito breve. Senhora Presidente, é só para pedir um pedido de esclarecimento aqui à bancada proponente. ----

----- Antes, dizer que estamos de acordo com os pressupostos da proposta exceto com um, e o pedido de esclarecimento é exatamente esse, porquê o limitar aos menores de dezoito anos e maiores de sessenta e cinco e não abranger desde logo neste estudo as pessoas com idades compreendidas entre os dezoito e os sessenta e cinco anos, que no fundo são o grosso da população que em Portimão, por exemplo, utiliza o carro individual e transporte individual. Parece-nos que, enfim, não faz sentido se é para estudar e tentar ver os condicionamentos financeiros, nomeadamente, também com a implementação desta proposta, não faz sentido para nós não incluir desde logo as pessoas dessa faixa etária e, portanto, não faz sentido, e nós tínhamos essa proposta no nosso programa eleitoral e continuamos a defendê-la, porque entendemos que numa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perspetiva de reforçar a mobilidade urbana, é de elementar justiça incluir e não limitar, incluir outras pessoas de outras faixas etárias, e não limitar aqui a jovens até aos dezoito anos, ou jovens há mais tempo com mais de sessenta e cinco. Disse. -----

6. Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, aproveitou só para responder, se calhar ajudou o senhor vereador a seguir. A questão é que associado a este processo e se olharmos para a implementação que foi feita em municípios como Cascais e agora Lisboa, tem a ver com a capacidade de, faseadamente, os municípios com a operadora ou o operador, conseguirem gerir a forma de disponibilizar as condições de utilização e não haver bloqueios, ou de repente não entrar. É diferente entrar dez mil registos e entrarem cinquenta mil registos e, portanto, nós dizemos na proposta que é para incluir toda a gente faseadamente, mas isso já parte de uma estratégia que o município terá que levar a reunião de Câmara e que implementar, pode ser de um ano, pode ser de seis meses, pode ser de dois anos, mas a proposta diz que é para incluir toda a gente. Agora de início, tem a ver com a capacidade da resposta de bilhética à imagem que o município de Cascais fez até passar na totalidade a gratuitidade e como Lisboa também está a fazer, que já é público e todos conhecem. É só por isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só deixar aqui uma nota. Nós temos hoje a estreia do senhor vereador José Pedro Cardoso, desejar-lhe a melhor sorte no exercício do seu mandato e deixar também aqui um agradecimento público de todo o trabalho que foi feito, quer enquanto Vice-Presidente, quer enquanto vereador ao senhor ex-vereador, mas um cidadão muito ativo e que muito trabalhou por este município, o senhor vereador Filipe Vital. Portanto, queria desejar a melhor sorte para a vida pessoal e profissional dele e deixar-lhe este agradecimento em termos pessoais. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que regressa aqui a esta casa onde já fez parte da Assembleia Municipal durante seis anos, se não se engana, com muito gosto, com debates muito profícuos e com muito gosto em exercer esse mandato, agora aqui nestas funções, tentará também dar o seu contributo e ser produtivo e proativo para a discussão e para o bom funcionamento desta Assembleia, que de facto é o órgão deliberativo do município e tem uma importância extrema, e respeita na totalidade este órgão, muito e na pessoa da Presidente cumprimenta toda a gente e agradece as felicitações. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Bem, eu queria só muito rapidamente fazer aqui um enquadramento daquilo que se está a passar, porque é importante enquadrar esta proposta naquilo que estamos a passar neste momento no município em termos de mobilidade, em termos de mobilidade e em termos de Vai e Vem. - -----

----- Os senhores deputados municipais estão recordados porque veio há pouco tempo aqui a esta Assembleia, qual é o ponto de situação do transporte rodoviário urbano neste momento em Portimão. Nós, tal como os outros municípios do país, por força da aplicação do regime jurídico dos transportes públicos que foi o que entrou em vigor com uma lei em 2015, e assim que acabou a prestação de serviços que estava em vigor do transporte do Vai e Vem, procedemos rapidamente à regularização da situação do enquadramento legal deste transporte neste serviço de transporte público, e essa regularização não é nada mais nada menos do que cumprir a lei nesse sentido, e cumprir a lei nesse sentido é aplicar regras de mercado à escolha de um operador, e isso foi feito através de um procedimento de concurso público que foi preparado, que está a ser preparado há uns anos a esta parte, que tem tido um encadeamento e um desenvolvimento que o vereador do pelouro anterior em tempos quando veio aqui o contrato, o futuro contrato que vai ser celebrado em breve com o novo operador, fruto desse concurso público internacional que agora ainda aguarda visto do Tribunal de Contas a todo o momento, veio para aprovação nesta Assembleia Municipal, houve esse histórico, houve essa explicação, explicou-se o que é que foi feito, explicou-se quais eram as novas regras, no fundo os municípios não estavam preparados, nem nunca tinham operado com base em regras de mercado para os transportes públicos e hoje no país inteiro há municípios, daquilo que tenho falado com colegas autarcas e com a autoridade de transportes, há municípios que estão em situações mais complicadas, outros já têm a situação resolvida. Não sei se viram, as notícias em Lisboa, mas por exemplo a Carris Metropolitana, adiou agora para 2022 a entrada em operação dos transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Por exemplo no Norte, existiram situações em que os concursos foram impugnados por empresas que nem sequer participaram. Portanto, há uma panóplia de situações que está a acontecer com todos os municípios que têm estado a fazer este processo. Portimão não foi diferente, Portimão fez o seu trabalho, obviamente face à complexidade legal desta matéria, e por ser novo para os municípios também, asseguramos da melhor forma para criar a documentação necessária para lançar este concurso público internacional, e o que se fez foi um estudo de viabilidade económica e financeira, uma justificação com base num consultor que foi contratado, um especialista na área, que fez um estudo, de justificação de um modelo de contratualização desse transporte daqui para a frente, e ficou definido nesse estudo que o novo modelo seria um modelo de concessão, modelo



de concessão, porquê? Porque chegou-se à conclusão que o modelo de concessão partilhava o risco com o operador e que incentivava o operador a ter um serviço melhor, mais eficaz. Portanto, tudo aquilo que o interesse público defende com a legislação em vigor, esse modelo era o modelo mais adequado. Então lançámos um concurso público com base no modelo de concessão. Nesse concurso público, num estudo económico-financeiro que foi feito, chegou-se de grosso modo, com base no plano de operações de transportes que ficou definido com esse operador, para levar o concurso com o caderno de encargos. -----

----- Os pressupostos eram muito simples, os pressupostos eram, Portimão tem uma rede de transportes consolidada de há muitos anos a esta parte. Portanto, era manter essa rede de transportes consolidada e melhorá-la, mantendo o mesmo número de quilómetros, mantendo a rede no seu global, eliminando alguma redundância da rede, alguma sinuosidade, tornando-a mais eficaz, tendo uma operação com transportes mais verdes e menos poluentes, potenciando a procura do serviço, reduzindo os custos para a autarquia, ter uma proposta no fundo que fosse economicamente sustentável e que melhorasse o serviço de transportes. E, de grosso modo, o que se conseguiu com esse caderno de encargos, houve um concorrente, esse concorrente ganhou, neste momento o contrato vai para Tribunal de Contas e vamos ter em breve um contrato de concessão, que durará sete anos e que tem em média e que está previsto nesse contrato, pela disponibilização do serviço público de transportes, uma contrapartida que é mais ou menos, de grosso modo, cerca de um milhão de euros por ano, um milhão de euros por ano que é pago ao operador para disponibilizar o serviço, e o operador fica com a bilheteira. É um bocadinho diferente daquilo que se fazia para trás com a prestação de serviços, em que de facto se pagava um valor que não era um valor, que não tinha ido a mercado, não tinha ido ao escrutínio do mercado, tinha sido definido com regras que não eram as regras atuais da nova legislação, que era superior e cuja bilheteira depois revertia a favor do município, ou seja, o operador funcionasse bem ou funcionasse mal, o risco estava sempre do lado do município e o Vai e Vem nunca tinha nenhum incentivo da parte do operador em ter um bom serviço de transportes públicos. Portanto, nós neste momento, isto só para contextualizar para percebermos o que é que estamos aqui a falar, neste momento, a fase em que estamos é uma fase em que o Tribunal de Contas irá em breve visar esse contrato e nós estamos a acordar com o operador uma altura para breve que será, queremos que seja para breve mas não tão breve, para podermos informar de todas as alterações que vão existir em termos de linha, em termos de trajetos, e que a operação comece o mais rapidamente possível mas com a informação necessária na rua e toda a operação montada. Este é o ponto de situação do Vai e Vem hoje em dia. -----



----- O que é que há em termos de Vai e Vem, de transportes públicos, em termos de tarifário atualmente e o que é que vai passar a existir. Nós atualmente temos além da bilhética normal, temos dois modelos de passe, aliás temos dois modelos de passe e temos um transporte escolar. Os estudantes do município de Portimão, que residam em Portimão, todos eles podem adquirir um passe escolar com quarenta por cento de desconto, hoje em dia. Portanto, em vez de pagarem os vinte e quatro euros de um passe, pagam catorze euros. Os idosos com mais de sessenta e cinco anos hoje também conseguem ter esse passe social a pedido, portanto também têm esse desconto, quarenta por cento. -----

----- Para terem uma noção, o que é que estas medidas permitem. Estas medidas permitem que só aceda a este tipo de benefícios, quem efetivamente quer usar o transporte. Eu posso-vos dar aqui os dados Em 2019, a média de passes nestas modalidades mensal, era de seiscentos passes para estudantes e setecentos, oitocentos passes para seniores. Além disso, a lei obriga e prevê que qualquer estudante que more num raio de mais do que três quilómetros da escola onde tem aulas, que o município lhe ceda um passe gratuito, portanto tem esse transporte gratuito. -----

----- Agora, queria fazer aqui um histórico. Em 2009/2010, mais ou menos, esta medida foi aplicada. A Câmara propôs na altura que todos os estudantes tivessem um passe gratuito. O que é que se verificou nessa altura, da informação que pude apurar. Muitos estudantes pediram passes, poucos utilizaram esses passes, ou seja, o que é que aconteceu, houve dinheiro público investido em passes que não foram utilizados, porque se criou uma medida que era uma medida avulso, não houve um incentivo claro dos estudantes usarem os transportes, houve passes pedidos, mas não houve passes a serem utilizados. Portanto, isso não se verificou e o município pagou esses passes. Se nós fizermos uma conta muito grosseira, o deputado Carlos Martins falou aqui dos números de Lisboa, uma conta muito grosseira, se considerarmos dez mil alunos em Portimão elegíveis para este passe, que agora pagam catorze euros por doze meses, estamos a falar de uma despesa de um milhão e seiscentos mil euros. Se considerarmos os treze mil habitantes de Portimão que têm mais de sessenta e cinco anos e fizermos a mesma conta, temos uma despesa de dois ponto dois milhões de euros. Portanto, de grosso modo e de uma forma muito grosseira, esta conta que no passado já se verificou que não incentiva a que este transporte seja utilizado por ser gratuito, teria no limite máximo um custo de quatro milhões de euros, para uma operação que neste momento por ano vai custar ao município menos de um milhão. Portanto, estamos aqui a falar em desfasamento de custos bastante grande. -----

----- Depois, queria dizer outra coisa. Nós estamos neste momento a fazer um estudo, estamos a preparar um plano de mobilidade que propõe várias medidas em termos de mobilidade para o



município que vai entrar em discussão pública em breve. Esse plano entre outras coisas, propõe que os estudantes usem os transportes públicos, mas também usem mobilidade suave e até se desloquem a pé nalgumas situações. Portanto, o que eu queria deixar aqui claro, é, face à situação que estamos em termos de transporte público, à situação do Vai e Vem que neste momento vai entrar em vigor um novo contrato, que vai ser escrutinado, vai ter capacidade de ser escrutinado e ajustado à oferta ao longo do tempo, como nunca foi, porque vai ter a capacidade de o fazer em termos de controle daquilo que é o contrato que vai ficar celebrado, face ao plano de mobilidade que está em curso agora e que vai entrar em discussão pública, face às soluções que vão ser apontadas nesse plano, estas soluções serão de equacionar no futuro, se o plano de mobilidade para aí apontar, como soluções viáveis. Neste momento, o histórico que temos daquilo que foi implementado há uns anos atrás, nomeadamente dar esta benesse aos estudantes, o que se verificou foi que de facto houve passes pedidos mas não houve passes utilizados e isso teve custos para o município. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que vai já começar a mobilidade suave, que vai ser andar, e sobre esta matéria, ficou feliz com a intervenção do senhor vereador, que aproveita para desejar os maiores sucessos no exercício do cargo e quanto mais feliz for, mais feliz serão todos os portimonenses. Mas sobre isto até tomei nota, porque assim é mais fácil, foi o que acabou de dizer e dar uma primeira nota. -----

----- Agradeço a explicação e contextualização, mas aquilo que ocorre entre o contrato celebrado com o município e com a operadora, é totalmente à parte daquilo que nós queremos, do contrato quase social digamos, do município com os portimonenses, e depois veio dar razão à proposta do PSD aqui em várias coisas que fico mesmo muito contente. A primeira, o operador já fica com a bilheteira. Foi o primeiro passo que Lisboa e Cascais fizeram para exatamente a Câmara poder negociar e contratualizar aquilo que paga de bilhética. Portanto, aqui podemos começar a trabalhar em Portimão. Já existe, portanto, o acordo. Ah! Já está, o de um milhão de euros é aquele que a Câmara tem e que isto custava por alto quatro milhões de euros, eu por acaso aí discordo, por alto, valores arredondados, são valores fantasiosos que estamos aqui a olhar, mas no sentido para explicar, e eu aqui dizia o seguinte. Aqui discordo do senhor vereador, porque acho que aí é até um número muito abaixo de que outros municípios gastam, Portimão tem essa capacidade, e lançava o desafio ao PS de dizer, é um bom valor, é melhor pagar quatro milhões e dar mobilidade, do que pagar só um milhão, porque assim gasta menos. Aqui devemos investir e dar esta nota, devemos investir os quatro milhões para dar isso,



gratuidade nos transportes e utilização, e depois há aqui uma coisa que, e dar esta nota. Eu percebo o que disse, mas discordo, por causa dos passes. A gratuidade dos transportes não é dada ao deus dará e entra-se lá dentro. As pessoas como acontece em Lisboa, vão ter que registar-se e fazer um registo para um cartão de identificação municipal, como em Cascais, é o Cascais ID, inscrevem-se, têm que o pedir para ter acesso, para a Câmara o conseguir quantificar e saber depois, dependendo do número de utilizações, quanto é que tem no acordo para pagar à operadora, ou seja, não significa que seja muito diferente de quem pediu o passe, não. Mas também dizer que aqui, se o município já tem um acordo de pagamento com percentagem e desconto, ou, digamos, de benefício social para alguns escalões da sociedade, é meio caminho, só falta o resto e, portanto, daquilo que me parece, estamos a caminhar no mesmo sentido, só não concordo dizer que já temos um milhão, acho que então se é quatro, ou cinco, ou seis, é a oportunidade certa para estarmos todos de acordo e chegarmos ao ponto que seja sete ou oito milhões, o município tem vinte e seis, agora por exemplo e chegarmos ao ponto de dizer, devemos investir nisto e depois conseguir ter uma qualidade e um benefício muito superior a nível contratual do município, já foi dito, mas não tem nada a ver com o operador. Portanto, é aquilo que eu queria dizer, os passes que iniciaram processos nos municípios muito grandes e muito mais complexos, estão concluídos. Para já, disse. -----
----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, e pedindo desculpa ao senhor vereador José Pedro Cardoso, por enfim, falando de mobilidade não ser suave como gostaria, a intervenção, a longa intervenção que ele aqui nos fez, recordando coisas que nós votámos aqui há poucos meses, acho que de uma forma desnecessária até, mostra se fosse necessário ter essa demonstração, mostra qual é a visão completamente distorcida que este executivo tem do que é a mobilidade urbana em Portimão. Quando se fala aqui de números exclusivamente e se olha para esta questão de uma visão exclusivamente economicista, e quando se diz que o plano de mobilidade que já se fala, enfim, há muitos anos em Portimão, é quase uma obra de santa Engrácia, em Portimão está em fase final, mas estranhe-se ainda nem sequer chegou a discussão pública nem os cidadãos tiveram oportunidade de se pronunciar sobre ele, mas vai contemplar nomeadamente uma medida que eu arrisco a dizer que será *case study* a nível mundial, que é recomendar que as pessoas andem a pé, um plano de mobilidade que vai recomendar que as pessoas andem a pé. Senhor vereador José Cardoso, enfim, desejo os maiores sucessos, mas que a próxima intervenção seja mais sugestiva do que a que acabou de fazer. disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, que só queria em dez segundos dizer que foram aqui apresentados factos que não são factos e aconselhava o executivo a realmente ler a documentação que existe da União Europeia sobre o efeito que estas medidas têm na mudança da mentalidade das pessoas e também na forma como as pessoas usam os transportes públicos. Portanto, dizer que não resulta sobre nada, vão ver os factos, por favor. Basta ir à União Europeia, se tiverem dúvidas, eu mando o email. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS esteve de facto a analisar de uma forma amadurecida esta proposta do PSD, e efetivamente poderão parecer ao momento algo mais conservadores que o PSD nesta matéria, e dizendo isto porquê. Porque na verdade, esta proposta, é uma proposta obviamente atual, é pena que ela não venha fundamentada com algum esboço, estudo da sua viabilidade, mas é sabido que independentemente das questões de alguma cumplicidade das relações com o Tribunal de Contas, há uma questão de fundo que é esta. Nós estamos aqui perante uma proposta de um estudo de impacto financeiro, agregando os jovens até aos dezoito anos e mais de sessenta e cinco anos sem mais, ou seja, configurar esta proposta em termos meramente etários, parece-nos absolutamente controverso e um tanto em contraciclo, não é, ou seja, digamos, uma base economicista aquela que tem a ver com a crise global, com o aumento das taxas de juro, enfim, naturalmente as incidências na dívida pública, são no fundo aspetos que antecipam o movimento da economia e que é preciso ter em conta para não fazer subir a despesa pública local, de forma a justificar-se face à situação bem provável das dificuldades que irão surgir, nomeadamente ao nível de franjas sociais da população mais carecidas e, portanto, digamos que nesta matéria, à semelhança daquilo que já aconteceu com o Covid, "prudência e caldos de galinha não fazem mal a ninguém". Portanto, nós percebemos a intencionalidade da gratuidade dos transportes, concordamos com ela, não ao momento, neste momento, até podemos achar que esses transportes gratuitos podem ser perniciosos, justamente porque podem representar maus serviços se nós não tivermos um governo capaz de financiar a diferença face ao agigantamento do custo real para aqueles que tenham mais necessidade. Nós temos analisado, por exemplo, neste momento a crise dos combustíveis e não podemos ficar insensíveis a isso. Quer dizer, nós não vivemos no melhor dos mundos, nós temos que entrar em linha de conta, não sendo economicistas, temos que perceber que a economia é qualquer coisa que existe, tem existência própria. Portanto, digamos que os preços sociais são isso mesmo, em respeito ao financiamento da diferença face ao custo real e, portanto, vamos ver se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esta proposta é ou não é discricionária. Aliás, o senhor deputado do Portimão Mais Feliz, há pouco abordou esta matéria, dizendo que, não obstante, concordava, não tendo ainda obtido resposta, não é, mas nós realmente temos dificuldade e queremos que esta resposta venha ao de cima e que seja clara, porquê? Porque nós entendemos que esta proposta tem todo o cabimento se ela for inserida numa lógica de sentido social, isto é, se fizer parte de uma política social de transportes para os jovens em idade escolar, para indivíduos que pela sua condição de desemprego possam recorrer a um passe social, para idosos reformados, não necessariamente maiores de sessenta e cinco anos, porque há inválidos, há reformas de invalidez que não atingem os sessenta e cinco anos, digamos são situações prematuras. Ora, tudo isto tem que ser objeto da nossa elencagem. Portanto, eu diria que uma medida para todos sem exceção, tem um suporte de uma linguagem inclusiva que visa excluir. Trata-se de uma sobrecarga para a população ativa de Portimão que se obriga a pagar para quem precisa e para quem não precisa, ou seja, esta acessibilidade face à necessidade, deve ser, de facto, equacionada com ponderação, de maneira a que a residência fiscal não signifique, porque não significa mesmo, um atentado de incapacidade que comprove uma situação de penúria. Portanto, é necessário que nós neste momento tenhamos em conta efetivamente a natureza dos recursos e a quantidade de recursos que dispomos. Portanto, mesmo sob pena de parecermos conservadores nesta matéria, nós concordamos, digamos, basicamente com uma filosofia de trabalho que tenha como base uma política social de transportes, naturalmente que sim, e uma política social de transportes que não entre nos paradoxos da sobrecarga de impostos, porque, por um lado clamamos com a sobrecarga de impostos, por outro lado achamos que a população ativa deve ser permissiva a esta sobrecarga por conta de quê, da mobilidade sustentável, de forma integrada e global? Não, não é isso que está aqui em causa, nós estamos aqui focados num determinado modo de transporte e só. Portanto, vendo essas matérias, eu acho que o PS tem a obrigação de, a curto prazo, juntamente com o PSD, se estão efetivamente alinhados, como parece que sim, uma filosofia de transportes que efetivamente promova a mobilidade sustentável, que possam realmente promover aqui um debate numa antecâmara que possa viabilizar realmente esta proposta, dando-lhe digamos uma substância diferente, pelo que nós, neste momento, não estamos de facto em condições ainda, porque achamos que a proposta não está suficientemente amadurecida, não estamos ainda em condições de a votar favoravelmente e lamentamos por isso. Portanto, não estamos a utilizar cinismo político como é habitual nestas esferas, mas estamos de facto a ponderar seriamente esta matéria, que é uma matéria da máxima importância. Disse, muito obrigada, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar e em resposta ao senhor deputado Figueiredo Santos, dizer-lhe que a proposta do PSD é apenas o início de um estudo. Portanto, se os senhores não estão de acordo, não sei qual é, você não disse qual era, o que é que ia votar, portanto se iam votar contra, se iam-se abster, portanto nem interessa, mas pronto já de princípio não concordam. Mas dizer-lhe que a parte financeira era, se para este caso o município não tem condições para financiar seja o que for, ou os portimonenses, também devia de repensar, somar, portanto, todo o dinheiro que gasta em festas e festarolas ao longo do ano e, portanto, se calhar tirar uma parte dessas festas e festarolas, se calhar havia cabimento para este tipo de iniciativas. Tenho dito, senhor deputado, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, mas eu acho que o senhor deputado está equivocado, eu não me esclareço de rigorosamente nada, porventura até devo ter tido um bocado distraído nesta matéria, mas não me esclareço, porque eu não preciso de esclarecimento. -----

----- Aquilo que foi lançado aqui, foi efetivamente a possibilidade de consorciarmos uma base de trabalho para aprofundar esta matéria. Consequentemente, portanto, tivemos uma visão construtiva neste plano. -----

----- Segundo aspeto, foi o que disse a respeito claramente à nossa posição, e fomos claros, dissemos nós ainda não estamos em condições, porventura de uma forma mais conservadora do PSD, não é, de contribuir para esta finalidade da gratuidade nesses termos, justamente porque esta matéria carece de uma visão mais ampla e mais estruturada da matéria que respeita à vida económica e social da autarquia, e consequentemente nesta base não faria muito sentido que nós pura e simplesmente descurássemos estes aspetos e não consorciássemos de posições. Agora, é desejável que a realidade seja vista de forma maníaca e está a preto e branco. Então, tudo bem, o Figueiredo Santos até se oferece para dar as palmas, as costas e tudo mais, não é? Agora, isto não pode funcionar assim e com argumentação básica tão basilar, tão línea como a que tem a ver digamos com a argumentação das festas e das festinhas. Nós estamos numa cidade turística e lembremo-nos disso, e mais não vamos avançar, porque efetivamente o que está aqui em causa não é a argumentação relativamente à dinâmica sociocultural e festiva de Portimão. O que está aqui em causa, é uma análise de uma questão enfocada nos transportes, mas que tem a ver obviamente com um conjunto imenso de elementos que estruturam a própria vida social local. Obrigada, senhora Presidente, peço desculpa. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que acha que ambas as partes têm razão, mas acha que o Bloco de Esquerda criou uma gratuidade universal para todos para não haver divisões dos dezoito, dos sessenta e cinco, depois os alunos que são universitários maiores de dezoito anos já não têm direito ao passe. Eu acho que a gratuidade deve ser universal, e também, para ser universal, os próprios transportes Vai e Vem têm que ter condições e melhores rotas e melhores horários para que as pessoas possam usar, senão também não vai surtir efeito. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e reiterar mais uma vez os votos de sucesso e felicidade para o senhor vereador José Cardoso. Há aqui temáticas que já foram, enfim, mais que abordadas, mais que escarpelizadas, mais do que faladas também noutras assembleias, mas há aqui uma coisa que me preocupa, e isto a mim enquanto munícipe desta cidade, mas com certeza em função daquilo que é a atualidade deste município, que são cento e catorze milhões de euros de dívida, e isso é que condiciona tudo, e não só condiciona o presente, mas como vai condicionar o futuro, e eu volto a esta ladainha da dívida. Mas ouvindo aquilo que ouvi aqui do senhor vereador, eu fico preocupado se isso não é tido em consideração, que é, «ok, o executivo deixa de ter a responsabilidade que tinha, deixa de ter a responsabilidade, porque antes ainda recebia dinheiro da bilhética, agora deixa de receber e, portanto, vai agora pagar um valor ao operador. Certo»? Que é um milhão de euros, mais ou menos. O que me preocupa, é se essa transferência de pagamento simboliza ou não uma transferência da qualidade do serviço prestado. Essa é outra questão. -----

----- Depois, quanto à moção que aqui está referida, penso que o PSD poderia ter ido muito mais além com certeza e no sistema de gratuidade para todos os munícipes, que isso sim é um verdadeiro incentivo, não só a quem está, mas também para quem vem, e não sei se isso simbolicamente significa muito ou não no orçamento nesta área, porque como dizia ali o senhor deputado Natalino, festas e festarolas, em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão, e mais, palavra dada é palavra honrada, se não há dinheiro, se não podemos fazer determinadas coisas, também não devemos fazer outras, independentemente de Portimão ser uma cidade turística. Com certeza que sim, é preciso considerar isso e é preciso considerar uma estratégia de atratividade para a cidade, mas uma estratégia de atratividade para a cidade de acordo com a verba disponível. Portanto, eu penso que é fundamental fazer aqui equilíbrios, agora eu fico preocupado é se dantes não havia qualidade e o executivo tinha responsabilidade,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



agora passamos essa responsabilidade do transporte urbano para um operador, mas depois a seguir eu tenho de saber se esse operador mantém ou não serviços de qualidade superiores àqueles que a Câmara dava ou no mínimo iguais. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que queria começar por dizer que concorda com o Carlos, de facto isto é uma preocupação que não é de esquerda, nem de direita, é de todos, o Bloco de Esquerda também tem no programa a gratuitidade e, portanto, eu acho que este é um texto que é abrangente e é um bom mote de partida como eu disse para um estudo, é o que estamos aqui a falar, para um estudo e dizer apenas que eu acho que é um exercício de demagogia rebuscadíssimo dizer, a gratuitidade é perniciosa na proatividade, ou na manutenção, ou até na busca da mobilidade e dos transportes urbanos, mas de facto, oferecer quarenta por cento da redução já é um bom caminho. Eu acho que esse é que é um argumento pernicioso e acho que é um bocado rebuscado, mas nós iremos acompanhar a moção, porque de facto estamos em concordância com a mesma. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhor vereador José Cardoso, gostava só de colocar aqui uma questão que eu há pouco depois acabei por me esquecer, que é, o senhor mencionou que houve em tempos...

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao deputado que ele tem que pedir ao senhor Vice-Presidente e depois o senhor Vice-Presidente é que concede a palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que o senhor Vice-Presidente não está, se não está não responde, quem cala consente. -----

----- Senhor vereador José Cardoso, há pouco mencionou que houve uma parte considerável das pessoas que em determinada altura não usaram as facilidades que o sistema dava. Certo? E tem noção das que usaram? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar ao senhor Vice-Presidente se dá a palavra ou não ao senhor vereador para tentar esclarecer o senhor deputado? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que para já não tem tempo, e o senhor vereador ainda agora já disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que cede algum tempo do partido Chega. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que não quer levar mais tempo com esta questão, até porque já percebeu que o tema é complexo, e o próprio senhor deputado não percebeu tudo o que ele disse em termos da explicação, e é normal porque isto é uma coisa difícil para estarem a discutir em dez minutos. --

----- Essa referência que eu fiz relativamente a esse histórico, apurei, tentando perceber junto dos serviços se já tinha havido alguma situação semelhante, e o que me transmitiram e não tenho aqui números concretos, mas posso tentar ver se há números concretos, o que me transmitiram foi, houve uma altura em que essa proposta foi feita pela Câmara e houve de facto uma corrida aos passes, e como o deputado Carlos Martins disse e bem, os passes têm sempre que ser pedidos. Agora, o que se fez, aquilo que se verificou na altura, e posso depois ver com números se isso consegue ser correspondido com algum tipo de números que possam existir, é que a medida foi responsabilizadora no sentido da utilização dos passes e neste caso do investimento público, ou seja, muita gente pediu os passes mas acabou por não utilizar. Portanto, em vez de ser uma medida à semelhança daquelas que temos agora, e eu esqueci-me de referir as próximas medidas em termos de financiamento dos serviços que vão existir no próximo contrato, mas fica para outra altura. São medidas em que as pessoas que efetivamente querem... -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava que o vereador lhe respondesse concretamente à conversa, se tem ideia daqueles que aproveitaram ou não. Já, percebi, muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Gratuitidade dos transportes públicos, a componente da transcrição energética e a política de educação para a mobilidade - (subscrita pela bancada PPD/PSD)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi reprovada por maioria.** -----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de recomendação – Pela Classificação da Ria de Alvor como reserva natural (subscrita pela bancada CDU (PCP/PEV)**, cujo teor se transcreve na íntegra:« Desde a década de 70 que a Ria de Alvor tem sido objecto de vários estudos e debates quanto à melhor forma de conciliar os interesses das populações locais e a salvaguarda do seu património natural e cultural.-----

Em 1980 o Instituto Nacional da Investigação e Pescas, propôs a criação de uma Reserva Natural na Ria de Alvor, que mereceu a concordância do Secretário de Estado do Ambiente de então. -----

Em 1988 o Serviço Nacional de Parques apresentou um projecto para a criação da Área Protegida da Ria de Alvor. -----

Em 1991 foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, no qual se definem as zonas húmidas da Ria de Alvor como áreas de protecção da natureza. -----

Em 1992 foi criado, para funcionar junto do Ministério do Ambiente, um grupo interministerial com o objetivo de serem criadas regras de ordenamento e gestão da Ria de Alvor. -----

Em 1995 foi aprovado o Plano Regional de Turismo do Algarve, onde se define que a Ria de Alvor deve ser assumida como «Zona Tampão», reconhecida pelo seu valor natural de zona húmida. ----

Em 1996 o Instituto de Conservação da natureza (ICN) apresentou a 1ª fase da lista nacional de sítios a integrar a Rede Natura 2000, sendo que a Ria de Alvor foi excluída, mesmo possuindo cerca de 1 700 hectares onde estão identificados habitats e espécies referenciados pela União Europeia. -----

Em 2000 o ICN voltou a propor a integração de 833 hectares (de um total de 1 454 hectares) da Ria de Alvor na 2ª fase da Rede Natura, deixando de fora terrenos, onde estão classificados habitats e aves incluídos nas listas das directivas comunitárias, que pertencem a empresários com actividade na área do imobiliário. -----

Em 2000 a Ria de Alvor é integrada na rede Natura e é assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Portimão e o ICN para elaboração de um Plano de Pormenor para a Ria de Alvor, que nunca foi executado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Em 2004 foi criada uma Associação de Municípios Ria de Alvor entre as Câmaras Municipais de Portimão e de Lagos com vista à criação da área de paisagem protegida intermunicipal da Ria de Alvor a integrar a Rede Nacional das Áreas Protegidas. -----

Em fevereiro de 2005 foram aprovados pela Assembleia Municipal de Lagos os Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/ Portimão). -----

A Associação tinha como principal objectivo a criação de uma Área Protegida, a defesa, valorização e ordenamento da Ria de Alvor. -----

Esta associação elaborou alguns estudos e solicitou pareceres sobre a Ria de Alvor, no sentido da sua classificação enquanto área protegida. -----

Em novembro de 2011 a associação foi suspensa, sem qualquer justificação, para além da questão financeira. -----

Sendo internacionalmente reconhecida a importância da Ria de Alvor, que determinou a sua classificação como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional e a sua inclusão na Rede Natura 2000. -----

Encontrando-se a nível nacional, incluída na Rede Biótopos Corine, os seus solos classificados nas reservas Ecológica e Agrícola Nacionais e como Espaço de Fomento Agro-Florestal, integrando ainda a Lista Nacional de Sítios. -----

Considerando que todos os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento da Região do Algarve reconhecem a importância da área que abrange a Ria de Alvor como património a preservar. -----

Considerando que a nível geológico, a Ria de Alvor é o melhor exemplar de uma baía – barreira em toda a Europa e o melhor conservado a nível da zona mediterrânica. -----

Considerando serem estimados em 85 % os sapais salgados existentes no Barlavento Algarvio que desapareceram nos últimos 100 anos. -----

Considerando que a importância da Ria de Alvor ultrapassa largamente o interesse regional, sendo a área a proteger e os valores que comporta de interesse nacional, não se entende como nem porquê ainda não foi criada a Reserva Natural da Ria de Alvor, mais agora, após a classificação da zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio, a Lagoa dos Salgados. Restando a Ria de Alvor (segunda zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio) sem um estatuto claro de proteção.-----

A classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural tem por base o atrás descrito e o que enuncia o decreto – lei, que estabelece o regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde se define as áreas protegidas: “Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras



ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.”-----

“Entende-se por reserva natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.” -----

“A classificação de uma reserva natural visa a proteção dos valores naturais existentes, - assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente: a) A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geosítios em estado de conservação favorável; b) O condicionamento da visita a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural; c) A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação. “Se associarmos a tudo isto o que poderá significar em termos socioeconómicos esta classificação, com a valorização do turismo de natureza nomeadamente a observação de aves, a mais valia para a prometida Ecovia que atravessará este território, o ganho de notoriedade dos produtos extraídos da Ria nomeadamente bivalves e mariscos, com o valor acrescentado de terem origem numa reserva natural.-----

Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 27 de junho de 2022 delibere: -----

- Recomendar à Câmara Municipal de Portimão que encete conversações no sentido de reativar a Associação de Municípios Ria de Alvor recuperando todo o trabalho desenvolvido de caracterização e mapeamento. -----

- Dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da Área Protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor. -----

- Iniciar conversações com a Câmara Municipal de Lagos para conjuntamente chegar à sua concretização.» -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pensa que esta moção fala por si mesmo. Todos nós reconhecemos a importância da ria de Alvor que ultrapassa largamente o interesse regional, sendo área a proteger e os valores que comporta de



interesse nacional. Não entendemos, no entanto, é porque é que ainda não foi criada essa reserva natural da ria de Alvor e muito menos agora após a classificação da zona húmida mais importante do Barlavento algarvio, a lagoa de Salgados. Sendo como todos nós conhecemos a ria de Alvor a segunda zona húmida mais importante do Barlavento algarvio, continua no entanto sem um estatuto claro de proteção. «Esta classificação trará em termos socioeconómicos uma valorização do turismo da natureza, designadamente observação de aves, uma mais-valia para a permitida ecovia que atravessará este território, o ganho da notoriedade dos produtos extraídos da ria, nomeadamente bivalves e mariscos, que terá necessariamente um valor acrescentado ao terem origem numa reserva natural. Por isso a CDU recomenda à Câmara, que encete as conversações, a fim de reativar a Associação do Município Ria de Alvor, recuperando todo o trabalho desenvolvido de caracterização e mapeamento, dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da área protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor e iniciar as conversações com a Câmara Municipal de Lagos para conjuntamente chegarem à concretização.». Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Pela Classificação da Ria de Alvor como reserva natural (subscrita pela bancada CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de recomendação – Por uma transição para fogos de artifício silenciosos (subscrita pela bancada PAN)**, cujo teor se transcreve na íntegra:

«Considerando que: -----

a) Os fogos de artifício tradicionais utilizam bombas que explodem com elementos químicos depois de arremessados no ar, que são altamente poluentes. São compostos basicamente por pólvora,



mistura de enxofre, carvão e salitre e podem atingir, no momento de explosão mais de 120 decibéis (db), o mesmo que um martelo pneumático. A poluição atmosférica, ocorrida pela deterioração dos mesmos, levam a concentrações elevadas de poluentes gasosos, como o dióxido de enxofre e óxidos de nitrogénio. Alternativamente, os fogos de baixa emissão de som queimam de forma mais gradual, com uma explosão significativamente inferior, permitindo a observação de um degradé de cores no céu e um espectro de cores maior; -----

b) O uso de fogos de artifício é uma prática tradicionalmente usada nas celebrações, não obstante é hoje conhecido o impacto negativo que o ruído estrondoso tem nas crianças pequenas, pessoas com autismo, pessoas idosas, pessoas com determinadas enfermidades, refugiados aos de guerra e em animais domésticos e silvestres; -----

c) Em geral, bebés com menos de 6 meses de idade tendem a reagir mal a barulhos e sons repentinos e altos, como aqueles provocados pelos fogos de artifício. Também as crianças autistas são mais sensíveis aos sons intensos, podendo por isso vivenciar reações como medo, susto, desespero e angústia perante o ruído destas celebrações; -----

d) Em relação aos animais, nomeadamente o cão, a sua audição é muito mais apurada que a do ser humano (a audição do cão é capaz de captar sons na frequência entre 10 e 40 mil Hertz, enquanto no ser humano apenas são captados os sons entre as frequências 10 a 20 mil Hertz), fazendo com que o som dos estrondos seja percebido de uma forma muito mais intensa. O barulho, associado ao medo, desencadeia respostas fisiológicas de *stress*, por meio de ativação do sistema neuroendócrino, que resultam numa resposta de luta ou fuga, observada através do aumento da frequência cardíaca, vasoconstrição periférica, dilatação da pupila, piloereção e alterações no metabolismo da glicose (dados de um estudo elaborado pela *Society for the Prevention of Cruelty to Animals – SPCA Scotland*); -----

e) Todos os anos, sobretudo depois das celebrações da passagem de ano, existem relatos do desaparecimento de vários animais de estimação após o lançamento do fogo de artifício. Muitos animais, sobretudo cães, fogem apavorados e acabam perdidos ou atropelados. Outros, na ânsia da fuga, terminam enforcados nas correntes que os prendem. Alguns têm convulsões, ataques epiléticos, tremores, surdez ou ataques cardíacos; -----

-f) Os danos causados pelo barulho das explosões atingem animais domésticos, mas também animais silvestres, sobretudo os pássaros. Com as explosões repentinas, os bandos de pássaros que estão a dormir, têm uma reação instintiva de fuga que, combinada com a falta de visibilidade noturna, causa a morte de muitas aves decorrente do choque com as estruturas urbanas durante o voo; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



g)No Reino Unido, foi lançada uma petição que conta com mais de 500 mil assinaturas, na sequência da morte de *Molly*, uma cadela de apenas 18 meses que, segundo a sua tutora, terá morrido com um ataque cardíaco após os fortes estrondos do rebentamento dos fogos-de-artifício, motivando à discussão deste documento no Parlamento;-----

h)Existem fogos-de-artifício sem estrondos e sem barulho e têm vindo a ser experimentados em um número crescente de cidades do mundo: no Brasil as cidades de Campos do Jordão e Poços de Caldas aprovaram recentemente leis que proíbem a utilização de fogos-de-artifício tradicionais, na Europa em Collecchio, uma cidade na província de Parma, Itália, que para comemorar o seu "Settembre Collecchiese" escolheu os fogos-de-artifício sem barulho; Cidade de Tyne, em Inglaterra. Em Portugal, temos os exemplos de Setúbal, Olhão e Loulé, que a aprovaram a recomendação de transitar para fogos-de-artifício silenciosos; -----

i)Face ao exposto, é urgente que se repense a utilização de fogos-de-artifício ruidosos, respeitando o bem-estar de todos: bebés, crianças mais sensíveis, grávidas, idosos, doentes, animais e ambiente. É nesse sentido que um número crescente de cidades passaram a utilizar nas suas celebrações, fogos de artifício silenciosos combinando este espetáculo com música de fundo e projeções audiovisuais, preservando o espetáculo de cor e eliminando o tão prejudicial ruído;-----

j)Existindo assim alternativas que satisfazem o espírito festivo, como os fogos de artifício sem ruído ou os espetáculos de *video mapping* e laser, impõe-se repensar a continuação da utilização de fogos de artifício tradicionais nas celebrações do município.-----

----- **Assim e face ao exposto, a representação municipal do PAN propõe, que a Assembleia Municipal de Portimão, delibere recomendar à Câmara Municipal de Portimão:**-----

1.O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização/informação sobre os impactos negativos da utilização de artefactos pirotécnicos nas festas e celebrações do município, nomeadamente no ambiente, nas pessoas mais vulneráveis e nos animais; -----

2.A preferencial utilização de formas mais ecológicas de celebração e sem poluição sonora e ambiental, como o *video mapping* e o laser; -----

3.A eliminação do uso de segmentos de fogos de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações, visando a redução do limite máximo de decibéis utilizados; -----

4.O estabelecimento de locais de lançamento de fogo de artifício que acautele o bem-estar de pessoas e animais, longe de parques, abrigos e canis para animais, bem como de hospitais ou outras instituições onde se encontrem pessoas mais suscetíveis de sofrerem com o ruído.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedeu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua recomendação é à Câmara Municipal de Portimão, por uma transição de fogos de artifício silenciosos, uma vez que estes são atingidos mais de cento e vinte decibéis no momento da explosão, sendo que a mesma é composta por elevadas concentrações de poluentes gasosos. Em alternativa, os fogos de baixa emissão de som queimam de forma mais gradual, e uma explosão significativamente inferior. Neste sentido, consideramos urgente que seja repensada a utilização de fogos de artifícios ruidosos, respeitando toda a comunidade e o ambiente. De salientar que em Portugal esta recomendação foi aprovada em Setúbal, em Almada, em Gondomar e aqui próximo, em Olhão e Loulé. Para já, é isso. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Por uma transição para fogos de artifício silenciosos (subscrita pela bancada PAN)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	0	0	1	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	2	1	0	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de recomendação foi aprovada por maioria.** -----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Proposta para criação de "Depuradora de Bivalves" (subscrita pela bancada CHEGA)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento municipal de Portimão, vem o Partido CHEGA apresentar a seguinte proposta, nos termos melhor infra explanados, considerando que:-----

As normas sanitárias relativas à produção e colocação no mercado, de moluscos e bivalves vivos, são exigentes ao nível sanitário, técnico e financeiro. -----

A segurança sanitária dos moluscos bivalves vivos, capturados e comercializados, em zonas estuarinas portuguesas e, seu controlo sanitário oficial são regulamentados de acordo com o Regulamento (CE) n.º 187/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de janeiro de 2002.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Atendendo às características do seu meio natural, os moluscos bivalves vivos (MBV), estão sujeitos a diversas contaminações, tais como microbiológicas, físico-químicas e biotoxinas. -----

A alimentação dos MBV, ao ser realizada por **"filtração"**, pode originar contaminações, por microrganismos contaminantes e biotoxinas existentes no meio natural (água e fundos bênticos). Dos microrganismos que podem representar risco, para a saúde humana, incluem-se alguns patogénicos. Os MBV geralmente são cozinhados ligeiramente em (tempo e temperatura), pelo que é importante, o seu controlo na "atenta depuração", previligiando assim, a segurança alimentar!!!-----

Para que possam ser disponibilizados ao consumidor, os MBV's têm de cumprir critérios microbiológicos regulamentados e, com teores máximos de contaminantes, fixados no Regulamento (CE) n.º 1881/2006. -----

-----O aumento substancial de mariscadores não autorizados oficialmente nos estuários, rias, e ribeiras, poderão ser factores determinantes e responsáveis, pela falência do sistema. -----

Não esquecer também da existência de pseudo-depuradoras particulares, que não oferecem minimamente segurança, isentando-se de materiais, análises, condições próprias, e vigilância médico-veterinária. -----

As "Depuradoras" servem para tratar os bivalves vivos (amêijoas, ostras, berbigões e conquilhas) durante o tempo necessário, para a eliminação ou redução do teor de contaminantes microbiológicos, para valores legais, de modo a torná-los próprios para consumo humano.-----

-----Em 23/01/2015, foi inaugurada em Olhão, pelo Secretário de Estado do Mar, o Sr. Manuel Pinto Abreu a "Depuradora do Povo" assim intitulada, por ser fundada e constituída pela carolice de sócios, de uma cooperativa de pescas.-----

-----O seu investimento rondou os 280.000 euros, comparticipados em 80% de fundos europeus e, nacionais. Obra, que permitiu um desenvolvimento económico notável à região do Sotavento. Desde logo, passando a níveis saturantes de depuração, pela procura de todo o território algarvio. Esta depuradora tem a capacidade diária de depurar, entre 1000 a 1500 Kg.-----

Hoje em dia, já existem mais 4 (quatro) unidades sanitárias idênticas, todas localizadas no Sotavento Algarvio.-----

Urge a necessidade em instalar uma depuradora municipal no concelho de Portimão, onde residem pelo menos, mais de uma centena de munícipes, que se dedicam profissionalmente à apanha desses mariscos. Isto, sem contabilizar outros, que residem nos limítrofes ou fora do concelho, para usufruírem da mais valia. -----

Para legalizar e garantirem o seu produto, através do Dec.-Lei 293/98 de 18 de Setembro, terão que se deslocar ao Sotavento (Olhão) em cerca de 300km. Explanando melhor, a depuração oscila



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



entre as 24 e 48 horas, sendo necessárias duas deslocações, levar e trazer, (4x75 km.), o que origina uma perda temporal e, um custo monetário (combustível e portagens) ao mariscador, como também o inflacionar do produto, ao consumidor final. Para conhecimento geral, as depuradoras cobram 1 euro/kg., pela acção depuratória, o que é minimamente justo e razoável. -----

-----O Partido CHEGA propõe que o Município de Portimão: -----

1) Promova a criação de cooperativa de mariscadores à imagem do modelo de Olhão; -----

2) Cedência de instalações para a instalação da Depuradora de bivalves. -----

A presente proposta, a ser aprovada deverá ser remetida: -----

-- Assembleia da República. -----

-- Câmara Municipal de Portimão. -----

-- Juntas e Assembleias de Freguesias do Concelho. -----

-- Municípios do Algarve. -----

-- IPMA - Instituto Português do Mar e Atmosfera. -----

---- DGAV - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve. -----

-- Comunicação Social Local.-----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o partido Chega apresenta uma proposta para a criação depuradora de bivalves, embora já não tenha muito tempo mas vou tentar ler. «Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 38.º do Regimento municipal de Portimão, vem o Partido CHEGA apresentar a seguinte proposta, nos termos melhor infra explanados, considerando que: -----

----- As normas sanitárias relativas à produção e colocação no mercado, de moluscos e bivalves vivos, são exigentes ao nível sanitário, técnico e financeiro. -----

----- A segurança sanitária dos moluscos bivalves vivos, capturados e comercializados, em zonas estuarinas portuguesas e, seu controlo sanitário oficial são regulamentados de acordo com o Regulamento (CE) n.º 187/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de janeiro de 2002.

Atendendo às características do seu meio natural, os moluscos bivalves vivos (MBV), estão sujeitos a diversas contaminações, tais como microbiológicas, físico-químicas e biotoxinas. -----

A alimentação dos MBV, ao ser realizada por "filtração", pode originar contaminações, por microrganismos contaminantes e biotoxinas existentes no meio natural (água e fundos bênticos). Dos microrganismos que podem representar risco, para a saúde humana, incluem-se alguns patogénicos. Os MBV geralmente são cozinhados ligeiramente em (tempo e temperatura), pelo que é importante, o seu controlo na "atenta depuração", privilegiando assim, a segurança alimentar. ----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Urge a necessidade em instalar uma depuradora municipal no concelho de Portimão, onde residem pelo menos, mais de uma centena de munícipes, que se dedicam profissionalmente à apanha desses mariscos. Isto, sem contabilizar outros, que residem nos limítrofes ou fora do concelho, para usufruírem da mais-valia. -----

-----Para legalizar e garantirem o seu produto, os mariscadores do Barlavento têm «que se deslocar para o Sotavento (mais propriamente em Olhão)» e por vezes têm que fazer quatro viagens, porque há Bivalves cuja depuradora é feita em vinte e quatro e outros em quarenta e oito horas. Isto para obedecer aos domínios de sanidade exigidos pela União Europeia. É uma questão de somente sanidade pública. Agradecia melhor atenção ao reporte. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que acha que «a Câmara promova a criação de uma cooperativa». Acho que a cooperativa recém-criada é pelos mariscadores, não pela Câmara e é por causa desta situação que o Bloco de Esquerda vai-se abster desta moção. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que não poderão apoiar esta moção, uma vez que não cabe à Câmara promover a criação de cooperativas e muito menos ceder instalações a cooperativas que ainda nem existem, nem sabemos quem são. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário **Nelson Barradas Espinha**, para perguntar à senhora Presidente se podem alterar o discurso, o escrito? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar alterar o discurso? Não percebi, eu peço desculpa não percebi a sua pergunta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson Barradas Espinha**, para perguntar se podem alterar a petição no seu final? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que ainda não foi votada, ainda podem fazer essa apresentação apesar de não terem tempo, mas façam favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson Barradas Espinha**, para dizer que tiram a linha número um, pedir a petição número um e fica só a linha dois. - -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que fica só, propõe «que o município ceda as instalações para a instalação da depuradora». -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o PS o que tem a dizer relativamente a esta proposta de criação de depuradora de bivalves pelo Chega, é de que a mesma é muito imprecisa, não refere volumes, não refere capturas, não refere praticamente nada, para além de que verificam que no sistema de informação do plano de aprovação da Direção Geral de Agricultura, existem no Algarve doze centros de depuração. Oito em Olhão, um em Tavira, um em Faro, um em Lagoa e um em Sagres, há um em Lagoa aqui ao lado, do Parchal. Defende ainda portanto o PS que não é à Câmara que cabe o dever de promover a criação das cooperativas, situação que é um pouco contraditória, porque têm que sim, os próprios, organizar-se e dar continuidade a essa proposta. -----

----- A cedência de instalações, portanto não tem qualquer sentido por parte do executivo e da Câmara Municipal para um efeito destes, e por isso o PS vota contra. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Proposta para criação de “Depuradora de Bivalves” (subscrita pela bancada CHEGA)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	0	0	0	0	3
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	2	0	0	0	9
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	1	0	17

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi Reprovada por maioria.** -----

----- Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de recomendação – Aquisição do Parque de estacionamento junto ao Edifícios Rio Park Residence, Beco das Salinas (subscrita pela bancada BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: ««O Bloco de Esquerda recomenda a aquisição do Parque de estacionamento com 469 lugares distribuídos por 2 pisos em cave no edifício comercial e residencial em Portimão, em terreno de 7.534m². Trata-se do condomínio designado por Rio Park, localizado na zona ribeirinha de Portimão, junto à foz do rio Arade. -----

----- Parque de estacionamento cave, com área total de 13.515m². -----



Localiza-se entre a Rua Infante D. Henrique, Comandante Carvalho Araújo e a Estação Ferroviária., próxima do Polo Universitário público e privado, em zona próxima do centro da cidade(600m) e que está inserido em zona de Reabilitação urbana, a ARU*. -----

O imóvel encontra-se actualmente sem licença, sendo a conclusão de eventuais obras e obtenção de licença. É um imóvel da Banca e encontra-se à venda no mercado. -----

O Parque serviria os moradores da zona envolvente, conhecida por zona velha de Portimão, que tem uma grande escassez de estacionamento e de mobilidade, poderia ser um impulso para que esta zona da cidade se renovasse, com isto trazer novas famílias para aquisição e reabilitação das habitações devolutas. -----

1. Recomendar à Câmara Municipal, a aquisição do Edifício acima descrito, (dentro dos valores exequíveis para o Município, visto ser um edifício específico e sem licença, cabimentação financeira e outro atos legais). -----
2. Requalificar o parque com o equipamento necessário à sua utilização e sistemas de segurança.
3. Promover a mobilidade entre o parque e as habitações dos seus utilizadores, através de veículos urbanos elétricos (Trotinetes, bicicletas e outros). -----
4. Criar um Regulamento próprio para este Parque de estacionamento, visto ser um parque urbano em condições especiais e específicas, para esta zona que necessita de uma requalificação profunda. -----
5. Recomendar à Mesa da Assembleia para que diligencie junto da Câmara Municipal, para assegurar as condições necessárias para implementação das propostas recomendadas. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que este é um assunto que já tinha vindo à Assembleia Extraordinária, e, como já tinha dito, já tinha a recomendação feita e trago aqui para ser votada. Isto é um edifício que está à venda em hasta pública, em hasta pública não. É uma venda do banco, está à venda por um milhão duzentos e cinquenta mil, mas acho que a Câmara atendendo às situações como está explanado aí na moção, poderão adquirir a um preço mais favorável para a Câmara e com isto, estes quatrocentos e qualquer coisa lugares, possam ajudar aquela zona velha da cidade e também para a ARU e mais para a frente com a situação da ARU e trazer jovens e famílias jovens para aquela zona. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de recomendação – Aquisição do Parque de estacionamento junto ao Edifícios Rio Park Residence, Beco das Salinas (subscrita pela bancada BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	2	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	0	0	1	0	6
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	1	0	0	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de recomendação foi aprovada por maioria.**-----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde.-----

----- (Não participou na votação o Deputado Municipal Joaquim Paulino da bancada do PS.) -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Protesto – Encerramento da Urgência do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia da Unidade de Portimão do CHUA (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra:« Considerando que:-----

----a) A Urgência do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia da Unidade de Portimão do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve(CHUA) esteve encerrada entre as 21.00h do passado dia 14 de Junho e as 9.00h do passado dia 20 de Junho(ou seja, quase seis dias), devido a dificuldades em assegurar as escalas na Maternidade e no Bloco de Partos da mesma unidade hospitalar;-----

b) Durante tal período, a assistência médica às grávidas do Barlavento Algarvio foi assegurada pela Unidade Hospitalar de Faro do CHUA e pela sua equipa de especialistas, tendo, nesse período temporal,9 dos 47 partos ocorridos na referida unidade sido de mulheres da zona do Barlavento Algarvio; -----

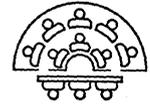
c) esta situação, apesar de já ter ocorrido noutras unidades hospitalares, em vários locais do país, nunca tinha acontecido na zona do Barlavento, revelando evidente falhas de planeamento e de organização da administração hospitalar e da tutela, nomeadamente, na contratação, fixação e gestão dos recursos humanos e na garantia da prestação de cuidados básicos de saúde neonatal na zona do Barlavento Algarvio; -----

d)É inadmissível sujeitar mulheres com gravidezes muito avançadas a uma deslocação de mais de 60Km, apenas para serem assistidas por um médico, com evidentes riscos para a sua saúde e para a saúde dos nascituros, sendo inaceitável que este tipo de situação ocorra e, ainda por cima, pelas razões invocadas; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e) O encerramento em causa resulta não de motivos conjunturais, mas antes e sim de razões estruturais, que foram agravadas nos últimos seis anos, com a total incapacidade da tutela e das administrações hospitalares em criarem condições que favoreçam a fixação de médicos especialistas na região do Algarve, -----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP/Nós, Cidadãos! /Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 3ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 28 de Junho, delibere manifestar o seu veemente protesto pelo encerramento da Urgência do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia da Unidade de Portimão do CHUA entre as 21.00h do dia 14 de Junho e as 9.00h do dia 20 de Junho, recomendando à tutela e à administração do CHUA que criem as condições para que se evite a repetição desta situação.-----

Mais foi deliberado dar conhecimento do teor da presente moção e do resultado da votação da mesma, ao Conselho de Administração do CHUA e ao Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve. I.P...»-----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a moção é autoexplicativa, como foi do conhecimento público recentemente a Urgência de Obstetrícia e Ginecologia do serviço aqui do CHUA em Portimão esteve encerrada quase uma semana, por razões que são por demais conhecidas, e nós entendemos que a Assembleia tem que tomar uma posição sobre isto, porque é intolerável que nos dias de hoje isto aconteça, ainda para mais pelas razões que foram avançadas e, portanto, propomos aqui que «a Assembleia delibere manifestar o seu protesto para o encerramento daqueles serviços, recomendando à tutela e à administração do CHUA que criem as condições para que esta situação não se repita». Disse. -----

----- Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o Serviço Nacional de Saúde como é do conhecimento de todos, está no limiar de uma rutura, enfim, com a pandemia a esconder e a agravar também as dificuldades. E qual é a resposta a esta realidade? Há um teste stress de dois anos do governo, nove meses sem governo, com governo de gestão... se o senhor deputado me deixar usar da palavra sem interrupção da mesma maneira que eu o faço, com todo o respeito. Portanto, na concordância com esta natureza estrutural, que erradamente são analisadas como agravadas nos últimos seis anos e é isto que efetivamente se diz aí, vamos dar crédito aos resultados do processo encetado ou de que faz parte a reunião de 13 de julho dos sindicatos com o Ministério da Saúde, enfim, para discussão das alterações salariais e estruturais. Portanto, pode assistir e deve assistir seguramente a todos nós, mas a todos, e o PS não se subtrai a essa condição. Portanto, assiste-nos a todos um ceticismo do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



modo quanto e como se o Ministério da Marta Temido está à altura ou não dos acontecimentos, mas nunca nós o saberemos se não lhe dermos esta oportunidade. Portanto, é nesse sentido que o PS, não fazendo como se fez noutros tempos uma política de avestruz colocando a cabeça na areia, nós vamos dar oportunidade a um desejado quadro de reformas da saúde, relativamente às quais conferimos à ministra um período de defeso, uma vez que acabou de tomar posse, depois de um clima bem pesado a que todos nós temos estado submetidos e ela também, quem não se lembra do seu aparecimento diário na TV. Portanto, é preciso perceber o contexto histórico que vivemos e dar oportunidade aos nossos governantes que acabaram obviamente de tomar posse por maioria esmagadora absoluta, e é necessário respeitar essa maioria e a vontade do povo português, e não aproveitar esta oportunidade para os protestos, enfim, que isso é o mais fácil que nós podemos fazer. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, na minha ótica e na minha visão da democracia, manifestar o protesto de uma situação tão inusitada como aquela que descrevemos aqui, não é desrespeitar maioria nenhuma. Se bem que a maioria que temos hoje vem de 2015, embora com outro tipo de apoios, e eu não posso deixar de dizer ao senhor deputado Figueiredo Santos, com toda a educação e com todo o respeito que tenho por ele, que isto é que é enfiar a cabeça na areia como uma avestruz, é fazer de conta que o governo PS não está em funções desde novembro de 2015, com o apoio maioritário no parlamento para aprovar orçamentos de estado, nomeadamente da área da saúde. Portanto, nós aqui não pedimos demissão de ninguém senhor deputado, nós aqui constatamos um facto que é gravíssimo, que é inusitado, que nunca aconteceu em Portugal, nem sequer nos tempos que o senhor aí aludiu e que eu vou citar, «os tempos da Troika», em que o país foi necessário, teve necessidade de recorrer à Troika por culpa do governo do PS, que deixou o país como deixou, nem nesse tempo foi necessário encerrar urgências de Obstetrícia e Ginecologia, mas enfim, se o senhor acha que protestar contra esta situação e obrigar mulheres grávidas à beira de terem um filho a irem para Faro em ambulâncias é um facto que não merece protesto, então eu peço desculpa, mas quem está a enfiar a cabeça na areia é o senhor deputado Figueiredo Santos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que procurará obviamente com todo o respeito, que a argumentação do senhor deputado João Caetano mereça, não irá obviamente fulanizar esta perspetiva, porque reflete aqui a posição do PS nesta matéria. Mas obviamente que não posso deixar de manifestar alguma perplexidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelo facto de, e isto é algo que nos diz respeito a todos sem dúvida. O diretor da Pediatria sugere o encerramento transitório da maternidade em Portimão. -----

----- A Urgência da unidade de Portimão é responsável pela assistência na maternidade, o que implica a presença de dois pediatras. É certo, é só serem horas extraordinárias e, portanto, este diretor de pediatria sugere o encerramento da maternidade de Portimão. Bem, nessa altura, nós levantámo-nos e lutámos contra esta falta de manter aberta a possibilidade dos profissionais de saúde realmente estarem à altura de assegurar aquilo que no fundo significa que é pensar, Aljezur fica a cem quilómetros do hospital de Faro. -----

----- Bem, na altura que o senhor deputado alude, dizia-se isto, não há recursos nem num lado nem no outro. Afirmou observando que em Faro, cuja maternidade tem cerca de três mil partos por ano, existem vinte obstetras, catorze dos quais com mais de cinquenta e cinco anos. Eu pergunto quando é que esses senhores pararam de fazer anos? Não é? Esses senhores seguramente pararam de fazer anos. -----

----- Depois, há elementos que os gráficos da PORDATA por exemplo, não iludem. De 2010 a 2015, o Serviço Nacional de Saúde reduziu seis mil, até com o número me canso, isto é um número impressionante! Entre médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, seis mil elementos. Então, o que é facciosismo é nós sermos sensíveis hoje, porque o PS está no governo, a uma situação que é uma situação regional, mas também é nacional e que foram apresentadas justificações devidas para este efeito, ou seja, o leito seminal de tudo isto, e que hoje parece gritante em termos daquilo que é uma recomendação que obviamente nós respeitamos, que vale o que vale, mas com a qual não concordamos e para isso nos manifestarmos. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Protesto – Encerramento da Urgência do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia da Unidade de Portimão do CHUA (subscrita pela bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	2	1	1	0	9
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS	15	0	0	0	0	0	0	0	15



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



CONTRA

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Protesto foi Reprovado por maioria.** -----

----- Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Situação de caos na saúde exige medidas estruturais – Governo está a falhar ao Algarve (subscrita pela bancada PPD/PSD)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «O caos no SNS está a minar a confiança dos cidadãos. É tempo de reconhecer que se enfrenta um desafio estrutural, o qual não é susceptível de resolução com anúncios vazios ou bravatas ideológicas que a realidade rapidamente derrota. Estamos a ir de paliativo em paliativo. -----

Em concreto, as magnas questões: -----

1. Escassez de médicos agudizada pela vaga de aposentações; -----
2. Disputa de recursos pelo privado agudizada pelo crescimento exponencial de seguros de saúde, em face à perda de resposta do SNS; -----
3. Médicos e outros profissionais em debandada para o estrangeiro, em busca de melhores condições de trabalho, melhores carreiras e valorização profissional; -----
4. A questão dos médicos-tarefeiros, a qual nasceu em 2007, injusta e intolerável para quem é fiel ao SNS, a qual corrói o compromisso com os doentes e impede o espírito de equipa, para além de ser muito dispendiosa. -----
5. A questão política: quem se diz arauto defensor do SNS não reconhece que haja um problema e com essa cegueira mais rapidamente se exime de tomar medidas e cria as condições para a desconfiança dos doentes e para a sua degradação. -----

No Algarve, em concreto, a questão é bem mais aguda. No hospital de Faro faltam médicos de diversas especialidades: pediatras, dermatologistas, ortopedistas, entre vários outros, e as urgências são intermitentes em algumas destas especialidades, o que implica, no caso dos cuidados neo-natais encerramento de maternidade e de urgência pediátrica. Por exemplo, na primeira semana de junho, a urgência pediátrica de Faro esteve quatro dias encerrada. A confiança no SNS está a ser abalada. -----

Os compromissos de progresso da atividade assistencial têm vindo a falhar: -----

. Segunda região do país com maior percentagem de utentes sem médico de família; -----

. hospitais de Faro e Portimão, bem como os Centros de Saúde no top das queixas dos utentes; ---

índice de demora média de consultas e cirurgia dos mais altos do país; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



um dos piores índices de reinternamento. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal delibera: -----

1. Um voto de solidariedade para com os algarvios que sofrem com a ausência de cuidados de saúde atempados; -----
2. A exigência que o Governo tome medidas imediatas para regularizar a situação e garanta a contratação dos recursos necessários para que seja possível minorar os constrangimentos. -----
3. Que a Assembleia Municipal solicite reuniões com a tutela, ARS Algarve e Conselho de Administração do CHUA para acompanhar a situação e solicitar soluções para o problema. -----

Do teor desta moção deve ser dado conhecimento aos órgãos de soberania e aos órgãos de comunicação social.»-----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a

Moção – Situação de caos na saúde exige medidas estruturais – Governo está a falhar ao Algarve (subscrita pela bancada PPD/PSD), tendo sido obtido o seguinte resultado: ----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi Reprovada por maioria.** -----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Os encerramentos das urgências de Pediatria Ginecologia e Obstetrícia nos Hospitais de Portimão e de Faro não podem continuar (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Já por mais do que uma vez a urgência pediátrica do Hospital de Portimão esteve temporariamente encerrada. A mesma situação também já ocorreu com a urgência de pediatria do Hospital de Faro. -----

O próprio Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve fez saber, que "A carência de pediatras, a que se juntam algumas situações de baixa médica, tornam impossível a constituição das equipas das urgências pediátricas no centro hospitalar, pelo que nos vemos forçados a encerrar a urgência de pediatria ".-----



Sucede que no dia 14 de junho foi tornado público pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, que a urgências de Ginecologia e Obstetrícia, iria encerrar até ao dia 20 de junho, **"devido à dificuldade em assegurar escalas na maternidade e no bloco de partos de Portimão"**. -----

Esta situação que hoje constatamos, junta-se aos encerramentos que têm vindo a ocorrer na urgência Pediátrica de Portimão e Faro, manifestando não só a ausência de medidas que garantam a atração e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, mas também uma política que, de forma indireta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com a falta de resposta do SNS.-----

-Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso em situações de urgência pediátrica apenas no Hospital de Portimão, ou de urgência de ginecologia e obstetrícia apenas em Faro não é solução. -----

As cidades de Faro e Portimão distam 70 km uma da outra, Vila Real de Santo António fica a 115 km de Portimão e Aljezur a 110 km de Faro. -----

-----Os pais e as crianças algarvias precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência pediátrica, ginecologia e obstetrícia não se encontram encerradas – seja no Hospital de Portimão, seja no Hospital de Faro - nem a saúde nem a vida das mulheres e das crianças pode ser colocada em causa.-----

-----Lembramos que, infelizmente, a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve – desde os cuidados de saúde primários, passando pelos hospitais, até aos cuidados continuados – é uma realidade que, pese embora as muitas promessas, não tem tido resposta. E se não fosse a entrega e a dedicação dos profissionais de saúde – como se viu durante o combate à pandemia - , a situação poderia ainda ser pior. -----

-----Só um Serviço Nacional de Saúde universal, público e gratuito garante o direito de todos à saúde. O direito à saúde, ainda mais quando se fala de crianças, não pode existir apenas para os que têm condições económicas para tal. -----

-----**Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 27 de junho de 2022 delibere: -----**

-1- Exigir ao Governo que tome as medidas urgentes que são necessárias, com vista a garantir e que garanta a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras, condições de trabalho , remunerações e combatendo o assalto que os Hospitais e Clinicas privadas estão a fazer aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, medidas urgentes que só não se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



encontram implementadas porque o Governos assim o tem recusado.-----

2. Dar conhecimento desta deliberação, ao Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

---- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Os encerramentos das urgências de Pediatria Ginecologia e Obstetrícia nos Hospitais de Portimão e de Faro não podem continuar (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV)), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	0	0	1	0	11
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.** -----

-----Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Crise nas Urgências do serviço Nacional de Saúde (subscrita pela bancada BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Nas ultimas semanas, urgências de vários hospitais (incluindo o de Portimão) têm vindo a encerrar, devido a não terem quantidade adequada de médicos.-----

Tal é o resultado de uma longa política de desinvestimento no SNS nos últimos anos, o que tem se refletido numa falta crescente de profissionais de saúde. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho de 2022, recomenda ao governo a tomada de medidas para recuperar os quadros do SNS, nomeadamente: -----

- 1) Atribuir às instituições do SNS autonomia para contratações de médicos e outros técnicos de saúde. -----
- 2) Criar um regime opcional de dedicação exclusiva para o pessoal médico, com uma bonificação salarial correspondente.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, para dizer que a sua moção vem em consonância com aquilo que já tem sido apresentado pelas outras bancadas. Portanto, é uma preocupação que é transversal a toda a oposição, e mais do que uma preocupação é uma revolta que nós sentimos com aquilo que se passa num dos hospitais que era uma referência na região e hoje vive de portas fechadas, e uma revolta também com o executivo que há mandatos atrás se fazia providências cautelares e era bastante assertivo e hoje tem uma apatia tremenda. É só, ficamos por aqui. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – Crise nas Urgências do serviço Nacional de Saúde (subscrita pela bancada BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	2	2	1	0	0	5
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	1	0	9
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi Reprovada por maioria.** -----

----- Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Solidariedade – Pela Dignificação e Valorização da Carreira de Enfermagem no SNS do Algarve (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra:

«Considerando que: -----

a) Os profissionais de Enfermagem que trabalham no Serviço Nacional de Saúde na região do Algarve realizaram uma greve no passado dia 5 de Maio de 2022, em que, entre outras reivindicações, exigiram a contabilização do tempo de serviço para a progressão na carreira, o pagamento de horas extraordinárias, a aprovação de um regulamento de horários, o gozo das tolerâncias relativas ao ano de 2020 e o pagamento de trabalho extraordinário acrescido de 50%, ainda não pago na totalidade, relativamente ao trabalho efetuado no período mais gravoso da pandemia do SARS- CoV-2; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- b) A referida paralisação registou uma forte adesão dos profissionais do sector, que foi estimada em 100% (na unidade de Lagos), em 75% (na unidade de Portimão) e em 70% na unidade de Faro, desconhecendo-se os números de adesão na rede de cuidados primários, o que mostra não só a mobilização da classe na luta por melhores condições de trabalho e para a exigência da valorização da sua carreira, mas também a união dos profissionais na região; -----
- c) Além da referida greve, o dia 5 de maio ficou também marcado em todo o Algarve por evidentes manifestações dos/as enfermeiros/as que trabalham no SNS contra a degradação das suas condições de trabalho ocorrida nos últimos anos, a perda de rendimentos e pouca dignificação da sua carreira; -----
- d) Os/as enfermeiros/as são profissionais essenciais na qualidade de prestação de cuidados de saúde no SNS às populações, sendo inaceitável a degradação das suas condições de trabalho nos últimos anos, bem como a quase proletarização a que a classe vem sendo votada, o que se manifesta, de uma forma particular, em nas condições salariais e de trabalho, -----
Os eleitos da COLIGAÇÃO PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP/Nós, Cidadãos! / Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 3ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 28 de junho, delibere manifestar a sua inequívoca e total solidariedade e apoio com as reivindicações dos/das Enfermeiros/as que exercem a sua profissão no Serviço Nacional de Saúde na região do Algarve, recomendando à tutela e às entidades patronais do sector que iniciem um processo negocial para acolher as suas reivindicações. -----
Mais foi deliberado dar conhecimento do teor da presente moção e do resultado da votação da mesma, aos representantes, no Algarve, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, ao conselho de Administração do centro Hospitalar e Universitário do Algarve (CHUA) e ao Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve. I.P.» -----
-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que fica de fora da votação.-----
-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o - **Voto de Solidariedade – Pela Dignificação e Valorização da Carreira de Enfermagem no SNS do Algarve (subscrita pela bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	2	0	1	1	0	7



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	5	0	0	1	0	0	0	6
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Solidariedade foi Reprovado por maioria.** -----

----- Faltou a senhora Deputada Independente Ângela Quadros, por motivos de saúde. -----

----- (Não participou na votação o Deputado Municipal Pedro Mota da bancada do BE.) -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para fazer um ponto de ordem à mesa, porque seguramente a mesa não está a quantificar o tempo que este ponto tinha quando fizeram. São onze da noite e estamos ainda nas moções, este ponto já devia de ter acabado há algum tempo. Não falta dois, este ponto já acabou porque é desde que começa a sessão. É o regimento que conta. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para pedir ao deputado Carlos Martins que se dirija à Presidente, se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, ora e inclusive devia a mesa, e sugiro às outras bancadas que pensem, não vamos estar aqui a avulso sem ninguém ter tempo a apresentar moções e voto. Acho que isto é um descrédito perante a democracia e perante o trabalho que as pessoas fizeram. Ninguém tem tempo e o tempo do ponto são onze e cinco. Se ninguém tem tempo, como é que estamos a votar? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, se o subscritor da moção não quer votá-la, ou entende que não deve votá-la, não somos nós que vamos impor essa votação e, portanto, terminamos aqui. Se já não há tempo e não pretendem a votação, acabou e passa para a próxima Assembleia Ordinária. Ok? E, portanto, terminará com esta. -----

----- Terminada a apreciação das Moções e Propostas de recomendação, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto 3) da ordem de trabalhos – **Apreciação da informação escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal de Portimão** nos termos do artigo 25º, nº. 2, alínea C), da Lei 75/13 de 12 de setembro. -----

----- Pediu o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, dando então para informação da senhora Presidente que foi entregue aos senhores deputados todos, gostava de salientar o que foi a requalificação do edifício da antiga loja, gostava ainda também da construção do parque do Pontal e não sei se já aproveitaram para ver, é uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obra que fazia muita falta naquele sítio, e já agora dizer-vos também que na escola Júdice Fialho, já foi lançado também o concurso para a feitura de um parque com as mesmas condições que tem o parque do Pontal. -----

----- A construção do passadiço na praia da Rocha que neste momento está concluída, a reabilitação da escola Professor José Buísel, que está em andamento, a requalificação do edifício do ISN de Alvor, também a construção do parque urbano do mercado que também foi concluído, a substituição, na maior parte das escolas todas, de fibrocimento que temos estado a fazer faseadamente, e este ano vamos ficar com as escolas todas sem fibrocimento, a construção da casa mortuária em Alvor que está a bom ritmo também e que a obra seja finalizada este ano, a requalificação da rua Caetano Feu e Engenheiro José Bívar, uma obra também já há muito aguardada e que finalmente está concluída, a repavimentação de várias ruas de todo o município de Portimão e a requalificação do edifício da antiga lota. -----

----- Gostava ainda de dar como informação, senhora Presidente, canil/gatil está só a aguardar o visto do Tribunal de Contas para que possamos começar a obra, e a videovigilância na praia da Rocha, o contrato já foi assinado e, portanto, estamos a pensar que a todo o momento a obra começará. Nisto gostaria de dizer logo também que a fibra já está toda colocada, assim como os postos e, só falta a montagem das câmaras e com as obras que estão a ser feitas também no edifício da PSP, a sala já está construída também, para começarmos então a ser instalado, porque a videovigilância de todo o sistema vai ficar no edifício da PSP, e eles é que vão gerir todo esse sistema e fica guardado numa sala só para isto, fica no edifício então da PSP. De resto senhora Presidente, estou à disposição, não sei se os meus colegas têm mais alguma informação e, portanto, estamos à disposição para algumas dúvidas que possam existir. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui algumas questões. Senhor Vice-Presidente, eu começava aqui por uma questão que não está na informação, aliás não está nesta nem esteve na anterior, e que chegou ao meu conhecimento recentemente e que tem que ver com um suposto, creio que aconteceu, ataque, ciberataque, à Câmara, ao servidor da Câmara, que terá acontecido aqui há coisa de dois meses, creio eu, e gostava que o senhor Vice-Presidente desse aqui algumas explicações sobre esse assunto à Assembleia. Que registos ou documentos é que foram sunegados, foram destruídos ou apagados, que atitudes é que o executivo tomou em relação a esse ataque a quem é que fez as devidas denúncias, e que medidas é que foram tomadas, nomeadamente para prevenir futuros ataques do mesmo cariz. -----



----- Depois, tinha aqui uma outra questão que tem que ver com um anúncio também que foi publicado a semana passada em Diário da República, que é, o início da discussão pública da elaboração do plano de urbanização da praia da Rocha, e eu achei um bocadinho estranho que em pleno processo de revisão do PDM se vá elaborar um PU, quando as normas preventivas foram aprovadas há, enfim, creio não estar em erro, cerca de dois anos para aquela zona, e foi suspenso parcialmente o PDM naquela zona, e num momento em que se está a ouvir a população e profissionais da área colhendo aqui perspetivas e contributos para ponderar a dinâmica de desenvolvimento territorial do concelho nos próximos pelo menos dez anos, parece-me que é no mínimo, estranho, eu diria se calhar contraproducente, fazer aqui um PU no mesmo horizonte temporal e gostava que explicassem qual foi a razão dessa opção. -----

----- Depois, para terminar para já, em relação à parte económica aqui na página oito, há uma referência do aumento das taxas, multas e outras penalidades em cerca de sessenta e seis vírgula zero um por cento, ou seja, quatrocentos e sessenta e seis mil euros. Eu gostava que explicassem a que é que se deveu este aumento, e a mesma coisa embora em montante diferente, para outras receitas correntes que diminuíram cinquenta e oito vírgula dezassete por cento, na mesma página. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que relativamente à informação escrita, queria alguns esclarecimentos do executivo, nomeadamente numa notícia que surgiu acerca de descatos que surgiram na praia da Rocha, que foram noticiados, amplamente noticiados nos meios de comunicação social e o que é que a Câmara está a planear fazer para reforçar, ou para interagir junto da PSP, para reforçar a segurança da praia da Rocha. Penso que já houve aí algumas explicações que iria ser feito o reforço de segurança pelo corpo de intervenção, sendo que essa intervenção, corrija-me senhor Vice-Presidente se estou enganada, será apenas curta, com uma duração curta no tempo. -----

----- Outra explicação que queria acerca da transferência de competências para os municípios, nomeadamente dos funcionários das escolas. Foi noticiado que estes funcionários foram transferidos sem seguro de acidentes de trabalho, e queria saber em que ponto está essa situação, se essa situação está resolvida ou não. E para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, para dizer que trazem ali alguns pontos. Relativamente aos dados apresentados no canil, consideramos esta variação de números anormal, com o elevado número de



casos de abandono que estamos a assistir neste momento. Em dois meses foram apenas capturados quatro animais. -----

----- Os animais entregues, alguém questiona aos seus tutores quais são as razões? E se não existirá outra solução. Por outro lado, os canídeos adotados foram quase tantos como os entregues, portanto, um número elevado de canídeos adotados. Seria interessante perceber a quem foram entregues estes animais, se existe algum tipo de inquérito a quem adote os animais, e se é feito o controlo dos chips e por quem. Seria igualmente interessante comparar estes dados com os municípios próximos, e gostaríamos também de saber se é possível solicitar uma auditoria ao trabalho do canil e a quem poderia fazer, talvez a provedoria do animal que o PS comprometeu-se a trazer a esta Assembleia e não fez. Para terminar este assunto e a propósito da expressão utilizada, e passo a citar, «recorrendo-se ao abate unicamente como último recurso», damos a sugestão da leitura da lei nº. 27/2016, relativamente à proibição do abate. -----

----- Outro ponto. Voltamos a solicitar a importância de termos um abrigo temporário permanente no município, e questionamos se existe algum desenvolvimento neste sentido. -----

----- Relativamente à CPCJ, lamentamos o número de casos abertos e reabertos no município, e para terminar louvamos a iniciativa do intercâmbio entre o lar da criança e o centro de convívio sénior da aldeia das Sobreiras. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que do ciberataque iria passar ao seu colega José Cardoso, mas não houve nenhum ciberataque, mas o seu colega vai-lhe explicar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, o município de Portimão contratou uma empresa para fazer uma auditoria em matéria de cibersegurança, e o que acontece é que de facto inicialmente os serviços informaram que tinha havido um ciberataque, mas rapidamente se percebeu que tinha sido a empresa com os testes de penetração que entrou no servidor do município e, portanto, não houve nenhum ciberataque, foi a empresa que fez a auditoria de cibersegurança que detetou essa falha que já foi corrigida, aliás, até isso mesmo foi comunicado ao centro nacional de cibersegurança como é obrigatório por lei, e depois comunicamos a dizer que afinal não tinha havido nenhum ciberataque, tinha sido um teste de penetração. De qualquer das formas, o centro nacional de cibersegurança há pouco tempo, reconheceu o município de Portimão como o único da região do Algarve que cumpre todas as normas em matéria de cibersegurança, e isso está nas notícias. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que não foi destruído nada, senhor deputado. -----



----- Quanto às taxas e multas senhor deputado, pois o aumento que houve, é que no ano anterior não tinha havido, com o Covid não tinha havido tanto fluxo e, portanto, também a nível urbanístico houve muito mais, e aliás os números estão à vista, e o senhor vereador João Gambôa depois pode falar nisso, do que é que foi o aumento do urbanismo na nossa cidade, projetos urbanísticos na nossa cidade. -----

----- Quanto aos desacatos na praia da Rocha, foi uma situação que nos entristeceu a todos, acho que isto é comum por todos, ninguém gostava de ter visto aquelas imagens e já há muito tempo desde a Páscoa que andávamos a pedir mais policiamento na praia da Rocha. Acho que faz falta, este ano houve um aumento muito grande do nível de turistas e não podemos trabalhar só com a nossa esquadra em Portimão, têm que ser reforçados quando chega a estas alturas. Não tem a ver com os festivais, portanto se calhar o que estava a dizer que era pontual dos festivais, é bom que se registre, nós nunca autorizaríamos um festival se não fosse visto em termos de segurança com a empresa que organiza os festivais, e por isso a nível de polícia marítima e PSP, todos os meios que foram solicitados foram pagos pelo agente que organiza o festival e foram gastos cem mil euros para segurança nos nove dias de festival. É pena é que a nível da avaliação de risco fora deste período, não sejamos contemplados mais cedo com o corpo de intervenção, que é este que está cá agora e vai levar até ao fim do verão, senhora deputada. -----

----- Não deveria de ter havido a necessidade daquela imagem que tanto denegriu a nossa cidade, mas devíamos ter mais cedo o corpo de intervenção na nossa terra e mais que não seja na praia da Rocha, porque só com os nossos agentes continuarmos com o trabalho que fazem na cidade e vinte e quatro horas por dia, torna-se manifestamente pouco e é isto que temos apelado para que conseguíssemos, e a senhora Presidente nesse dia numa conversa com o senhor ministro, começou a vir o corpo de intervenção de Faro e hoje já temos cá o corpo de intervenção, desde a passada semana já temos o corpo de intervenção a nível nacional e vai ficar cá até ao fim do verão e, portanto, aqui dá-nos algumas garantias. -----

----- Quanto ao canil/gatil, não estou esquecido, e o PS vai apresentar a proposta, porque queremos mesmo o provedor e até para articularmos aqui muitas das coisas que temos aqui, das perguntas que fez e muitas das coisas que possam ser colmatadas com mais esse apoio também do provedor do animal e, portanto, mas de qualquer maneira, enquanto não existir o provedor do animal, estamos sempre disponíveis para em conversa com o nosso veterinário, para algumas solicitações que faz aqui e que eu não lhe vou conseguir estar agora a dar resposta, porque comparar com outros canis, só falando com ele e vendo o que é que ele tem de números dos outros lados. Posso-lhe dizer que estamos a trabalhar com muitas limitações, temos tido um



grande apoio daquele pessoal que lá está e tem feito um trabalho excelente, o pessoal, o nosso veterinário e os nossos assistentes que lá trabalham e, portanto, esse trabalho tem sido feito diariamente e às custas da boa vontade e do gosto que têm em tratar dos animais e, portanto, tenho muito que lhes agradecer também neste campo, assim como voluntários que lá vão também, mas de resto os números, vou passar uma lista para o nosso veterinário e depois os números ser-lhe-ão entregues. -----

----- Na escola sem seguro, não sei se a minha colega... senhora Presidente, vou passar então à senhora vereadora. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente ao seguro de trabalho, é obrigatório haver seguro de trabalho, portanto não percebe porque é que lhe está a dizer que os funcionários foram transferidos sem seguro de trabalho. Todos têm seguro de trabalho. Portanto, há a verba transferida pelo Ministério da Educação, nós fazemos e executámos, todos têm seguro de trabalho, porque nem poderiam trabalhar sem seguro de trabalho. -----

----- Aproveito para responder também à questão do abrigo temporário permanente para os sem-abrigo. Conforme tínhamos já dado essa informação anteriormente, está previsto na nossa estratégia local de habitação esse abrigo temporário permanente para os sem-abrigo e para vítimas de violência doméstica também, sendo um abrigo emergente. Neste momento foi feito já o programa, foi feita uma visita ao abrigo temporário permanente que existe e alojamento de emergência em Faro e está a ser desenhado o programa e vai ser lançado o concurso brevemente. Disse. -----

----- Ah, e da CPCJ, relativamente ao aumento do número de casos. Há muitos casos sim, mas não há aumento do número de casos, há os casos que sempre tivemos. Nesta altura do ano o que é que acontece, com o número de faltas que os miúdos vão aumentando nesta altura, vai havendo abandono escolar e eles são sinalizados como abandono escolar para a CPCJ, mas são casos que depois são encerrados normalmente no final do ano escolar. Portanto, julgo que os casos que existem se devem a isso e só. Pronto, relativo às minhas questões, ficam logo todas, senhor Vice-Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Vasco Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dar só uma nota sobre as taxas. Efetivamente temos tido aqui uma atratividade no âmbito do departamento do urbanismo, e apesar de estarmos longe de termos uma resposta àquilo que queríamos, mas de facto, temos



notado que temos tido mais projetos, em consequência também têm sido muitos mais, existem muitos espaços, ou muitos empreendimentos que estão a ser feitos fora dos loteamentos, no fundo é em terrenos intersticiais e depois provoca um impacto semelhante ao loteamento, é uma figura que depois havendo lugar a compensações pelas não cedências, porque são espaços muito pequenos em que o município não tem interesse que sejam cedidos, e de facto causa aqui um aumento nas taxas e conseqüentemente também na ocupação de via pública dos estaleiros. -----

----- Relativamente ao plano de urbanização, tenho que fazer aqui alguma piada, porque ainda hoje ouvimos que a Assembleia Municipal está sempre a pedir planos e planos por tudo e por nada e quando se fala num plano, parece que é extemporâneo. Não, a suspensão do PDM na praia da Rocha e as medidas preventivas que aí foram aplicadas, é aqui um desígnio nosso, em que fazemos questão de levar avante, ainda que seja em paralelo com o PDM, mas é muito específico para a praia da Rocha, aliás como o senhor deputado sabe, tem um prazo também limitado, em que se não fizermos o plano, cai e, fica em aberto e aplica-se o PDM que está em vigor. Não vamos deixar que isso aconteça e, portanto, o plano de urbanização da praia da Rocha e de acordo com aquilo que é o nosso sentido político e de urbanismo para a praia da Rocha, vai avançar. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem algumas questões relativamente a esta informação da senhora Presidente, e vai começar pela área jurídica. Porque temos aqui informação de alguns processos e eu vou pedir esclarecimentos em relação a estes processos, vou começar aqui pelo último, em que temos aqui a questão de uma execução de sentença, no processo 60320.7 do tribunal administrativo de Loulé e eu vou pedir esclarecimentos, o que é que nos podem informar sobre esta execução de sentença, porquanto eu presumo que isto se refere à tal e à requalificação do edifício do ISN de Alvor, e qual a fundamentação do município para deduzir a oposição a uma execução de sentença, uma sentença que eu gostaria de conhecer o conteúdo nem que seja brevemente, para percebermos porque é que o município é condenado numa sentença e não o cumpre, e agora é objeto de uma execução, e qual o fundamento da execução. Iria um bocadinho mais longe e iria requerer que posteriormente fosse enviado para a bancada cópias destas peças processuais também se possível. Para já, gostaríamos de esclarecimentos em relação ao que se passa com este edifício, se a obra começou antes de ser proferida sentença, e se agora temos aqui uma execução de sentença de uma obra que já foi iniciada com uma empresa, cuja adjudicação provavelmente terá sido anulada. Pronto, é estes esclarecimentos que eu quero. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Por outro lado, temos aqui esta ação que eu creio que era aquela relativa à obra do canil, senhor Vice-Presidente, depois peço-lhe que me esclareça se é esta, com a Wikibuild, é o 97/22, creio eu, em que é uma ação que deu entrada agora este ano e já tem uma sentença. Isto em tribunal administrativo, das duas uma, ou há aqui uma decisão relâmpago, ou há aqui uma legitimidade, enfim, há uma questão qualquer. Portanto, a minha questão é, pode-me esclarecer qual é o conteúdo desta ação e nomeadamente se, tendo sido, tendo havido aqui uma decisão tão rápida, é de esperar que venha uma nova ação no futuro, corrigindo eventuais defeitos, enfim, qual é este também o contexto desta ação, porque isto tem a ver então, e disse-me que vai arrancar a obra do canil/gatil, portanto suponho que seja em função desta sentença. Gostaria de saber também o que é que se passa aqui. -----

----- Por fim, a última, esta aqui da 4202 que é uma ação de 2013, da Prodpicture que teve a ver com a tal história da cidade do cinema, etc. e de um pedido de uma indemnização pelo não cumprimento do tal acordo John's Adventure, gostava que me esclarecessem também qual é a atual situação desta sentença, desta ação, se já houve recursos, se não há, se há alguma sentença, enfim, como é que está a situação, porque aqui não o refere. Um último ponto que eu aproveitaria para colocar a vossas excelências é saber, dois pequenos pontos. -----

----- Primeiro, em relação à obra ali em frente ao largo Primeiro de Dezembro, se há algum atraso na obra, se há algum impedimento, nomeadamente ouvimos falar que terão sido detetados vestígios de ruínas, enfim, arqueológicos na zona, se nos podem dar alguma informação sobre isso, se não, se há alguma alteração ao projeto, se vai avançar e quando, e por fim, qual é a situação atual da quinta pedagógica em termos, pronto se há problemas, a situação como é que ela está, situação dos animais, etc. Por agora disse, obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto à decisão de 2013, essa sabe que está a aguardar julgamento. Portanto, dessa ainda não há decisão nenhuma. -----

----- Quanto ao processo 97/22, que foi já uma decisão do tribunal administrativo, e é mesmo do canil. Portanto, estamos à espera só do visto do Tribunal de Contas para podermos arrancar com a obra. Portanto, se não houver mais processo nenhum, a obra vai arrancar, aliás foi-nos dada razão e, portanto, temos tudo para arrancar. -----

----- Quanto ao processo do primeiro processo, eu depois pedia à Dra. Helena se calhar para enviarmos então a documentação toda, porque acho que é melhor estar a par de toda esta documentação. De resto, de todos estes assuntos que falou, não estou a ver. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Do Largo do Dique, a única coisa que lá foi encontrada era uma cave, que nem o PS enquanto aquilo foi sede do Partido Socialista, soube que estava lá uma cave e, portanto, foi isso que foi a descoberta arqueológica, a descoberta arqueológica foi esta, o projeto já foi apresentado e na passada reunião de Câmara já foi lançado o concurso para a obra, portanto pensamos que depois do verão estamos em condições de iniciar com a obra. -----

----- Da quinta pedagógica, senhora deputada, não percebi qual é que é, neste momento, estamos a fazer algumas melhorias na quinta pedagógica e vamos continuar a trabalhar nesse sentido. Portanto, a quinta pedagógica é um processo que vai evoluindo e os nossos serviços têm estado a acompanhar e vamos fazendo as obras, até temos feito as obras com os nossos recursos e, portanto, é assim que vamos continuar a fazer. Já agora, eu ouvi só a do senhor deputado Natalino, já que gosta muito dos apartes, eu vou dizer ao deputado Natalino... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor Vice-Presidente que não se responde aos apartes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, mas vou, mas já agora também convém responder logo da quinta pedagógica, estamos na informação da senhora Presidente, desculpe do parque da juventude. No parque da juventude foi lançado o concurso e ficou deserto e, portanto, estamos a fazer uma nova orçamentação para podermos lançar, assim como do parque urbano também ao pé dos bombeiros que também ficou deserto e vamos lançar essa obra novamente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, tão só e apenas para deixar aqui, enfim, uma pequena nota de síntese, uma vez que ao entrar, ou aliás, ao reentrar na sala, tive oportunidade de me aperceber de alguma argumentação da senhora deputada do PAN, da qual se podia deduzir algum ceticismo no modo como estava a aflorar a matéria. Isto para dizer o seguinte. Nós obrigamo-nos, quer como pessoas, quer como políticos, então muito mais, como pessoas públicas, a honrar a nossa palavra, naturalmente que sim. Embora o nosso enfoque político se dirija muito mais às pessoas do que aos animais, nós assumimos aqui um compromisso, um compromisso público nesta Assembleia, de que iríamos apresentar uma moção que plasmasse a apreciação, pudesse plasmar a apreciação da constituição do provedor do animal. Bem, nesse sentido nós temos trabalhado essa moção, porque se pretende realmente fazer algo com alguma profundidade, naturalmente já está ultimada e aguarda só uma troca de impressões de alguns detalhes técnicos com o médico veterinário. Foi essa a circunstância que determinou que essa moção não tenha vindo hoje aqui e agora a esta Assembleia. Portanto, a nossa palavra é para ser honrada, mantém-se e se



porventura essa moção não surgir na próxima Assembleia, a senhora deputada pode crer que eu não estarei presente nessa mesma Assembleia. Portanto, estou-lhe a dar a minha palavra de honra. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece à senhora vereadora as explicações que lhe deu, pensa, no entanto, que se calhar a sua pergunta não foi clara. -----

----- Eu reportava-me a uma notícia do JN de 2 de junho e de 14 de junho, cujo título é, «governo transferiu funcionários sem seguro para as câmaras». Portanto, eu não ponho em causa que agora as pessoas tenham ou não tenham seguro, parece-me é que à data da transferência, os trabalhadores das escolas, nomeadamente, foram transferidos sem seguro e esse valor não foi contemplado na transferência dos montantes, portanto do envelope financeiro respetivo. Da mesma forma é assinalado na notícia, que o valor a transferir não incluía as refeições escolares. E depois vi outras notícias que davam conta que a Associação Nacional de Municípios que se encontrava a discutir com o governo central esta questão para a sua solução. -----

----- E aproveito agora o tema, para chamar a atenção do executivo, que certamente conhece o estudo da Universidade do Minho relativamente à transferência de competências, que assinala que para os municípios prestarem os mesmos serviços que o Estado prestava no âmbito da transferência de competências, existe um défice de um ponto cinco milhões e, portanto, gostava de ouvir o comentário do executivo sobre isso. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, por acaso começo por agradecer a resposta dada a uma recomendação que o Bloco de Esquerda apresentou aqui e que foi votada por maioria, da requalificação dos espaços desportivos, que me disseram que já estavam em projeto a requalificação dos mesmos. -----

----- Na questão da segurança e do festival, eu durante um trajeto desde a zona ribeirinha de Portimão passando pela marina, passando pelo passadiço da avenida Tomás Cabreira, não vi um único agente da polícia nem sequer um único agente da polícia marítima, somente os PSP. Na entrada do casino é que estavam lá dois PSP, de resto não vi qualquer polícia na questão da segurança. -----

----- Falando aqui também do festival, o impacto ambiental destes festivais no areal da praia da Rocha, como é sabido, as beatas, plásticos e outros, estamos a falar tanto do ambiente e dos oceanos que coincide com a cimeira dos oceanos que começou hoje, parece um contrassenso, fica também aqui esta para debate. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Tenho aqui uma situação que se passa com a Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, que vão ter que entregar a sua sede no bairro da Cruz da Parteira, mas ainda não têm a confirmação da atribuição de outro espaço, já tinham sido informados que iria ser nos Três Bicos, mas nunca mais houve mais nenhuma conversa sobre o assunto e eles vão ter que entregar a sede e não têm outra sede para trabalharem. Fazem atendimento três vezes por semana aos militares do Ultramar. -----

----- Na questão da contratação, vemos aqui que há as mesmas saídas e as mesmas entradas, mas uma notícia no Correio da Manhã noticiou que Portimão não podia contratar por causa da dívida excessiva, que põe em causa a operacionalidade dos mesmos serviços. Agora pergunto se realmente como não podem contratar e realmente isto saiu nas notícias e a gente sabe que a dívida está por pagar, se se põe em causa a operacionalidade dos serviços, e visto que temos muitas reclamações na parte das escolas, com falta de funcionários, e é visto que isto põe em risco alguns serviços. -----

----- Aqui na página cinco da informação da Presidente, a candidatura à habitação dos custos controlados. Em abril tivemos vinte e cinco e em maio trinta e duas pessoas que se candidataram. Eu agora pergunto se já se esgotaram as inscrições, e também tenho algumas reclamações de alguns casais que neste momento não têm filhos, vão-se candidatar e só lhes poderá ser atribuído um T1, mas eles queriam possivelmente adquirir logo um T2, pensando um dia mais tarde terem filhos. Não sei se isto tem a ver implicações com o regulamento, mas se tiver, convinha alterarmos o regulamento para que essas pessoas possam logo adquirir um T2 e constituir famílias. -----

----- Outra situação que vemos aqui, a arrecadação dos impostos foi positiva, com um aumento significativo, especialmente do IMI e também das taxas que já foram aqui faladas, e na questão da derrama, também houve algum aumento. Agora, gostaria de saber, se fosse possível responderem, qual é a maioria que paga derrama, se é as empresas até cinquenta mil euros e quantas é que pagam acima dos cento e cinquenta mil euros? Se soubessem estes números, gostaria de saber. Para já fico-me por aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto aos festivais e a limpeza, senhor deputado, a limpeza é assegurada diariamente, tanto pelos serviços da EMARP, como por uma empresa contratada para limpar, até o passadiço da praia da Rocha é limpo de duas em duas horas pela empresa. Nós exigimos isto, dado que a EMARP também não conseguia fazer face aos nove dias do festival para a limpeza ser contínua e, portanto, a empresa do festival é que contratou



também funcionários para que toda a zona fosse limpa, e senhor deputado, o que lhe posso garantir, é que a empresa do festival e visto com os técnicos da EMARP, quando o festival acabar, aquele areal tem que estar melhor do que aquilo que estava, isso aí posso-lhe garantir, com um acompanhamento tão intensivo que anda sempre a ser feito pelos nossos serviços e pelos nossos técnicos da EMARP e, portanto, isto vai ser feito. -----

----- Depois, quanto à sede dos Veteranos de Guerra, eu estava aqui a olhar para a minha colega e não temos essa nota, e enquanto não tiverem outro, o local para irem, não têm que entregar aquela sede. Até aqui senhor deputado, ninguém pediu e não estamos a ver que vão ser retirados de lá sem lhes dar outro sítio, porque o trabalho que fazem é meritório, até se calhar teriam que estar era até mais no centro da cidade para não se terem que deslocar até àquela zona, mas, portanto, até aqui ninguém pediu, senhor deputado. -----

----- Depois, quanto à contratação, o novo orçamento de estado, já veio abrir para as novas competências que podemos contratar. Portanto, tudo o que é educação, saúde, da parte balnear, tudo isso podemos já contratar e é isso que vamos fazer, para depois vir aqui também, mapa de pessoal, que temos que atualizar o mapa de pessoal. Os serviços estão neste momento a fazer a avaliação das necessidades que têm e, portanto, vamos contratar de certeza, porque faz-nos falta, até nessas áreas que já estava a indicar aqui, como é o caso da educação que vamos ter que contratar. -----

----- O orçamento de estado já veio abrir para novas competências, tudo o que seja novas competências que queremos contratar a partir deste ano e, portanto, é isso que vamos querer fazer. -----

----- Quanto à derrama, vou pedir essa informação e ser-lhe-á dada, não tem que agradecer, acho que isto é uma obrigação nossa e, portanto, gostamos de logo partilhar esses dados, porque se os dados estão cá, assim que pudermos, vamos partilhar esses dados. Dos custos controlados, está no regulamento, mas se a minha colega quiser dizer mais alguma coisa... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente ao concurso para atribuição de casas de custos controlados. Estava a dizer que foram atribuídas vinte e cinco casas no mês de abril? -----

----- Não. Candidaturas, as candidaturas terminaram no mês de março, penso eu, já não me recordo qual foi a data em que terminaram as candidaturas para esta primeira fase. -----

----- Depois, agora está a ser feita a entrega de documentação, porque algumas candidaturas não estavam completas, estamos em fase de análise e de reclamações, aqueles prazos todos para sair a lista definitiva com alguma brevidade das casas a atribuir. Depois, será aberto novo



concurso para as casas, se por acaso sobraem casas conforme estava previsto em regulamento, para as pessoas que vivem cá há menos de cinco anos, com proposta até se não me engano do Bloco de Esquerda, foi alterado o regulamento nesse sentido. -----

----- Quanto à tipologia. Estas casas são casas a um custo mais baixo, assim como também a habitação social que será construída, tendo em conta a necessidade naquele momento. É verdade que me diz, as famílias crescem. Depois, possivelmente as famílias ou terão que fazer trocas de habitação, como normalmente na nossa habitação é isso que acontece, as casas são depois adequadas, há trocas de habitações à medida que o agregado vai-se alterando, nos custos controlados isso não poderá acontecer, porque, entretanto, a casa é do próprio, mas terá que se arranjar outra forma possivelmente, ou de troca com outra pessoa, ou de alugar aquela casa se assim o entenderem e depois, mas isso já não está previsto no regulamento, porque a atribuição é feita tendo em conta a necessidade no momento. Neste momento são um casal, portanto é aquela necessidade e isso está regulamentado, nós não podemos, é verdade que está no nosso regulamento, mas para a construção a custos controlados existe uma tipologia adequada ao agregado no momento, portanto, não podemos alterar isso, assim como a área, a área também está legislada, nós não podemos alterar aquela área, porque é uma construção de custos controlados. -----

----- Só para esclarecer ali a questão da transferência de competências, nós neste momento temos que fazer anualmente o relatório da execução das verbas, tanto na área da educação, como na área da saúde, a da área da saúde fizemos a semana passada essa avaliação, fizemos a reunião, depois eu posso partilhar, se assim o entenderem, os relatórios, estão em ata também e, portanto, foram discutidos e nós não temos diferença de verba, aliás no caso da educação, até recebemos a mais, não chega a cem mil euros que recebemos do ano 2021 para todas as despesas que foram executadas. Portanto, não temos diferença de verba. -----

----- Na área da educação, também não temos diferença de verba, o relatório também está feito, existia realmente a necessidade de termos uma verba para a requalificação do DICAD e do centro de saúde, que não estava prevista quando foi feita a transferência de competências, que neste momento já está a verba atribuída, portanto já tenho o valor também que agora não tenho aqui de cor, porque não estava preparada para isso, mas foi feita uma visita técnica aos dois locais, foi visto quais as obras que eram necessárias, feito um caderno de encargos, e a verba que era necessária, é a verba que nos vai ser atribuída. Portanto, no caso de Portimão, não sei qual é a notícia do Diário de Notícias que eu não vi, não sei se se refere especificamente a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portimão, ou é no geral. Pronto, se é no geral no caso de Portimão não se verifica. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que a senhora Presidente de Câmara já tem dito várias vezes que as comissões de avaliação têm acompanhado, têm feito este acompanhamento, e neste caso de Portimão temos sido bem sucedidos até aqui. Portanto, as comissões têm sido acompanhadas pela senhora vereadora, no caso das novas competências que temos, tudo tem funcionado e, portanto, não temos nada a reclamar neste momento, mas acho que é também importante partilharmos os relatórios para que todos possamos ver, todos possam ter conhecimento. Disse.

Impercetível [02:40:28 – 02:41:30]

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tinha uma questão que era a videovigilância que se está a passar na praia da Rocha. Queria só fazer uma pergunta. Se ela vai ser de vinte e quatro horas, se o funcionário da PSP que vai estar presente, quem é que vai acarretar com esses custos desse mesmo funcionário ou funcionários, e referia só que a praia da Rocha, nós esquecemo-nos que Portimão é uma cidade que não é só a praia da Rocha, temos a zona, a parte histórica de Portimão, no centro de Portimão que também merece que haja videovigilância e que é um sítio até bastante iluminado, e em Alvor também. Portanto, a minha questão fica por aqui, porquê só a praia da Rocha, porque é que será que Portimão é só a praia da Rocha, e quando falamos de investimento, falamos praticamente sempre só na praia da Rocha, e pouco se fala de Portimão, principalmente nos aspetos de segurança dos próprios cidadãos. Obrigada -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a sua intervenção é sobre a reparação do exterior, de toda a área envolvente da escola EB1 dos Montes de Alvor. Como é do conhecimento da Câmara, os muros da escola apresentam diversas deficiências, sendo urgente a reabilitação dos mesmo e de todo o espaço exterior da escola, uma vez que coloca em risco toda a comunidade escolar. Gostaríamos de saber se este concurso público já foi lançado? Em caso afirmativo quando é que será o início da obra e o seu término? Será que para o próximo ano letivo esta obra já se encontra concluída? Para quando a intervenção noutras zonas daquela escola, nomeadamente na placa de betão no campo de jogos, bem como no gradeamento da escola? -----

----- Tivemos conhecimento do encerramento do centro comunitário da Coca Maravilhas, do centro sénior de Portimão gostaríamos de perguntar o que leva ao encerramento destes centros?



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



E como é que a Câmara vai resolver esta situação, dado que esses centros comunitários como todos reconhecemos prestam um serviço essencial às populações que os frequentam? O que fazer com as crianças que a partir de 30 de junho entram em férias escolares? Quais as medidas que a Câmara pensa implementar para evitar o encerramento destes centros. Mais recentemente tivemos conhecimento que está encerrado, de 23 de junho até ao 28 de julho, o Centro sénior da Aldeia das Sobreiras, porquê? -----

----- Tivemos conhecimento que, no início do mês de maio foram reativados furos artesanais no concelho de Portimão e foi canalizada água para o canal só na direção Oeste, servindo só o concelho de Portimão. Esta água limita-se a utilização quinzenal e só pode ser utilizada para a rega de árvores, ou seja, para os novos pomares de citrinos e campo de golf da Penina e a um preço superior. Encontram-se excluídos da utilização desta água, as culturas hortícolas. Gostaríamos de saber se a Câmara Municipal de Portimão tem conhecimento dessa situação, ou seja, da reabertura dos furos artesanais da Zambojosa no sítio da Torre, concelho de Portimão? Se sim, quais as entidades envolvidas na reabertura desses furos? E quantos agricultores do concelho estão a beneficiar desta água dos furos e a que preço o m³ da água?-----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que quanto à videovigilância, o projeto da videovigilância foi um projeto que foi sujeito à análise da Comissão da Proteção de dados, que foi autorizado e que tem também o apoio do Ministério da Administração Interna e, portanto, é visto, e aliás só pode ser dentro da esquadra da PSP, ou das Forças de Segurança. Quando pretendermos instalar e quando o pedido for feito na zona da GNR, terá que ser na zona da GNR e dentro do quartel da GNR. Não pode ser visto em mais lado nenhum. Portanto, isto tem a ver com o Ministério da Administração Interna e é apoiado por eles. O custo disso também, se calhar com a videovigilância vamos ter depois menos agentes na rua. Portanto, isto é uma articulação que eles fazem, é o plano de segurança que eles é que têm que analisar. -----

----- Da parte da autarquia houve esta solicitação, como também já queremos ampliar para outras zonas. Isto é um começo, mas vamos querer ampliar para outras zonas e já falou aqui em algumas no centro, a rua das lojas e em Alvor também será importantíssimo. Este é um projeto piloto, mas depois queremos alargá-lo para outras zonas. -----

----- Respondendo, se calhar, dos centros comunitários vou deixar para a minha colega, da escola EB1 dos montes de Alvor, a boa notícia é que a obra, o projeto abrange todas as áreas que falou, existiu um concorrente, portanto está para assinatura do contrato para começarmos essa empreitada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto aos furos que tiveram que ser abertos. Os furos foram solicitados pela APA, e só podemos fornecer água, que foi um acordo que houve entre a APA e a comissão de regantes e, portanto, não podemos fornecer a mais ninguém, os furos são nossos, os furos são da EMARP, mas só podemos fazê-lo mediante autorização da APA, e foi a APA que requisitou os dois furos, assim como na zona de Lagos também foram solicitados outros furos. -----

----- Depois, a quem fornecemos é a quem a APA nos autoriza, ou seja, nós não fornecemos a água a ninguém, fornecemos à Associação de Regantes, e a Associação de Regantes é que em articulação, foi quem também teve de pagar a obra, tivemos que fazer a drenagem da água dos furos para o canal, para o canal de rega que disse ainda agora, e depois a APA é que fez esse acordo com a Associação de Regantes e mais nada, nós de resto não estamos envolvidos, até no preço, é o preço que é articulado com a Associação de Regantes. Portanto, aí não temos mais operação nenhuma. -----

----- Quanto aos centros comunitários, a senhora vereadora vai então usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que relativamente aos centros comunitários, centro sénior da Aldeia das Sobreiras e Coca Maravilhas e Portimão. Ora, Coca Maravilhas, nós neste momento temos três animadoras que estão de baixa, por questões de saúde graves e como tal, duas delas mais ou menos de longa duração e uma adoeceu há pouco tempo e não era previsível. Para que conseguíssemos abranger todas as populações e todas tivessem apoio, achámos que no caso da Coca Maravilhas, isto foi uma questão de gestão de recursos humanos, Coca Maravilhas iria fechar temporariamente, pensando que uma das animadoras iria regressar ao serviço agora, mas acabou por não regressar, e os utentes são encaminhados para o centro comunitário da Cruz da Parteira e o centro comunitário da Mira Cabo. O centro da Coca Maravilhas está no meio, portanto as distâncias não são muitas, consegue-se dar apoio à população na mesma desde que queiram e necessitem. Deslocámos então a animadora do centro da Coca Maravilhas para a aldeia das Sobreiras, para conseguirmos continuar a dar apoio àquela população sénior, sendo um único centro que serve almoço e que dá aqui um apoio diferente a alguma população sénior que precisa desse apoio do almoço, que não pode confecionar a refeição em casa. Por isso é que o centro da Coca Maravilhas está fechado temporariamente. -----

----- No que diz respeito ao centro sénior de Portimão, uma vez que a população jovem e infantil está nas escolas e tem esse apoio, só vai ao final do dia à Cruz da Parteira, na realidade, enquanto os miúdos estão na escola, aquela animadora que lá estava poderia dar apoio à população que estava em Portimão. Neste momento, os miúdos passam a estar mais tempo no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



centro da Cruz da Parteira e a animadora é necessária lá. Sendo que, enquanto as pessoas que estão no centro sénior de Portimão são na sua grande maioria, ou todos, são autónomos, portanto, conseguem ir sozinhos, vão para estar ali um bocadinho, conseguem fazer uma vida mais ou menos funcional, os miúdos não podem ficar em casa sozinhos. Como tal, por uma questão de opção, a animadora voltou ao seu local de trabalho e aqueles utentes estão a ser, temos neste momento três que foram encaminhados para as Sobreiras, portanto eles vão às Sobreiras, porque precisam desse apoio e até as técnicas juntamente com o serviço de transportes conseguiu que esses utentes, conseguimos fazer o transporte deles para estarem no centro das Sobreiras, e outras duas utentes que são autónomas, vão para o Pontal, porque vivem perto do Pontal, apesar de irem ao centro sénior de Portimão, na realidade até viviam perto do Pontal, não sabiam é que existia no Pontal. Portanto, neste momento, estão a frequentar o Pontal. Portanto, todas as situações foram analisadas, e é uma questão de recursos humanos, pois e temos que geri-los da melhor forma, sendo que nada está fechado definitivamente, é tudo temporariamente, temos que ir gerindo desta forma, sobre pena de na realidade de algumas pessoas não terem a resposta que é usual dar-lhes, mas na realidade não ficaram sem qualquer tipo de apoio. Tivemos o cuidado, as técnicas tiveram o cuidado de analisar todas as situações para terem o apoio que merecem e precisam. Disse, senhor Vice-Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, agradecemos os esclarecimentos do senhor deputado Figueiredo Santos, e já agora damos a sugestão de falar também com as associações envolvidas na causa animal. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que queria deixar algumas notas. [impercetível -2:52-3:02:00] até ao fim da intervenção, devido à má qualidade do som].-----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal... [impercetível 3:02:02-3:05:19]. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente à DIPAL, pois não foi colocada nenhuma questão, foi colocada sim relativamente ao MyPolis. A Assembleia de dia 8 não foi uma Assembleia com os partidos, já houve assembleias em que foram convocados realmente, convocados ou convidados os partidos, normalmente dentro das juventudes partidárias para estarem em determinados debates com um tema. A de dia 8 foi aqui no museu, onde eu estive presente e foi o culminar de três meses de trabalho com a escola Júdice Fialho e a escola Martinho Castelo Branco com turmas que se candidataram ao projeto dentro da cidadania ativa e onde os miúdos, os jovens vieram



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



apresentar propostas que foram discutidas aqui entre eles e comigo. No entanto, para vosso conhecimento também, é verdade que à data de hoje, não tenho nenhum relatório feito pela MyPolis do trabalho feito este ano. -----

----- De qualquer maneira, vou solicitar um relatório do ano, porque aqui é anos letivos, porque eles trabalham muito dentro das escolas, do ano 21/22, e irei fazer chegar, à semelhança do que me comprometi também a entregar no que diz respeito à educação e à saúde. Vou juntar os três e vou enviar à senhora Presidente da Assembleia, e a senhora Presidente da Assembleia depois fará o que entender. -----

----- O trabalho da juventude não é feito pela DIPAL e pela MyPolis, é feito em colaboração com a divisão da juventude e com estas duas associações, com os projetos que vieram aqui à Assembleia, pelo menos o da MyPolis veio, o da DIPAL não, mas o da MyPolis veio. Disse, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que da resposta que lhes deu ainda agora, constatou que se calhar ainda não é este ano que vão ter a obra no parque da juventude, contrariamente àquilo que disse quando discutiram e votaram uma proposta de recomendação, na penúltima reunião de Assembleia, apresentada por esta bancada, que o PS chumbou, dizendo que, enfim, que já estava tudo pronto, afinal se calhar não será assim tão rapidamente. E houve outra conversa aqui que foi feita pelo antigo vereador Filipe Vital, que disse que no inverno teríamos a repavimentação da estrada municipal 531 entre o aeródromo e a Igreja da Penina. Hoje estamos quase no início de julho, e eu perguntava ao senhor Vice-Presidente se estão à espera do mês de agosto para pôr um tapete novo e para depois tapar os buracos que são visíveis para quem lá passa naquela estrada, se calhar vão esperar pela primeira semana de agosto para depois fazerem a circulação alternada e tapar os buracos. -----

----- Finalmente, em relação à questão do PU da praia da Rocha. Eu fiquei na dúvida, depois da resposta do senhor vereador João Gambôa, se a estratégia que ele aqui disse, é a do velho PDM estar em vigor, ou já é do novo PDM que ainda está em participação pública. -----

----- Eu acho estranho, havendo uma obrigação de conformidade dos planos de pormenor e uma obrigação em relação ao PDM, de qual é o interesse de estar a fazer um PU quando está a decorrer a revisão do PDM. Uma de duas. Ou o senhor vereador João Gambôa não tem uma previsão temporal para fazer a revisão do PDM e então aí faz sentido realmente elaborar o PU, porque vai decorrer se calhar muito tempo até termos um novo PDM, ou então se calhar há uma orientação muito mais específica sobre elaborar o PDM. Então, não consigo entender qual é a



estratégia de que falou o Sr. Vereador. Portanto, agradecia que me esclarecesse qual é a visão que está subjacente a este plano. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que vai falar da situação do miradouro, que o Bloco de Esquerda já falou várias vezes. Portanto, aquelas casas-de-banho que colocaram junto à PSP na praia da Rocha, que no miradouro também devia ter umas casas-de-banho naqueles moldes com aqueles contentores, esperemos que seja rápido a sua colocação. -----

----- Gostaria de saber o que é que se passou com o segurança que estava lá, nunca mais o vi e ouvi dizer que o senhor até foi espancado no miradouro, e realmente deixei de ver o segurança que estava lá para a fazer serviço. -----

----- Outra situação que gostava de saber, é porque é que a Câmara Municipal de Portimão ofereceu uma viatura elétrica ao banco alimentar, uma viatura que me parece que é ligeira de passageiros. Quer dizer, fazia mais sentido se oferecessem uma viatura comercial, não uma viatura de passageiros. Não percebi essa oferta, temos baixa angariação dos dinheiros públicos e esta situação não é de todo agradável. -----

----- No caso das aquisições, também estive a ver aqui, tenho aqui uma situação dos projetos de ajustes diretos, aqui no largo Primeiro de Maio, uma obra que vai-se realizar entre o número nove e o número doze, é para fazerem a tal remodelação dos edifícios, para quando? -----

----- Também está aqui a situação da aquisição de serviços de consultadoria e estratégia de comunicação, também tinha aqui essa questão que já foi respondida, mais uma vez estamos a gastar milhares de euros em consultorias, estamos a voltar aos antigos rombos, estou a ver que estes novos rombos estão a voltar para trás. Acho que se deve ter mais contenção pelo menos nestas consultorias. Já agora para quando os passes grátis para os miúdos irem para a escola? E tenho outra situação aqui, que eu não percebo essa situação do canil, tenho aqui um vínculo, se está com problemas nesse sítio, porque é que aparece aqui como fazer um canil. Se é essa empresa a fazer as obras do canil ou não. Para já fico-me por aqui e gostava de ser esclarecido sobre estes assuntos, e até tenho aqui uma situação de seis mil euros em flores, também não é de bom grado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao deputado João Caetano, não podíamos estar mais de acordo os dois, gostávamos que a obra já estivesse feita e, portanto, também gostava que o projeto tivesse tido uma empresa que tivesse concorrido, e infelizmente não concorreu e o preço a que estamos hoje com as matérias-primas, leva-nos a que os concursos fiquem desertos e



temos que voltar... ó senhor deputado pois disse-lhe e esperava que tivessem existido concorrentes. Ainda agora estava-lhe a dizer, a escola dos Montes de Alvor, fiquei muito contente que tivesse existido um concorrente e, portanto, espero que quando lançarmos o novo concurso do parque da juventude que haja concorrentes, porque isto é das obras... e queremos dividi-la em lotes para ver se pelo menos temos concorrentes e fase-á-la em parte. -----

----- Depois, a 531, passaria só ao meu colega José Cardoso. -----

----- No miradouro, acho a ideia excelente da casa-de-banho e vou ver o que é que podemos fazer. -----

----- Do segurança, aquilo é uma zona, nós metemos lá um segurança para ver aqueles conflitos que haveria ali sempre com aquela população. O segurança já se cansou, é óbvio que não é fácil, porque é sempre insultado, eu também já tive vinte lá à porta, hoje tive mais dois à porta da minha casa. Já vi que quem tem este pelouro vai ser sempre chateado, e o segurança não aguentou a pressão. Vamos ter que ir trabalhando, se calhar vamos ter que pôr PSP. Eu hoje assim que saí de casa tinha lá dois à minha espera já, porque também quero, não há, acabou, duas pessoas de etnia cigana, não tenho medo de dizer os nomes, não tenho problema nenhum com isso e, portanto, quanto à viatura, a Câmara participou, aquilo foi um programa que o banco alimentar se candidatou, e a Câmara participou nessa viatura, portanto, não ofereceu a viatura, e foi uma viatura escolhida pelo banco alimentar. -----

----- Quanto ao resto, senhor vereador peço-lhe para ser muito rápido que eu pedi só dois minutos ao PS. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, para dizer que em relação à 531, neste momento estamos a avaliar e fazer uma intervenção para tapar os buracos existentes, a situação relativamente ao projeto é curto, o mais breve possível. -

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e trinta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia vinte e oito de junho, no mesmo horário e local. -----

-----**2ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025**-----

-----**Reunião de 28 de junho de 2022**-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Ricardo Jorge Silva Viana	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeço Garrancho Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes– Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16^a do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta na data 27 de junho de 2022, por motivos de saúde, a qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte. -----

-----A Mesa da Assembleia Municipal deliberou considerada a mesma justificada. -----

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Andreia Sousa	1	28/06/2022	Cristiano Malha Gregório
PSD	Carlos Eduardo G. Martins	1	28/06/2022	Ricardo Jorge Silva Viana

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇ ÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 Dia	28/06/2022	Mónica Isabel Martins Fernandes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiverem presente: -----

Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e onze minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes, e informou que iriam entrar no Período da Ordem do Dia-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos **Ponto 4-a)** Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do grupo municipal, relativos ao exercício económico de 2021, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 426/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar as contas consolidadas da autarquia do município de Portimão, onde é incluída a EMARP S.A e a Expo Arade Estruturas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O ano 2021, caracterizou-se pelas medidas tomadas pelo executivo municipal no combate ao Covid-19 e à incerteza quanto à arrecadação de receitas e às necessidades da realização de despesa a curto e médio prazo, em que os principais reflexos orçamentais foram os seguintes: ---

----- - Criação de um Fundo Municipal de Apoio Empresarial, no montante de dois milhões; -----
----- - Continuidade do Fundo Social de Emergência Municipal, também com o montante de dois milhões. -----

----- Em janeiro de 2021, o município procedeu à primeira alteração, modificação, para os efeitos de incorporação do saldo de execução orçamental de 2020, o que ascendeu a vinte e oito ponto três milhões de euros no orçamento da receita e da despesa, assim como algumas projeções e ações de grandes opções do plano entre 2021/2025, as transferências de competências na administração central na área da saúde. -----

----- Em fevereiro, o tribunal de contas concedeu o visto à revisão do programa de ajustamento municipal no âmbito do FAM, o que contempla uma redução da taxa de juro aplicada ao empréstimo de assistência financeira de um ponto setenta e cinco para zero ponto setenta e cinco, assim como à revisão de algumas medidas da receita e da despesa adaptadas ao montante da realidade económica e financeira do município. -----

----- O ativo líquido total consolidado, registou um acréscimo de quatro ponto quatro milhões de euros. Posto isto senhora Presidente, ponho-me então à disposição. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começando pelo ponto que está em discussão, verifica que ano após ano, há aqui uma ressalva que tem a ver com a metodologia, mensuração e o reconhecimento de certos ativos do património histórico. Todos os anos aparece que se está a analisar qual é a melhor metodologia adequada. Eu gostava de perguntar ao executivo quando é que está previsto tomarem uma decisão sobre isso, uma vez que isto transita de ano para ano, é sempre a mesma coisa, aparece sempre aqui esta ressalva e gostava que nos pudessem dizer quando é que finalmente vão cumprir a norma contabilística pública número cinco. -----

----- Também gostava de questionar o executivo quanto aos onze por cento de bens móveis que estão por confirmar fisicamente e reconciliar, o que é que se passa, que bens é que estamos a falar, sobre isto. -----

----- Nesta primeira fase, eu ainda iria questionar como é que está a liquidação da Rio Adentro e dos eventos Arade, e também gostava de saber se essas empresas têm algum passivo, se podem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



representar algum encargo para o município no futuro, em que ponto é que isso está. E fico-me por aqui para já. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais, queria perguntar, enfim, ontem, pensa que restou tempo da informação escrita, mas constatou depois de chegar atrasado que afinal entraram diretamente no ponto seguinte. Estou a questionar a mesa sobre se alguém prescindiu do tempo que ainda tinha disponível para a informação escrita. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que pôs essa questão no início. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, Ah! Então peço desculpa que eu tive aqui um problema técnico e atrasei-me dez minutos. Entrando aqui na discussão deste ponto, eu não queria repetir aqui as intervenções do ano passado, mas vou ter que dizer alguma coisa, que ainda que vagamente, há de constar da ata de uma Assembleia algures na mesma altura do ano passado, em que discutimos e votámos o mesmo ponto, e vou ter que repetir-me um bocadinho, porque recorrentemente, quer dizer, ano após ano, eu estou desconfiado que os senhores da BDO, no fundo, há ali uma parte do relatório nas reservas que é sempre a mesma, nem mexem, nem sequer fazem copy past, é sempre a mesma parte, é sempre a mesma frase, e que tem que ver com a reconciliação do património imobiliário. E a questão aqui, ó senhor Vice-Presidente, a questão aqui é muito evidente, e a questão aqui é, porque é que ano após ano isto vem aqui. Porque ano após ano estamos aqui a discutir e a bater sempre na mesma tecla, que o património imobiliário da Câmara, do município, continua por reconciliar, ano após ano vem aqui esta nota, esta reserva dos revisores oficiais de contas e nós inevitavelmente como não podia deixar de ser, nós, quer dizer a oposição, estamos sempre a questionar isto, porque enfim, é quase tão certo como estamos aqui hoje, e se deus quiser, se estivermos daqui a um ano, deus queira que sim que estejamos todos, de preferência de saúde, se calhar vamos estar aqui a questionar novamente a mesma questão e, portanto, eu queria que o senhor explicasse de uma forma clara, porque é que ao fim de não sei quantos anos, já perdi a conta aos anos que isto vem aqui no relatório, a questão continua por resolver. Porque ano após ano temos aqui um documento que está sempre aqui pendente de uma interrogação que é, bom, há aqui uma parte mais ou menos substancial do património imobiliário da Câmara que está por avaliar e não sabemos muito bem qual é o valor e, portanto, as contas serão aprovadas e daremos parecer positivo, e estou a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pôr-me na posição do ROC, daremos parecer positivo à aprovação das contas, mas há esta questão aqui pendente, um ano, dois anos, três anos, quatro anos, enfim, etc. Antes de mais queria que esclarecesse essa questão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda, não se vai repetir dos anos, que senão vão dizer outra vez que é a mesma cassete, basta ler a ata anterior. Não vou-me repetir, mas tenho aqui de fazer pelo menos algumas questões. -----

----- Gostava de saber como é que está esta situação da Rio Adentro, já sei que foram a uma reunião da Assembleia geral desta empresa, gostava de saber em que ponto está a Rio Adentro e as outras também, quando é que estão para encerrar, e também temos o mesmo pressuposto que os outros oradores já falaram, dos ativos patrimoniais e históricos tangíveis que a gente não consegue perceber, que vai passando de ano para ano. Para já, neste momento, fico-me por aqui. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto aos bens e à contabilização dos bens, o ano passado eram vinte e oito por cento que estavam ainda por avaliar. Este ano são onze por cento, trata-se em grande parte de imóveis culturais e, portanto, a avaliação tem sido difícil de a fazer, mas pensamos que para o ano, no próximo ano, já viremos com uma taxa muito menor, e já passamos de vinte e oito para onze este ano e, portanto, é isto que queremos fazer e é isto que vamos continuar a fazer e a melhorar cada vez mais, mas devo dizer que todos os bens móveis foram avaliados por uma entidade independente e, portanto, depois podemos até enviar para os senhores deputados para terem conhecimento da avaliação que foi feita. -----

----- O Dr. Pedro Pereira está-me a dizer que veio à Assembleia Municipal toda essa avaliação, mas no entanto se quiserem podemos enviar novamente. -----

----- Quanto às empresas que estão para extinguir, não têm passivo e, portanto, e também não têm despesas. Portanto, estas empresas têm sido difícil juntar para fazermos a extinção dessas empresas. Senhora Presidente, neste momento é tudo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhor Vice-Presidente, é assim. Para já, não respondeu diretamente àquilo que nós tínhamos perguntado e depois misturou as coisas. Uma coisa são os onze por cento que de facto você refere, e que diz que estão a ser avaliados e tal, mas aqui no relatório do auditor, diz que nem sequer estão confirmados fisicamente, o que nós achamos muito estranho, como é que se avalia alguma coisa que não esteja confirmada fisicamente. e depois, perguntava se já há uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



metodologia, qual é o critério, qual é o método de mensuração que vão utilizar. Se o município já pensou nisso e se já sabe qual é o critério, porque isto aparece ano após ano. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente aos processos jurídicos em curso para os quais existe um aprovisionamento de mais de onze milhões de euros, qual é a perspetiva do desfecho face a estes processos, no caso mais gravoso de perder todos os processos, se o valor é suficiente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que agradece a explicação que o senhor Vice-Presidente deu, mas enfim, insistindo aqui um bocadinho naquilo que disse anteriormente, pese embora a percentagem seja menor, a questão não é essa. Ó senhor Vice-Presidente, a questão aqui, é que ano após ano continuamos com reservas deste tipo, não somos nós que as fazemos, é o ROC e, portanto, aqui a questão é muito clara, é até quando é que vamos continuar aqui a receber anualmente o relatório que dá conta destas reservas, porque enfim, por razões, diz o senhor de, e eu, enfim, não ponho em causa de dificuldade de avaliação desses bens móveis, não se consegue fazer aqui uma reconciliação do respetivo valor para efeitos contabilísticos.-----

----- Bom, eu questionava, a questão é evidente, que bens móveis são esses, antes de mais, que são assim tão difíceis, bens culturais, mas que bens culturais? É assim, é a secretária do Manuel Teixeira Gomes que está aqui no museu aqui ao lado? É isso que é difícil de avaliar? São os vestígios que são encontrados aqui no estuário do rio Arade? Enfim, há-de haver um critério, já foi aqui questionado, há-de haver um critério contabilístico que permita atribuir um valor para efeitos de reconciliação do valor desses bens, que permita atribuir um valor aos mesmos, acho eu, e digo eu que não sou financeiro nem sou contabilístico, nem sou técnico oficial de contas, aliás de contas percebo pouco, mas quer dizer, enfim, sejamos aqui diretos e honestos. Causa-me estranheza que alegando sempre essas dificuldades na avaliação, ano após ano isto venha aqui, com mais ou menos percentagem, venha aqui por reconciliar. Ó senhor Vice-Presidente, mal comparado era a mesma coisa que o senhor ter aqui património de outro cariz e que dizia, bom, temos aqui um quadro do pintor, do fulano tal, que é muito difícil de avaliar, mas há-de haver um valor médio de mercado para esse quadro supostamente. Hão-de haver peritos em arte que possam dizer, o quadro em termos médios expetáveis no mercado vale x, pode valer mais do que x, pode valer menos se for leiloado por exemplo, e sabemos qual é a volatilidade desses valores no mercado da arte, por exemplo, estou a dar um exemplo, mas há-de ser atribuído um valor, acho eu. Isto para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dizer o quê, senhor Vice-Presidente, é que é pouco e quando digo que é pouco, estou a ser simpático consigo, dizer que há dificuldades de avaliação. A explicação que tem que ser dada à Assembleia para que ano após ano isto venha aqui e não somos nós que colocamos essas reservas, volto a dizer, é a entidade que tem essa competência, é o revisor oficial de contas, há-de haver uma explicação objetiva, para justificar, não é a dificuldade, enfim, vaga e quase etérea em avaliar determinado bem, isso é uma resposta que pode ficar bem ali num café do museu, com quatro cafés e duas águas com gás, mas aqui na Assembleia peço imensa desculpa não chega, não é? Portanto, eu gostava que me desse uma explicação mais concreta. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao método de mensuração, é aquele que está definido no SNCAP e, portanto, é isto que temos feito exatamente, senhor deputado. -----

----- O que eu lhe disse e pode constatar até com os técnicos do museu, é a dificuldade em avaliar muito património cultural. Ainda há dias recebemos mais um quadro que foi doado ao museu. E todas estas peças é que têm sido a dificuldade. Ó senhor deputado, eu não tinha gosto nenhum em estar aqui ano após ano e não podermos fazer a avaliação total e passarmos deste assunto e, portanto, acho que isto era muito bom até se conseguíssemos ter tudo avaliado. Pode ter a certeza que do nosso lado também o queríamos e, portanto, isto que fique aqui bem patente, que estamos aqui a falar mais de bens culturais. Eu estou-lhe a responder, por exemplo recebemos a Abicada. Quanto é que vale a Abicada, senhor deputado? Temos que arranjar entidades independentes que possam avaliar este património para ficar bem patente aqui o valor que temos neste património, senhor deputado, e é só por isto é que ainda não o está, mas pode ter a certeza... eu estou-lhe a falar em entidades credenciadas independentes para poderem avaliar, mas não vou entrar aqui em diálogo, senhora Presidente. Mas eu não falei aqui dos passivos, só dos passivos, respondendo à deputada do PAN, os passivos estão aprovacionados e pensamos que aquele valor é suficiente e, portanto, se perdermos, pois esse valor que está aprovacionado à partida é o limite do valor que vai dar para pagar. São onze milhões senhor deputado. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro, peço desculpa, peçam a palavra para nós fazermos a Assembleia e cumprindo os tempos que estão atribuídos a cada grupo parlamentar com algum rigor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que volta a insistir um pouco nesta tecla, que é o seguinte. Houve de certa forma uma receita extraordinária



de quatro vírgula sete milhões de euros relativamente ao IMT. A questão é exatamente esta, continuam a ter como estratégia não aplicar este dinheiro? Foi uma receita extraordinária no abatimento da dívida?

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Vice-Presidente, deixando agora aqui a Abicada de parte, em relação aos passivos contingentes, há aqui uma questão que está por esclarecer e houve aqui um aparte aqui de um deputado municipal que se calhar convinha ser respondido. -----

----- Aqui há uns anos, os passivos contingentes tinham um valor sub-orçamentado relativamente àquilo que no caso mais drástico poderia ser a responsabilidade do município, ou seja, o valor que estava orçamentado era inferior àquele que poderia ser o valor que o município teria que pagar se perdesse os processos todos. -----

----- Aqui aparece uma referência a provisões no valor de onze milhões seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e sete euros, e a questão é a seguinte. Este valor provisionado chega para um cenário mais catastrófico, que eu não estou a dizer que vai acontecer, mas imaginando que acontece, este valor chega ou não? Porque se não chega, enfim, estamos no mesmo beco que estávamos aqui há quatro ou cinco anos atrás. Se chega, é porque eventualmente houve aqui ações que o município ganhou e que esse valor que eventualmente seria de perda ou de condenação deixou de constar aqui. -----

----- Depois, há aqui uma questão também que é também recorrente nesta altura quando se discute este assunto, que é só um processo, mas é um processo que, enfim, deu alguma coisa que falar, que é o processo relativo àquele terreno ali do ex-futuro complexo desportivo ali na aldeia das Sobreiras, contra o grupo Lena. Se se mantém ou não o processo em curso, se houve uma decisão transitada em julgado ou não, e se neste montante aqui aprovisionado para os passivos contingentes, se está aprovisionado algum valor ainda para esse processo. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que o complexo desportivo está aqui contemplado e está aprovisionado, portanto continua a decorrer, senhor deputado. Portanto, nisso aí... e nós o que pensamos, é que este valor chegue para pagar os processos que temos... no pior cenário, como é óbvio. -----

----- Quanto à amortização da dívida, ó senhora Presidente, já temos falado aqui várias vezes que o empréstimo que vamos pagando, que os juros foram reduzidos, até na minha primeira



intervenção disse isto e este executivo não faz tentações de amortizar o empréstimo. Terminei, senhora Presidente.-----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que ficar satisfeito com a resposta fica sempre, porque agradece sempre a resposta e a amabilidade da resposta. Portanto, estou satisfeito, posso é ter uma opinião diferente, e obviamente se estivesse no seu lugar com certeza daria uma resposta diferente. Mas, eu por um lado fico apreensivo, não é, apesar dos juro, e permita-me a brincadeira estarem fofos e ficarem cada vez mais fofos, também não impede que depois olhe para alguns dos dados que aqui estão e às vezes fico com a sensação que o excesso da dívida também aumenta. Acho que não estou a ver mal. -----

----- De qualquer das maneiras, essa sua resposta por um lado deixa-me apreensivo, mas por um lado também expectante, não é? Porque o executivo, de certa forma, contraria aquilo que é a lógica do mercado e que atualmente se vê hoje em dia, que é, abatimento de dívida, cuidado, abatimento de dívida, famílias, empresas, tudo e mais alguma coisa, renegociação, renegociação, mas abatimento de dívida. Portanto, eu espero que esta redução que tal e qual falou, seja também uma oportunidade para o executivo definir melhores e mais estratégias, e agora permita-me outra questão. Então, se não vão abater a dívida, qual é que é a estratégia que o executivo tem exatamente para a utilização e aplicação deste excedente de receita neste momento? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, conforme está no nosso orçamento que já foi aprovado também nesta Assembleia, tem lá as obras que pretendemos fazer e, portanto, a dívida temos amortizado. Quando houve a apresentação do orçamento, falámos aqui que em 2025, pretendemos deixar o endividamento excessivo e, portanto, é neste caminho, é neste rumo que trilhamos e é este rumo que vamos querer conseguir até 2025 deixar o endividamento excessivo e, portanto, quanto ao que vamos fazer com o excedente, as obras já foram também aqui trazidas à Assembleia e é todas essas obras que vamos querer cumprir. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, muito obrigado senhor Vice-Presidente, mas as obras orçamentadas já estavam planeadas antes deste excedente, ou não? Deste excedente de receitas, os cinco milhões, quatro milhões vírgula sete. Parece-me que sim. -----

----- Eu reformulo a pergunta, se calhar fiz-me entender mal. Mediante este excedente da receita inesperado, excelente, de quatro vírgula sete milhões de euros, se há uma estratégia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



definida neste momento para aproveitamento deste valor, face àquilo que já estava orçamentado em termos de edificação e não só edificação. Portanto, a questão é esta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que esta questão da dívida é também recorrente, nem é só a questão aqui dos passivos contingentes e do património imobiliário cultural, onde se inclui a Abicada que está por reconciliar, e isto no fundo é a imagem de marca do anterior executivo e deste, ou seja, é dizer, bom, temos aqui resultados muito bons com excedente orçamental, vamos fazer a obra que durante oito anos já fizemos, ou seja, vamos fazer agora em três anos aquilo que não fizemos em oito, as estradas esburacadas, os jardins por arranjar, as infraestruturas por recuperar, etc. e vamos fazer isto como? À conta das taxas no máximo, dos impostos no máximo e da sobrecarga anual e repetida sobre os munícipes e sobre as empresas do concelho. É esta a estratégia, o senhor Vice-Presidente disse que a estratégia era fazer as obras. Não, as obras são a concretização material evidente para o portimonense que depois vai votar. Da estratégia, a estratégia é sobrecarregar o portimonense até ao tutano, desculpem lá a expressão, espremer até não haver mais para espremer, para depois apresentar-se alguma coisinha, e dizer, estão a ver vocês pagaram, mas nós fizemos alguma coisa. Só que há aqui uma variável senhor Presidente, há aqui uma variável que não havia o ano passado, ou melhor, o ano passado também já havia, mas enfim, temos aqui uma variável que foi introduzida pela questão da guerra também da Ucrânia e não só, e de uma hipotética recessão que já paira aí no horizonte e não é o diabo, atenção, não estou a falar do diabo, embora ele exista eu não estou a falar do diabo, que é, em tempos de penúria, a política é continuar a massacrar as empresas e as famílias com taxas e impostos no máximo? É isso? Ou é eventualmente aliviar a carga fiscal, amortizando antecipadamente alguma coisa junto do FAM, para que se possa baixar essa carga fiscal? Portanto, é isto que os portimonenses querem saber, porque é fácil depois os senhores virem aqui ano após ano apresentarem resultados positivos à conta do esforço fiscal que é pedido diariamente, mensalmente, aos portimonenses. Só que antigamente era uma realidade, agora é outra e vai ser outra. Disse. -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, Eu se calhar iria começar por esta última intervenção, dizendo ao senhor deputado que a campanha foi há pouco tempo, e os portimonenses votaram no programa que nós lhes apresentámos. O senhor deputado disse e a vossa campanha foi muito ruidosa, disseram o que é que queriam e os portimonenses votaram e deram maioria a este lado que está aqui. Vocês custa-vos a ouvir isto, mas ano após ano também nós aqui temos que estar sempre a ouvir. Das



obras, nós assumimos aquilo que não fizemos e propusemos às pessoas o que é que iríamos fazer, e é este caminho que vamos continuar. Portanto, eu não vou mais entrar aqui em diálogo, ano após ano, a conversa continua a mesma. -----

----- Respondendo a uma pergunta concreta do senhor deputado Paulo Canha, os quatro ponto sete milhões já foram incorporados no saldo de gerência em janeiro, portanto este valor já está incorporado no saldo de gerência, senhor deputado. Senhora Presidente, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que passando diretamente à análise do que está ali verdadeiramente em pauta, que é, enfim, a prestação de contas consolidadas relativas a 2021. Da apreciação dos documentos de prestação de contas, nós efetuámos uma análise do exercício findo, e dessa análise naturalmente sobressaíram algumas evidências. Algumas evidências têm um carácter mais ou menos periférico e outras detêm uma centralidade que é própria, enfim, de um exercício que não pode de modo algum ser apreciado por esses aspetos de ordem periférica. Eu diria que os aspetos de ordem periférica, ou não essenciais, chamemos-lhe assim, ou não tão essenciais, enfim, podemos começar realmente por uma questão que os senhores deputados já colocaram e bem, a questão da valorização do património. De facto, o senhor Vice-Presidente diz e com alguma razão, e isto é do conhecimento geral, que não é muito fácil um economista ou qualquer outro especialista fazer a conversão de capitais simbólicos em capitais económicos, mas isto é obviamente algo que, enfim, uma dificuldade que o executivo tem que assumir, mas que todavia e não obstante as apreciações heterogéneas que possam surgir em torno disto, também é verdade que se porventura nós tivermos um contratempo qualquer, um incêndio, o que quer que seja, teremos, naturalmente que teremos, muitas dificuldades com seguradoras e por aí fora. Portanto, eu estou absolutamente convicto, nós estamos convictos que o executivo tem noção da dimensão problemática desta questão, portanto, ou seja, não vou minimizar este problema, antes pelo contrário, situá-lo e contextualizá-lo no âmbito da discussão que aqui temos em pauta. -----

----- Então, eu diria que dessas evidências, nós vamos destacar a principal, e a principal é justamente o bom comportamento político do executivo face à turbulência social gerada pelo Covid-19. Temos que ser sérios e sobretudo isentos nesta apreciação. -----

----- Bem entendido que é normal que neste tipo de discussões as oposições sempre achem que o copo está vazio e nós sempre achemos que o copo está cheio. Provarei que da nossa parte não é esse o entendimento que nós fazemos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- As contas consolidadas não deixam de refletir as limitações ao investimento que lhe são conhecidas, aliás o senhor Vice-Presidente ontem falou nas mesmas e neste problema da desertificação dos concursos e, portanto, pese embora nós sintamos que haja uma certa prudência reveladora de algum sentido de responsabilidade, seria desejável que se tivesse conseguido ir mais além numa política ajustada a uma carteira de investimentos mais atuante, mas isto nós temos vindo a dizer, e temos vindo a dizer com, enfim, algum desagrado, algum desconforto pessoal, porque não acreditamos que haja uma política de mercearia, isto é, que o executivo não gaste, justamente tendo em perspectiva investimentos de que a cidade carece. Portanto, vamos colocar isto num plano da boa-fé política. Portanto, fora estes aspetos que não são tão bem conseguidos e justificados pelas atuais fragilidades do mercado, o executivo da Câmara, confronta-nos substantivamente com o quê? Com a apresentação de resultados positivos, penso que não podemos descartar esta apreciação, com um ligeiro acréscimo de um passivo de total consolidação, por contraponto tem um generoso resultado líquido consolidado, enfim, que denotam no seu conjunto um robustecimento económico-financeiro apreciável ao município, ou seja, nós estamos perante uma análise confortável da nossa vida política e local, em que não é mais dado seja a quem for, eu repito, não é mais dado seja a quem for, apontar o dedo a uma dívida excessiva ou a coberto dela, a insinuação de uma gestão danosa. -----

----- Tendo pela frente uma dificuldade óbvia com a crítica à gestão dos dinheiros públicos, restará alguns dizerem, enfim, no seu registo crítico, que as contas estando certas refletem a ausência de uma estratégia de desenvolvimento à cidade, ou os habituais registos associados à não utilização dos saldos da redução da dívida de forma mais acelerada ou antecipada e, portanto, há uma previsibilidade da nossa parte relativamente àquilo que é o rol argumentativo da oposição. Enfim, são questões relativamente polémicas e nós não temos aqui nenhuma posição dogmática, mas uma dessas questões lapidares usadas por algumas franjas da oposição, é isso mesmo, é que havendo um saldo positivo porque é que a Câmara não faz já o abatimento da dívida, desonerando os munícipes. -----

----- Bem, o executivo, a nosso ver, o governo do Partido Socialista, já demonstrou a sua utilidade e eficácia no seio da turbulência social e económica por que nós já passámos e, pelo que nós vemos da realidade, que continuaremos a passar. Portanto, parece-nos realmente providente que o município possa assumir-se como um estado de providência local, se porventura estes constrangimentos se aprofundarem, se acentuarem. -----

----- Para nós é um dado absolutamente evidente, que esta prática política é satisfatória, enfim, como preocupação manter o compromisso e o empenho no robustecimento a contas, cumprindo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em absoluto e nós não podemos esquecer isto, porque às vezes a oposição passa um pouco por cima disto, isto é, das exigências do plano de ajustamento municipal que o município tem acordado com o Fundo de Apoio Municipal, não é verdade? Portanto, esta matéria é uma matéria que deve ser de facto exposta com clareza. -----

----- Em segundo lugar, nós não esquecemos que devemos ter como bandeira a consignação dos investimentos à execução de um plano de desenvolvimento para Portimão. Portanto, é necessário que esse plano de desenvolvimento para Portimão ganhe clarividência, é necessário que se contemplem investimentos numa multiplicidade de dimensões baseadas, no fundo, em projetos e em obras que vão traduzir o quê? O foco numa visão global, estratégica que é suposto nós devermos imprimir à cidade. Portanto, eu diria que a nossa visão destes problemas é de facto inseparável de uma economia circular, é inseparável de uma reestruturação produtiva, é inseparável das tecnologias de informação e comunicação e o modo como as vamos tratar, do ambiente, da cultura, da educação, da ação social, de tudo isto, da saúde naturalmente também e, portanto, é necessário que nós também percebamos, enquanto executivo municipal, isto é um alerta para o próprio executivo, que no decurso da descentralização de competências, naturalmente há aspetos, enfim, relativamente aos quais uma boa tesouraria será recomendável face a esse tipo de desafios que ainda não conhecemos muito bem os contornos e enfim, que até o Porto inclusivamente já adotou posições diversas da própria Associação Nacional de Municípios. Mas há uma questão que é essencial. Para onde é que nós desejamos ir perante os ponteiros de um relógio que não param? Que visão de futuro é que nós temos para o médio a longo prazo com a aplicação dos dinheiros públicos, para criar uma boa relação de custo benefício para a cidade? Estas são questões imperativas a que as contas devem obedecer, ou seja, há aspetos relativamente aos quais eu penso, que embora tenham também centralidade, a questão essencial é a questão política, mas porque esta não é menos importante, eu diria que o assunto substancial a seguir a este, é o saber se as contas são ou não verdadeiras e, portanto, é de percebermos e tentar obviamente esperar que a este respeito, nós não tenhamos hesitações. Nós estamos certos de que estas contas narram um exercício absolutamente factual, ou seja, que não há aqui nada mas nada obliterado ou esquecido, ou omisso. Esta é uma matéria factual, este orçamento responde com verdade àquilo que efetivamente constituiu um exercício político do mandato correspondente portanto a este período que está aqui em apreço. Portanto, o Partido Socialista, por estes motivos, não só vai aprovar as contas como se lhe oferece o justo destaque ao desempenho da Câmara Municipal de Portimão. Façamos justiça quanto à prontidão, quanto à eficácia no desencadeamento do investimento público para acudir a situações como foi o combate



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



à pandemia, nós não podemos não ter memória, com os efeitos devastadores na economia do país e da cidade são visíveis e, portanto, justifica-se por isso que nós parabenizemos a ação do executivo. Concluo dizendo, que não assistirá mais à oposição e com realmente bastante agrado nosso, dizer que há excesso de endividamento, ou que há gestão danosa. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria aqui, respeitando o minuto que o PAN lhe deu e que agradece, chamar a atenção do senhor Vice-Presidente que não questionou os resultados de eleições de 2021, que são de conhecimento geral e ninguém se esqueceu de qual foi o resultado. Fiz uma questão concreta que eu agradecia que o senhor respondesse à Assembleia. É, se perante a ameaça de uma crise iminente e de uma recessão iminente, se a política vai ser a mesma, do ponto de vista da carga fiscal vai ser a mesma do executivo. -----

----- Depois, tentando aqui respeitar o minuto, dizer aqui ao senhor deputado Figueiredo Santos o seguinte. Não tenho tempo suficiente para falar da conversão do capital, enfim, era uma questão interessante para discutir aqui que nos levaria longe, quiçá até Karl Marx, mas não temos tempo, eu pelo menos não tenho, se o PS me der algum tempo eu posso discorrer aqui alguma coisa sobre o assunto, tenho todo o gosto, mas na sua longa intervenção, que aliás é habitual, não há Assembleia sem uma longa intervenção do deputado Figueiredo Santos, já estranharíamos, eu questionava só o seguinte. O senhor falou em estratégia de desenvolvimento municipal deste executivo, e eu gostava que o senhor explicasse à Assembleia qual é essa estratégia. E ficava reconhecido e ficava-lhe pessoalmente agradecido que o senhor me explicasse qual é a estratégia. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar, é estranho que o Partido Socialista que tanto se desculpou com a Covid-19, portanto, esse animal, digamos assim, que nos veio chatear durante algum tempo e ainda continua. Mas como é que é possível, eu como economista que sou, não conheço nenhuma empresa que eventualmente sofresse com o Covid-19 tivesse um resultado e uma receita maior do que aquela que teve em anos anteriores. Portanto, a Câmara pelos vistos teve uma receita muito maior do que teve em anos anteriores. Belo Covid! -----

----- Depois, dizer que quando se fala, e eu sempre ao longo dos anos sempre tenho dito que a Câmara deveria gradualmente ir pagando a sua dívida ao FAM, não é pelos juros, é porque se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pagar a dívida, liberta a sua autonomia para poder dar aos portimonenses mais do que aquilo que hoje dá, porque a desculpa é, não podemos mexer nas nossas taxas, porque estamos proibidos de fazê-lo, e isso é uma ótica política do Partido Socialista e da Câmara. Porque se diminuísse a sua dívida, tinha intervenção, tinha autonomia para poder ajudar os portimonenses, todos aqueles que aqui contribuem e que o Partido Socialista ano após ano diz que ajuda as empresas, diz que tem não sei quantos milhões para toda a gente e certo na sua prática que devia de fazer e não faz. E todos os anos têm excedentes, este ano vai apresentar um excedente de vinte e oito milhões vírgula três. As câmaras não existem para ter resultados positivos. As câmaras existem para executar a sua obra ao longo dos anos do mandato. Portanto, o senhor Vice-Presidente disse que tem um planeamento de desenvolvimento para a cidade. Ainda não mostrou nada a esta Assembleia. Até posso concordar, agora tem que o apresentar, tem que nos dizer, porque ano a ano nós não vimos desenvolvimento nenhum desta cidade, apenas tapar buraco, apenas remendos e principalmente a nível rodoviário de incomodar quem trabalha ao longo de cada ano. É isto que acontece nesta cidade. Não se tem mais nada! Perante isto, dizer que mais uma vez e se me mantiver nesta Assembleia como deputado municipal, provavelmente irei todos os anos questionar a Câmara porque é que não paga, não amortiza mais, não estou a dizer para pagar tudo de uma vez só, como é lógico não, mas se o excedente é vinte e oito milhões de euros, e se o Covid e agora a guerra, espero que não aconteça o mesmo, trouxe mais receita ao município, mais excedente ao município, então, que devam ajudar pela primeira vez se o conseguirem, os portimonenses que diariamente lutam nesta cidade, fazem crescer e pagam ao município os seus impostos. Não é com taxas, com taxinhas que se ajuda as empresas. Ajuda-se as empresas aliviando as empresas nesse sentido, e chegando o verão é um pandemónio de taxas! Os portimonenses querem ir à praia e não podem, têm que pagar, querem vir à casa inglesa não podem, têm que pagar. No Porto, devo-lhe dizer que o estacionamento é pago no sábado a partir das dez horas, possivelmente para aliviar as pessoas que trabalham e nesse dia se levantarem mais cedo, e acaba às quatro horas no sábado e durante a semana acaba às sete horas. Aqui, são vinte e quatro horas, ou pelo menos das oito até às vinte e quatro, são doze horas, metade do dia. É inadmissível! Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente só para terminar, na realidade se o senhor deputado Natalino se sente incomodado, é sinal que há algumas obras e, portanto, sendo com algumas obras, as obras incomodam as pessoas, é verdade. Se o senhor diz que só tapamos buracos, não vê obras nenhuma, o que é que quer que eu lhe diga? Portanto, às vezes



incomoda-me, mas é que os meus olhos são diferentes, os meus olhos veem outra cidade, que há olhos que muitas pessoas não gostam de ver e, portanto, são dos meus olhos e se calhar os do Partido Socialista também são diferentes. O senhor deputado Natalino Alves, eu já estou habituado a este tipo de discursos e conforme... até são vinte e quatro horas por dia que são taxados para quem vier à cidade. Quer dizer, olhe, eu por acaso como deixo o carro sempre e venho a pé, não tenho que pagar estacionamento, porque venho a pé e gosto muito de andar a pé na minha cidade. -----

----- Quanto às contas sólidas, as contas sólidas, eu gostava de dizer que as contas sólidas já nos ajudou no Covid que pudéssemos gastar à volta de sete milhões com o Covid, e apoiarmos também tanto as pessoas, ainda agora acabei de dizer mas isto não se ouve, assim como ontem disse também, as obras que estávamos a fazer, também não ouviu e, portanto, como não vale a pena, se calhar é melhor lerem os documentos que lá estão as obras todas que nos propusemos fazer e estão aquilo que orçamentamos também para fazer. Ontem também disse aqui, ainda bem que as contas são sólidas, porque vão haver muitas obras que têm que ser de novo orçamentadas, para as conseguirmos fazer com o aumento dos preços que têm existido. Também disse isto ontem, senhora Presidente e, portanto, de resto, tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para esclarecer que a senhora Presidente não controla o teor nem das perguntas nem das respostas e, portanto, eu a única coisa que faço é tentar dirigir os trabalhos o melhor que sei e que posso. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai pedir ao senhor Vice-Presidente que lhe responda a perguntas muito concretas. Eu vou-lhe colocar questões muito concretas, nomeadamente, vou começar aqui por uma questão, a Urbis, como é que está a situação da Urbis? Ainda tem processos pendentes? Tenho aqui um valor de seis milhões de euros. Como é que está a situação dos processos da Urbis e em geral a situação da Urbis. -----

----- A Expo Arade. Verificamos aqui nas contas, estou-me a referir às contas, uma variação negativa dos fluxos de caixa no valor de um milhão. O que é esta variação negativa, o que é este milhão? A faturação da Expo Arade são rendas pagas pelo município? Não vejo outras receitas! Enfim, que me explique esta variação de valores e esta diferença tão grande entre a faturação das rendas que não me lembro agora de cor, está nas contas, mas é bastante inferior ao milhão da variação negativa. E também há uma redução de empréstimos da Expo Arade.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Esta redução é o quê? Foram pagamentos, amortizações e com que fundos. Portanto, até aqui top, temas muito concretos e a pedirem respostas concretas. -----

----- Outra questão muito concreta, como está a questão da dissolução da Rio Adentro? Como sabemos, existe já, depois das enormes dificuldades que foram ultrapassadas, uma ata de novembro de 2020, aprovando em Assembleia a dissolução e a liquidação da Rio Adentro. Já estamos com quase dois anos, há prazos e timings para isto. Já foi registada a dissolução, a liquidação, quem são os liquidatários, enfim, qual é a situação, sucintamente mas qual é? -----

----- Ah! Outra questão que me surgiu aqui. Qual é o valor daquela ação que se falou do grupo Lena? Porque parece ser um valor substancial e eu desconheço. Eu e o grupo, a minha bancada, claro. Para já são estas. -----

----- Também aqui, qual a razão do enorme aumento de despesas verificados nestas contas, porquanto verificamos que as despesas ultrapassaram as receitas em cerca de dois por cento, enfim, as receitas quase que cobriram, mas não, há portanto um aumento muito grande da despesa. Não é uma quebra das receitas, mas um aumento parece-me a mim, muito grande das despesas. Estas são questões, para já, concretas e eu agradeço uma resposta. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao grupo Lena, a indemnização, estou a falar de cabeça, mas julgo que são três milhões e meio, mas estou a falar de cor, mas acho que o valor mais ou menos é esse. -----

----- Quanto ao Rio Adentro e a Portimão Urbis, essas empresas são para extinguir. A Urbis está extinta, a Rio Adentro e Eventos do Arade são para extinguir e, portanto, é isto que queremos fazê-lo também, que já deviam estar feitas. Concordo perfeitamente com o que dizem, e também concordo que já devíamos ter extinguido estas empresas, porque não vale a pena aparecerem aqui sempre todos os anos que não têm nada e já deviam estar extintas há muito tempo. -----

----- Quanto à Expo Arade Estrutura, isso é o aluguer que a Câmara paga do pavilhão Arena e serve para amortizar então o empréstimo e é para isto só que serve. De resto senhora Presidente, acho que respondi a todas as perguntas. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que se esqueceu de uma questão. Isto, por isso a nossa cabeça não dá para tudo e eu vou listando e aqui esqueci-me de um ponto. Uma das medidas da renegociação do FAM, é uma medida de aplicação, tal e qual como está nos documentos, da redução do capital social da EMARP, até esgotar o valor. Eu não compreendo o que é isto, peço-lhe que me



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



explique, eu sei que já houve uma redução de cerca de dois milhões, o valor do capital da EMARP neste momento, será de trinta milhões, e eu pergunto o que é esta medida e qual o objetivo da mesma, porque lendo assim, parece-me que objetivo, não me faz sentido, seria descapitalizar a sociedade, o que não pode fazer... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que deve ser até um determinado montante que está em causa. -----

----- Interveio a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, exatamente. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que já está tudo deduzido, senhora deputada. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é a sua interpretação, mas não conhece essa matéria. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, para dizer que também não, por isso é que está a pedir a explicação ao executivo, porque não tem bem a certeza. E outra questão que eu também lá está, eu não sou técnica destas áreas, e daí... o que são as imparidades de trezentos e sessenta milhões de euros refletidas aqui nas contas? Porque imparidades para mim são, pelo menos por aquilo que eu fui procurar, diferenças de valor entre o valor que eu irei obter se um certo bem for vendido, enfim, de alguma forma e aquilo que eu esperaria obter. Pronto, creio que é isto, há uma diferença entre esses valores e eu não sei o que é que são estes trezentos e sessenta milhões de imparidades, se está aqui um buraco, ou seja o que for. Eram estes pontos que eu me tinha esquecido e agradecia. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para perguntar em que página está só este ponto. É que esse nome não me diz nada. -----

----- Quanto à redução do capital social da EMARP, esse ponto na última negociação com o FAM já não existe, portanto já está... sim, mas foi na última negociação já deixou de existir. O objetivo é voltar até um determinado valor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que faria uma sugestão que é o seguinte. Uma vez que isso é uma questão meramente técnica, que isso depois fosse respondida diretamente aos senhores deputados, ou à senhora deputada em causa, porque certamente haverá uma explicação técnica para esse montante e para a redução do capital social. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, mas gostava que a última questão então... depois para poder responder, para poder com os técnicos ver, a resposta à última questão, porque essa nem consigo encontrar esse valor. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, naturalmente que o meu pedido de palavra tem uma nota muito singela, muito linear, que é a que decorre do pedido do senhor deputado João Caetano, do seu pedido de tempo. -----

----- Naturalmente que eu tenho, enfim, para nós e sempre foi uso corrente nesta casa, neste órgão, a urbanidade na discussão dos problemas, a elegância democrática e verifico com algum desagrado, até com algum desgosto pessoal, face até, digamos, ao relacionamento pessoal que tenho com o senhor deputado, que ele, no fundo, a troco da minha intervenção que supostamente seria dirigida aos conteúdos, ela não foi dirigida aos conteúdos, ela foi dirigida ao tempo de uso da minha palavra. Isto é verdadeiramente censório da sua parte, mostrar este agastamento, esta falta de urbanidade, até pela circunstância mesmo de que dos cinquenta e cinco minutos do PS, nós ainda temos quarenta e dois. Portanto, nós falámos no nosso tempo regulamentar, nós não fizemos, não ultrapassámos, como habitualmente o senhor ultrapassa, não é, porque acho que ultrapassou até ali num minuto e três, para podermos ser mesquinhos, não é? Agora, vem realmente com este tipo de abordagem, que me parece desconfortável e deselegante, diga-se de passagem, não é, e que sinceramente eu não estou habituado, porque trato toda a gente com urbanidade e com respeito e vim para aqui discutir ideias, e foram esses valores que estiveram submissos à positividade que nós encontramos nestas contas consolidadas, que parece que o agastaram. Agora, temos a consciência, procurámos ser isentos, procurámos fazer uma abordagem séria, e inclusivamente crítica em relação ao próprio Partido Socialista no executivo, se é que os senhores estiveram com alguma atenção, porque nós, enfim, não somos um partido monolítico, temos felizmente a liberdade e a possibilidade de diversificar as nossas ideias e por isso somos um partido dinâmico e aceite na sociedade portuguesa, e neste caso na sociedade portimonense. Foi a sociedade portimonense que obviamente nos atribuiu este encargo de defender este exercício político. Portanto, é com imenso gosto, com imenso agrado que o faço, não por uma questão ideológica, mas verdadeiramente porque sinto que Portimão necessita realmente de quem esteja empenhado, sinceramente é fazer política sem que essa política entre no domínio dos escolhos pessoais ou outros, porque verdadeiramente aquilo que nos interessa é discutir as ideias, discutir as práticas políticas e não vir para aqui com agastamentos dos outros. Se eu tivesse que funcionar com o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhor do mesmo jeito, então não faltaria, e sinceramente não me recordo de o ter feito em algum tempo e nalgum espaço. De maneira que agradeço também a sua urbanidade, sei que seguramente é capaz de o fazer, tem muita classe para o fazer e, portanto, conto, naturalmente contamos todos, não é, enfim, com as suas intervenções urbanas e ajustadas realmente ao momento. Muito obrigada, senhora Presidente, desculpe pela natureza da intervenção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, se calhar perguntava só à deputada, se em vez de trezentos e sessenta milhões, se são trezentos e setenta mil euros? É que se for trezentos e sessenta mil euros, sim são. Pronto, então vou ver. Senhora Presidente, vou ver e depois vou responder por escrito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não havendo a localização neste momento exata do documento, mantém a sugestão de há pouco, que é que o senhor Vice-Presidente oportunamente faça essa resposta. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que sim. Eu vou responder para a senhora Presidente depois por escrito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que se dirige diretamente ao senhor deputado Figueiredo Santos, se ele quiser ouvir-me e quererá com certeza. Eu não faltei à urbanidade que é devida ao senhor deputado Figueiredo Santos. Fiz uma mera referência ao tempo que ele falou e estranho que ele da minha intervenção só tenha registado essa referência. O senhor deputado Figueiredo Santos diz, e acabou de dizer agora que quer discutir ideias, e eu fiz um pedido de esclarecimento sobre aquilo que no seu entendimento, é a estratégia de desenvolvimento municipal, e estranho que o senhor não queira responder a isso. Não, estive aí a falar cinco minutos creio eu, sobre a minha falta de urbanidade quando disse que falou demasiado tempo, mas discutir ideias e explicar à Assembleia qual é a estratégia de desenvolvimento do executivo, o senhor não explicou. Portanto, para desejo de discussão de ideias, é pouco senhor deputado, é pouco, se calhar realmente o senhor é que se foca naquilo que não interessa, aquilo que o senhor falava ainda agora do essencial e do acessório, do periférico e do central. Pronto, e para terminar o minuto senhora Presidente, reiterava aqui o pedido ao senhor Vice-Presidente da Câmara, para que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



respondesse à pergunta que eu coloquei há duas intervenções atrás. Lá está, eu estou a tentar discutir ideias, mas parece que há pessoas que não querem responder. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, nós hoje estamos aqui nesta casa de facto para discutir um ponto de extrema importância para o município e talvez diria mesmo o ponto mais importante que nesta Assembleia se discute ao longo do ano. Mais importante do que discutir muitas vezes um orçamento e fazer-se aprovar um orçamento, é saber como é que ele foi executado, e é isso que hoje estamos aqui a verificar, e é para isso que estamos cá, para interrogar. E recuperando as palavras de há pouco, do senhor deputado Figueiredo Santos, e a sua analogia do copo meio cheio ou meio vazio, eu vejo o executivo rejubilar-se constantemente pelos seus resultados incríveis a nível financeiro, falar muitas vezes dos vinte e tal milhões neste caso, vinte e sete milhões que passarão do saldo de gerência do exercício anterior para este ano, mas sinceramente a nossa bancada começa a ver isso como um copo meio vazio, e o senhor deputado Figueiredo Santos tem toda a razão, e porque é que nós vemos meio vazio. Vamos lá analisar as contas. Quantos compromissos assumidos e não pagos por este executivo, transitam do ano passado, são treze milhões, ou seja, treze milhões que já estão gastos desses vinte e sete. Nós temos ações em tribunal que podem recorrer, onerar o nosso orçamento em cerca de doze milhões, e parece-me que essas contas estão um bocadinho feitas por baixo. Somemos os doze milhões aos treze que já temos para pagar, são compromissos assumidos, e chegamos à quantia de vinte e cinco milhões, ou seja, às tantas, o que nós temos em tesouraria pode não servir para pagarmos aquilo que nós vamos ter que, de facto, pagar e que já temos neste momento para pagar, e daí explica-se porque é que o executivo talvez nunca tenha ido pelo abatimento da nossa dívida. Agora, talvez se perceba, por causa disso, e é mais grave ainda, quando nós olhamos para o exercício deste ano e chegámos à conclusão que desapareceram um ponto sete milhões da nossa tesouraria. Se no saldo anterior transitado, de 2020 para 2021 foram vinte e oito milhões e novecentos mil, desta vez foram só vinte e sete, ou seja, desapareceram um ponto sete milhões. Começa de facto a ser apertada a tesouraria da Câmara, às tantas, se as coisas correrem mal. Mas não falemos só de tesouraria, falemos também de política, e uma das políticas de quem manter em arco este município, é a política da habitação social, julgo que estamos todos de acordo que é algo premente neste município e que devemos olhar com carinho e tentar solucionar, até porque foi apresentada uma estratégia municipal da habitação social, que infelizmente pouco saiu do papel, a nível de execução está com uma execução extremamente baixa, e nós olhamos para o exercício passado e vemos que a execução



quando nós tínhamos quase um milhão e meio para gastar na questão da habitação o ano passado, os números dizem-nos que nós só gastámos oitocentos e tal mil euros, ou seja, tivemos uma taxa de execução na parte da habitação, aquela que o executivo diz que é uma das suas bandeiras e que está muito preocupado e que vai solucionar, a execução não chegou aos sessenta por cento. Porquê? É no mínimo estranho, direi eu. Mas não nos ficamos também por aqui, temos as grandes opções de plano, e se formos ao quadro resumo das despesas assumidas e pagas nesse quadro, o que é que nós podemos observar? Podemos observar que cerca de cinquenta e cinco, sessenta por cento daquilo que foi gasto nessas rubricas, nesses grandes planos, são para consumo interno, são para as funções gerais do município, para a despesa da dívida que lá está também. É esta a estratégia, é gastar com o município, com os serviços internos? É assim que nós lançamos o futuro? Ainda por cima quando, é extremamente ridículo dizer isto, mas nas grandes opções do plano naquela que é a nossa principal área económica, atividade económica aqui do município, que é o turismo e o comércio, o valor que nós investimos, expande em sede de zero vírgula dois por cento, zero vírgula dois por cento, repito. É isto que o município quer? São estes planos que o município tem? Deixava aqui para reflexão de todos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, esta minha intervenção, a minha intervenção final, vem aqui apenas justificar a nossa posição perante a prestação de contas, e expressar e justificar a nossa votação pela forma seguinte. Como já foi afirmado pelos meus colegas de bancada, nomeadamente agora pelo meu colega Vítor Couto que acabou de falar, para além das questões que colocámos e que são dúvidas legítimas e que temos, que se nos colocam perante esta prestação de contas, o que ressalta delas, para além daquilo que já foi dito, é realmente, na nossa perspetiva, uma falta de visão estratégica, uma falta de investimento e um certo centralismo, um olhar para dentro do umbigo das instituições, nomeadamente de governação e de funcionamento das instituições, que peca no nosso entender, precisamente por falta de um projeto de desenvolvimento coerente, um projeto de desenvolvimento que não se foque apenas no bairrismo, mas que deveria no nosso entender, ligar-se aos restantes municípios da região e começar a colocar novos reptos e desafios para o futuro. -----

----- Como foi dito, a habitação teve uma execução inferior a sessenta por cento. As prioridades do executivo, enfim, este executivo investiu muito mais em eventos, estou a falar do ano passado, não estou a falar dos eventos deste ano, do que na habitação, o dobro. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O quadro resumo das despesas, dos GOPS, faz-nos concluir que estamos perante um município muito autocentrado, mas muito autocentrado, mas ao mesmo tempo esquece-se e esquece-se em termos de investimento, zonas específicas. Reparemos que até nós eleitos e nomeadamente os meus colegas, o meu colega Figueiredo que não me leve a mal, ao falarmos muitas vezes, falamos aqui da cidade, falamos aqui de Portimão, falamos aqui da cidade. Nós estamos aqui numa Assembleia Municipal, não é de Freguesia e sem desprimor nenhum, mas reparem porquê, porque nós esquecemo-nos muitas vezes das freguesias que compõem este município, e nomeadamente de uma freguesia em particular, que é a da Mexilhoeira Grande, a nossa freguesia mais rural. Onde é que está aqui investimento, onde é que está aqui uma visão estratégica de futuro para a Mexilhoeira Grande? Não está. Tal como não há um plano coerente para todo o município, e é isto que nós temos que continuar a batalhar, nós vivemos num município, não apenas numa cidade, esta Assembleia não é apenas para a cidade, é para todo o concelho. Então é isso que ressalta, é esta falta de visão que nós entendemos estratégica, de união de todas as facetas do nosso concelho, que o nosso concelho é rico, o turismo é realmente o grande ponto de desenvolvimento e que também necessita de uma resposta global, diferente, mas não podemos esquecer o interior rural. Vejam por exemplo, a diferença de verbas que existe orçamentais para as freguesias. Qual é o valor adjudicado para as freguesias de Alvor e de Portimão e qual é para a Mexilhoeira Grande, é um terço, bem é mais ou menos, estou a falar por alto, mas é um valor significativamente inferior e está aqui o senhor Presidente de Junta, olá senhor Presidente, não me deixa falhar à verdade. Não tenho muito mais a dizer, porque os meus colegas já o disseram, os meus colegas e os outros deputados já colocaram questões e, portanto, não menosprezando os apoios sociais que têm sido feitos, há com certeza e há coisas que nós vemos que são feitas na cidade, nomeadamente e estou eu a falar da cidade veem, porque realmente nas freguesias e nomeadamente na freguesia mais rural não se vê muita coisa. Vai-se vendo alguma coisa, mas é insuficiente e agora o que nós entendemos que falta, é esta visão global, continua a faltar a este executivo. Creio que isto justifica a nossa posição perante a votação, que será de abstenção, vou adiantar desde já e se justifica precisamente nesta falta de estratégia global, nesta falta de investimento, nesta falta de visão, não basta o apoio social é preciso ir mais além e como resultou das nossas intervenções, esta minha pretende apenas reforçar estes aspetos e justificar a nossa intenção de voto. Com isto, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, como nós ouvimos aqui, não vou-me repetir para não ser a mesma cassete, mas o Bloco



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Esquerda sobre essa deliberação de Câmara, da 426/21 apresentada, tecnicamente não temos nada a obstar, parecendo refletir corretamente o exercício no estrito cumprimento dos dispositivos legais, e o parecer da firma BDO e Associados. Pelo exposto, o Bloco de Esquerda vai-se abster desta deliberação. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do grupo municipal, relativos ao exercício económico de 2021, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 426/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	3	2	2	1	1	0	14
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. -----

Foram aprovados, por maioria, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do grupo municipal, relativos ao exercício económico de 2021, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 426/22. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-b)** Discussão e votação dos Elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação de Portimão - mandato 2021-2025, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 400/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, nos termos da lei de enquadramento dos concelhos municipais da educação, compete à Assembleia Municipal depois de um processo democrático de designação pelos diversos níveis de ensino, portanto são designados todos os elementos e, portanto, compete à Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo, aprovar a composição do Conselho Municipal da Educação. Portanto, nós estamos a votar o Conselho Municipal de Educação, que é uma competência legal da Assembleia Municipal, só tem eficácia depois do processo democrático que foi estabelecido ao nível escolar e universitário, e foram designados todos os membros nos termos da lei. Aliás, nós Assembleia Municipal, também designámos o Presidente de Junta que seria o representante. Neste momento,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aquilo que nós temos que fazer é, nos termos da lei, votar essa composição, votar, digamos assim, o Conselho Municipal da educação. -----

-----Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** Discussão e votação dos Elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação de Portimão – mandato 2021-2025, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 400/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	0	1	1	0	22
ABSTENÇÕES	0	0	3	2	2	0	0	0	7
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. ----

Foram aprovados por maioria, os Elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação de Portimão – mandato 2021-2025, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 400/22. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4- c)** Discussão e votação de Isenção de taxas de licença especial de ruído e de funcionamento de recintos para atividades de animação e música ao vivo, com efeitos a partir do dia 1 de julho até 30 de setembro de 2022, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 443/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. ---Pedi o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que este assunto foi numa reunião que fizeram com os comerciantes da zona centro da cidade. E achamos por bem trazer esta proposta aqui. -----

----- Nós no ano passado tivemos de receita nesta rubrica de licenças de ruído, doze mil quatrocentos e noventa e três euros e, portanto, para apoio também à economia local, aos artistas locais que tiveram dois anos sem poder atuar e, portanto, este contributo que nos foi pedido, pensamos que a Assembleia poderia aprovar para darmos a isenção durante três meses. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, agradeço as explicações do senhor Vice-Presidente, aqui Presidente em exercício. Obviamente que todas as isenções de taxas para os nossos empresários e para quem queira investir na cidade, serão poucas



e nesse sentido, esta proposta será positiva. Agora é assim, não deixamos de assinalar que a mesma é um bocado imprecisa e vaga. Por exemplo, não se define o que é uma atividade de animação, aqui dentro pode caber tudo e nada, não é, porque é um conceito que a proposta não preenche, e eu coloco aqui um caso prático. Portanto, há um cidadão que todos conhecemos, que costuma andar por Portimão com umas colunas a fazer grande ruído, não é? Portanto, será que isso é uma atividade de animação? Portanto, se essa pessoa for requerer a isenção da taxa à Câmara Municipal, será que pode estar aqui contemplado? É que é o problema da proposta. É assim, a proposta de facto é positiva, mas é um bocado vaga, relativamente à música ao vivo é mais pacífico, não é? Agora a atividade de animação, perdoem-me a expressão, cabe aqui tudo mais um par de botas, não é, inclusive o tal cidadão que a gente conhece que anda com o carrinho de supermercado com as colunas lá dentro. Portanto, gostaria que o executivo desse uma explicação mais concreta e mais precisa sobre o que é que tinha em mente quando previu aqui as atividades de animação. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, ó senhora Presidente, eu por acaso olhe, tenho que lhe dizer que felizmente ainda nunca me chegou nenhum auto da PSP contra esse cidadão, porque realmente não tem licença, senhora deputada e, portanto, isto é tudo o que está na licença especial de ruído, e é por isso... o Luís quando for pedido, está abrangido por isto também, mas tem que fazer a medição dos decibéis para ver se cumpre ou não cumpre e, portanto, ó senhora deputada, estar a trazer aqui este nosso cidadão que gosta muito de andar aí a animar a população... agora, isto serve para todos os empresários, têm que ter o estabelecimento aberto, que pedem as licenças, muitos deles até por causa do preço muitos nem pedem a licença e, portanto, nós é isto que queremos fazer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que esta proposta é de louvar, mas o grande problema para os empresários não é esta proposta, o problema é, passe música e os direitos de autores, esses é que levam o dinheiro às pessoas, esses é que a Câmara não tem a ver com isso, mas isso é que leva realmente dinheiro às pessoas, esses impostos encapotados que prejudica muito os nossos comerciantes e quem quer uma casa aberta. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, o assunto que o senhor deputado Pedro Mota trouxe aqui, nós neste não podemos fazer nada, aliás leva-nos muito dinheiro à autarquia, levam muito dinheiro às Juntas de Freguesia, às rádios, a tudo, tudo leva dinheiro e, portanto, mas eu agora pediria a palavra, o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhor vereador Pedro Xavier gostava de falar e, portanto, posso senhora Presidente passar a palavra ao senhor vereador Pedro Xavier? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para esclarecer que o senhor Vice-Presidente é que tem esse poder. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **Pedro Humberto Castelo Terras Xavier**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só queria fazer aqui uma menção relativamente ao senhor que anda aí com as colunas, dar aqui uma nota, não se encaixa dentro desta terminologia que estávamos aqui a discutir. Esse senhor se quer uma licença, vai ter que ter uma licença de ocupação da via pública e não ligada a um estabelecimento de acordo com aquilo que se está a discutir agora. É este esclarecimento que era preciso mencionar. E se o município acha que este cidadão incorre de uma forma ilegal com a sua atividade, deve ele próprio exercer a sua função e não esperar que a PSP, ou outras pessoas o façam, porque passar pela rua do comércio a altas horas ou para outras zonas da cidade, incomoda a quem está a dormir e que tem que trabalhar no dia a seguir. Muito obrigada, disse. --

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só questiona porque é que esta isenção vai só de 1 de junho a 30 de setembro e não é o ano inteiro, na medida em que nós queremos atrair turismo, é uma cidade turística, pressupõe-se como tal e porquê só este espaço de tempo. Isto representa que nós cada vez mais em conformidade àquilo que é falado, somos cada vez mais sazonais. Então, estamos a reduzir isto mesmo a este espaço sazonal. Acabando o 30 de setembro, as pessoas voltam a pagar as taxas, voltam a ter o mesmo problema, porque muitos vão fugir de pagar taxas, ou tudo isso, porque vamos querer continuar a ter turismo ao longo do ano, e mais uma vez, acho que o turismo não é só a praia da Rocha, se vocês olharem para Portimão, Portimão é uma cidade à beira-rio, eu conheço muitas cidades ao longo desta Europa e deste país à beira-rio, e o aspeto das cidades à beira-rio é completamente diferente de Portimão, Portimão pode avançar mais, pode criar mais atração para deixarmos de ser uma cidade sazonal apenas para três meses de verão e deixarmos de viver apenas com três meses ao longo do ano e depois temos que andar os outros meses todos a penar para chamar o turismo para aqui, mas nunca arranjamos maneira nem artefactos para que eles possam vir e visitar a nossa cidade, porque também a cidade em si não tem muito por onde visitar, temos só a praia da Rocha e praia. Temos que deixar também esta ideia que Portimão é só praia e praia da Rocha. Está bom? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu ainda agora acabei de dizer que foi da reunião que tivemos com os



comerciantes, que foi o período mais solicitado. Mas eu lembro que esta cidade é das mais turísticas por acaso. Só quem não anda no centro da cidade, é que hoje também já não vê muita gente a visitar o centro da cidade. Eu custa-me às vezes também ouvir isto sempre da nossa cidade, parece que a nossa cidade é a pior de todas do Algarve. Pessoas que são deputados nesta Assembleia, custa-me ouvir sempre isto. Eu vejo muita gente e felizmente cada vez vejo mais gente no centro da cidade, felizmente fui Presidente de Junta e via muita loja fechada na rua das lojas e hoje vejo muito mais lojas abertas, e custa-me ver isto. Desculpem lá, estar a fazer este aparte, mas custa-me às vezes também sentir isto e estamos cá para apoiar os empresários, e se novamente virem solicitar e nas reuniões que vamos tendo com eles, vamos querendo com certeza apoiá-los cada vez mais. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que nem estava a pensar falar neste ponto, mas perante a intervenção que ouviram ali, enfim, tão inusitada e tão surpreendente do senhor vereador, queria só reiterar o seguinte. A referência que foi feita aqui pela bancada ao cidadão que é conhecido de todos nós, não foi no sentido depreciativo como é evidente. Nós não estamos contra a animação que o senhor Luís faz pela cidade, seja na rua das lojas, seja na rua Vicente Vaz das Vacas, seja na praia da Rocha, seja onde for. A questão, foi uma questão concreta que tem que ver com o teor da proposta que estamos aqui a discutir e, portanto, estranho muito que haja pessoas supostamente responsáveis nesta cidade que tenham algum problema com o senhor Luís e com a animação que ele faz. O senhor Luís até ver, pelo menos eu tenho essa impressão, não faz mal nenhum a ninguém, antes pelo contrário, até dá às vezes um cariz assim de animação, e eu já assisti a isso na própria praia da Rocha, pessoas que não sabem quem é a pessoa em questão, que não o conhecem e quando o veem a animar a avenida Tomás Cabreira ficam agradadas com a atitude dele, ele não faz mal nenhum a ninguém e, portanto, se a questão é o ruído, enfim, há aí muito ruído às vezes que é mais prejudicial do que propriamente o Luís com as suas colunas a passear pela cidade. Há ruído aí de fundo que às vezes se calhar é mais pernicioso e é mais incomodativo para muita gente do que propriamente o Luís que não faz mal nenhum a ninguém. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, lamento, aquilo que eu queria dizer, é que eu não falei mal da cidade de Portimão nem nada que se pareça. O que eu lhe disse, era que podíamos fazer mais pela cidade de Portimão e deixarmos de transformar a cidade de Portimão numa cidade sazonal apenas para três meses e sim uma cidade turística para o ano inteiro, porque temos condições para isso, somos uma cidade à beira-



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



rio, temos condições para termos turismo o ano inteiro, chamarmos gente o ano inteiro e não só três meses. Eu não falei mal da cidade de Portimão, venho reiterar esta situação desta forma. Portanto, não falei mal da cidade, o que eu acho é que podemos fazer mais pela cidade de Portimão, neste caso, aqui a Câmara e a Assembleia e toda a gente, é de interesse fazermos pela cidade de Portimão e que a cidade de Portimão evolua e que funcione o ano inteiro e não três meses. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que depreende da intervenção do senhor Vice-Presidente, que esta isenção de taxas foi mais pensada para as empresas. E de facto, também pegando na última intervenção que fez, que por vezes é fácil criticar Portimão, sugeria eu que se divulgasse esta medida e esta isenção junto dos artistas individuais, porque é assim, nós vamos a Lagos, e o centro de Lagos está cheio de artistas de rua e isso atrai movimento, atrai visitantes, os turistas gostam. Portanto, se isto for divulgado junto dos artistas individuais, se calhar também é uma forma de dinamizar o centro de Portimão, e de facto senhor Vice-Presidente não somos os piores, não somos os melhores, mas certamente há sempre campos e aspetos em que poderemos melhorar, não é, e relativamente ao Luís, só queria deixar aqui uma nota, a cultura popular faz muitas vezes destas figuras típicas que existem, existem em todas as cidades, Portimão tem as suas, não é só o Luís, já tivemos outras figuras, figuras típicas e isto também ajuda a compor a nossa cultura e a nossa diversidade. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4- c) Discussão e votação de Isenção de taxas de licença especial de ruído e de funcionamento de recintos para atividades de animação e música ao vivo, com efeitos a partir do dia 1 de julho até 30 de setembro de 2022, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 443/22,, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros, por motivos de saúde. -----

Foi aprovado por unanimidade a Isenção de taxas de licença especial de ruído e de funcionamento de recintos para atividades de animação e música ao vivo, com efeitos a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



partir do dia 1 de julho até 30 de setembro de 2022, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 443/22. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram Vinte e duas horas e cinquenta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Reunião da 3ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia vinte e oito de junho, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

----- De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. E eu, Telma Maria Nunes Matias_____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(*Isabel Andrez Guerreiro*)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(*Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café*)

2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(*Sheila Gassin Tomé*)